

ESPORTE E LAZER NO BRASIL:

**divisão de responsabilidades
entre os entes federativos**

ORGANIZADORES:

Gilmar Tondin

José Rogério Vidal

Eneida Feix

110

Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

29 de maio a 1º de junho de 2013 • Canoas/RS

A Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), em continuidade a sua missão de consolidar o esporte e o lazer para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida, assumiu o compromisso de organizar o XI SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER com a temática "Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos."

Ao aceitar este desafio, buscamos nos aproximar dos gestores públicos do esporte e do lazer com o objetivo de contribuirmos para a consolidação dos Sistemas Municipais, e a partir da sua organização, avançarmos nas políticas voltadas ao esporte e ao lazer, utilizando-os como ferramentas de cidadania e inclusão.

No seminário, buscamos viabilizar as discussões sobre as ações institucionais e sobre as políticas de atuação, nas diversas instâncias: municipais, estaduais e federal. Bem como oportunizar a divulgação de trabalhos e práticas realizadas na área do esporte e lazer, tanto institucionais, como acadêmica.

Nesta publicação, procuramos sistematizar e registrar as discussões e debates ocorridos no evento. Esperamos contribuir aos entes federativos, instituições, profissionais, acadêmicos e à comunidade esportista com a divulgação de ações públicas, programas, e projetos que auxiliem na melhora da qualidade de vida, da saúde e no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Desejamos que o fruto desse trabalho seja colhido em vários rincões do nosso Brasil.

110

*Seminário Nacional de
Políticas Públicas de Esporte e Lazer*

ORGANIZADORES:

Ms. Gilmar Tondin
Ms. José Rogério Vidal
Ms. Eneida Feix

110 *Seminário Nacional de
Políticas Públicas de Esporte e Lazer*

**DOCUMENTO FINAL DO XI SEMINÁRIO
NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE E LAZER**

**REALIZADO NO PERÍODO DE 31 DE MAIO A 1º DE JUNHO
DE 2013**

2014

1ª edição, 2014

© 2014, Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer e Fundação de Esporte e Lazer do RS

Tiragem: 2.000 exemplares

Capa e Editoração:

Tiago Kras

Responsável dados Técnicos:

Maria Helena Bueno Gargioni

**Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer
Fundação de Esporte e Lazer do RS**

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 4º andar

CEP: 90119-900 | Porto Alegre | RS

www.sel.rs.gov.br | www.fundergs.rs.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

(11. : 2013 : Canoas, RS).

Anais / 11. Seminário Nacional de Políticas Públicas e Esporte e Lazer, Canoas 31 de maio a 01 de junho de 2013. – Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

244 p.

ISBN: 978-85-7770-241-1 (Corag)

1. Esporte. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. 4. Gestão pública. 5. Recreação pública - História. 6. Lei de incentivo ao esporte.

I. Tondin, Gilmar. II. Vidal, José Rogério. III. Feix, Eneida. IV. Título.

CDU – 79"2013"(81)

Catalogação elaborada pela Biblioteca da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos/SARH. Bibliotecária responsável: Adriana Arruda Flores, CRB10-1285.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Palavra do Secretário	13
Palavra do Presidente	15

PALESTRAS

O Esporte como possibilidade de construção da cidadania	19
<i>Silvino Santin</i>	
Construindo políticas públicas de lazer no Brasil.....	61
<i>Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto</i>	

MESAS REDONDAS

A Gestão dos Megaeventos e o Legado para o Esporte e o Lazer.....	80
<i>Rejane Penna Rodrigues e Ricardo Ricci Uvinha</i>	
Políticas Públicas de Esporte e Lazer e a Construção do Conhecimento..	100
<i>Cláudio Augusto Silva Gutierrez</i>	
Megaeventos esportivos e ciências do esporte no Brasil.....	113
<i>Alberto Reinaldo Reppold Filho</i>	
A responsabilidade social do gestor público do esporte e do lazer	129
<i>Ana Elenara Pintos e Gianna Lepre Perim</i>	
Rio Grande do Sul: uma nova realidade para o esporte	150
<i>Kalil Sehbe</i>	

O Sistema Municipal como base do Sistema Nacional de Esporte e Lazer: Sistema Municipal de Esporte e Lazer em Canoas **156**

Ricardo Gomes Ribeiro

EXPOSIÇÃO

Exposição Memórias da Recreação Pública em Porto Alegre **166**

Silvana Vilodre Goellner e Eneida Feix

APRESENTAÇÕES ORAIS

As Percepções dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade/ME - Uma Imersão Através da Análise de Conteúdo **172**

José Nildo Alves Caú e Ana Elisabeth Souza da Rocha Carvalho

Análise da Conferência Estadual do Esporte e Lazer do RS 2011: O que se demanda aos municípios? **178**

Cláudio Augusto Silva Gutierrez, Thais Nogueira, Fábio Pereira Nunes, Ednaldo da Silva Pereira Filho e Vânia Espinosa

I GAUCHÃO DE VÁRZEA: O Futebol como ferramenta de Gestão Pública do Esporte e Lazer **185**

Anderson da Silveira Farias, Luana Callegaro Rossato, Wilmar Guimaraes Novaes Junior, Luiz Carlos Vianna Bohrer e Jorge Augusto de Oliveira Eckert

Fórum Regional de Gestão do Esporte e Lazer: Uma estratégia na Construção dos Sistemas Municipais de Esporte do RS **193**

José Rogério Vidal

MINI-CURSOS

Captação de Recursos - Lei Federal de Incentivo ao Esporte **200**

Silvana Regina Echer

Marketing Esportivo **206**

Rogério Delanhesi

ENCONTROS TEMÁTICOS

Programa Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer **215**

Antonio Carlos Barbieri Junior

JERGS: um megaevento que desconsidera os seus legados **223**

Ednaldo da Silva Pereira Filho

PÔSTERS

Os Espaços da Cidade e as Práticas de Lazer da Comunidade: O Processo Formativo do Curso de Monitor de Recreação - PRONATEC/IFPE - Campus Barreiros/PE..... **230**

Adoniram Gonçalves de Amorim, Petrucio Venceslau de Moura e José Nildo Alves Caú

A Pesquisa Ação no Percurso de Implementação de uma Política Pública de Lazer: Sistematizando um Processo, Problematizando a Ação/Gestão e construindo uma Práxis Educativa como Guia de Transformação **232**

Débora Alice Machado da Silva

O Programa de Atividades de Esporte e Lazer desenvolvido pelo Setor de Esportes e Lazer (SELA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Campus Machado em 2012 **234**

Eduardo Pereira Ramos e Carlos Henrique Paulino

Perfil Etário das Pessoas Beneficiadas do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no Município de Sobral-CE..... **236**

Marcio Shelley Silva Galdino, Maria do Socorro Lobato Alves, Shelda Kelly Bruno Bedê e Neyla Albuquerque Frate

CECOPAM: Um Centro de Comunidade na cidade de Porto Alegre **238**

Aline Paulo Frediani, Cláudio Antônio da Silva Agra, Elise Andreis Segatt, Gilmar Tondin, Márcia Luiza de Araújo e Rogério Oliveira Bohns

Jogos dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul **240**

Eneida Feix, Cindy Amaral Pacheco, Heloisa Santini e Muriel Plautz

Análise do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de São Sebastião do Caí..... **242**

Thaís Nogueira, Fábio Pereira Nunes, Vânia Espinosa, Silvia Regina Godinho Bauler, Cláudio Augusto Silva Gutierrez

Clínicas Paralímpicas **243**

Pedro Paulo Guimarães, Jorge Augusto de Oliveira Eckert, José Rogério Vidal, Vitor Risso e Valesca Pontes

APRESENTAÇÃO

O Esporte e o Lazer apresentam-se como elementos integrantes da cultura do homem do século XXI e, mais do que uma opção espontânea de ocupação do tempo livre, constituíram-se em direito social da sociedade brasileira – artigo 217 da constituição federal de 1988. Mais recentemente, com a indicação do Brasil para sediar os megaeventos (Copa do Mundo FIFA – 2014 e Jogos Olímpicos – Rio 2016), surge a necessidade de investimentos em ações que venham a contribuir para a qualificação de profissionais de diferentes áreas e gestores de esporte e lazer, responsáveis em atender a demandas de mercado e gestão neste setor. Compreende-se gestão do esporte as tarefas de organização, planejamento e execução de programas, projetos e eventos que irão oportunizar mais acesso e democratização da prática do Esporte e do Lazer a equipamentos públicos e privados. Nesta perspectiva, o Estado do Rio Grande do Sul, na atual gestão, realizou a conferência estadual do esporte e do lazer, fóruns e encontros para debates e discussões dessas temáticas.

No âmbito nacional, entre outras ações, surgiu, em 2001, na cidade de Campinas/SP, o Seminário Nacional de Políticas Públicas, com o propósito de socializar experiências de gestão pública no campo do lazer, a troca de experiências e estabelecer um espaço de discussão para esse tema.

Desde então, vem tornando-se um espaço importante de debate, ao longo de mais de uma década, congregando gestores públicos, profissionais de varias áreas, acadêmicos e a comunidades de todo o Brasil.

Em sua décima primeira edição, o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ocorreu entre 29 de maio e 1º de junho de 2013, no Município de Canoas/RS, realizado pela Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer do RS (SEL) e pela Fundação de Esporte e Lazer (FUNDERGS), com o apoio do Centro Universitário La Salle de Canoas (UNILALLE) e da Prefeitura Municipal de Canoas. Nesta edição, com o tema: “Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos”, procurou-se contemplar e fortalecer a participação dos gestores públicos, trazendo temas e discussões que permitissem a reflexão e o debate sobre o cotidiano e suas responsabilidades, e, ao mesmo tempo, possibilitar discussões acadêmicas, envolvendo os gestores públicos e privados que atuam nessa área.

Durante o evento, apresentamos a exposição da História da Recreação Pública de Porto Alegre, através do acervo do Centro de Memória do Esporte CEME/ESEF/UFRGS; realizamos apresentações culturais, além das confraternizações coletivas, que criaram um espírito de festa e conagração entre os participantes. Ao aceitar este grande desafio, buscamos aproximarmos dos Gestores Públicos do Esporte e do Lazer, com o objetivo de contribuirmos para a consolidação dos Sistemas Municipais, e, a partir da sua organização, avançarmos nas políticas voltadas ao esporte e ao Lazer, utilizando-os como ferramentas de cidadania e inclusão social.

A publicação deste 11º Seminário reúne os principais textos de palestras, debates, apresentações de pôsteres, comunicações orais e minicursos apresentados e debatidos durante o evento.

Na conferência de abertura, tratou-se a temática central do evento, concentrando as discussões na análise das políticas de esporte e lazer desenvolvidas pelo governo federal, de suas ações, inicialmente focadas para programas sociais e, atualmente, direcionadas para os megaeventos (Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol).

Os debates se seguiram, nas mesas um e dois, inicialmente, com a discussão sobre a Lei de Incentivo ao Esporte e, após, a análise da gestão

dos megaeventos e o legado para o esporte e o lazer. Contemplando a área acadêmica, discutiram-se as políticas de esporte e lazer e a construção do conhecimento, a importância e o papel da universidade, como agente estimulador e fomentador da produção do conhecimento, e a interface com os gestores públicos. Na palestra “O esporte como possibilidade de construção da cidadania”, o autor apresenta o esporte como construtor de “cidadanias”, ou seja a estrutura da ordem social é imposta ao esporte para que este construa a cidadania conveniente, onde importantes valores lúdicos foram esquecidos.

Esperamos que essa discussão possa ajudar os entes federativos, as instituições, os profissionais, os acadêmicos e as comunidades a concretizar ações públicas, programas e projetos que auxiliem na qualidade de vida, na saúde e nas convivências mais fraternas de todos nós.

Desejamos que o fruto desse trabalho seja colhido em vários “rincões” brasileiros.

Agradecemos o desafio proposto pelo Dr. Nelson Carvalho Marcellino para sediar o evento, e também por nos inspirar e sugerir a temática deste Seminário. Agradecemos a gentileza da Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães que nos auxiliou na formatação deste livro.

Ms. Gilmar Tondin

*Técnico da Fundação do Esporte e do Lazer do RGS (FUNDERGS)
Formador do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte*

Ms. José Rogério Vidal

*Técnico da Fundação do Esporte e do Lazer do RGS (FUNDERGS)
Professor do Curso de Educação Física/ UNILASALLE*

Ms. Eneida Feix

Formadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte

PALAVRA DO SECRETÁRIO

A Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) foi criada em 2001, com o objetivo de desenvolver e fomentar práticas esportivas, sendo responsável pela promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer no estado gaúcho.

Ao assumir a missão de organizar o XI Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer com a temática: ***“Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos.”***, buscamos consolidar o esporte e o lazer como instrumentos para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Este grande desafio, possibilitou-nos uma aproximação com os gestores municipais e com as Instituições de Ensino Superior de nosso estado, constituindo-se num espaço de diálogo e construção de conhecimento. Os resultados serviram para reforçar nossa convicção de que é necessário efetivar uma política de Estado que promova democratização dos recursos e a inclusão social.

Acreditamos que o evento foi de extrema relevância e atingiu seu objetivo de provocar uma reflexão sobre as Políticas Públicas do Esporte e do Lazer e a divisão de responsabilidades entre os sistemas que integram a gestão do esporte nacional.

Esperamos com este livro, colaborarmos na qualificação dos gestores de esporte e lazer.

Boa leitura.

Ricardo Petersen
Secretário do Esporte e do Lazer do RS

PALAVRA DO PRESIDENTE

A FUNDERGS tem por missão desenvolver as políticas públicas de esporte e lazer no Estado. No cumprimento dessa missão, colocamos em marcha diferentes ações como jogos, festivais e eventos esportivos, tanto de caráter educacional, como de lazer e rendimento. Nossas atividades buscam sempre desenvolver e democratizar o acesso a esses bens culturais que são as diferentes manifestações do esporte e do lazer.

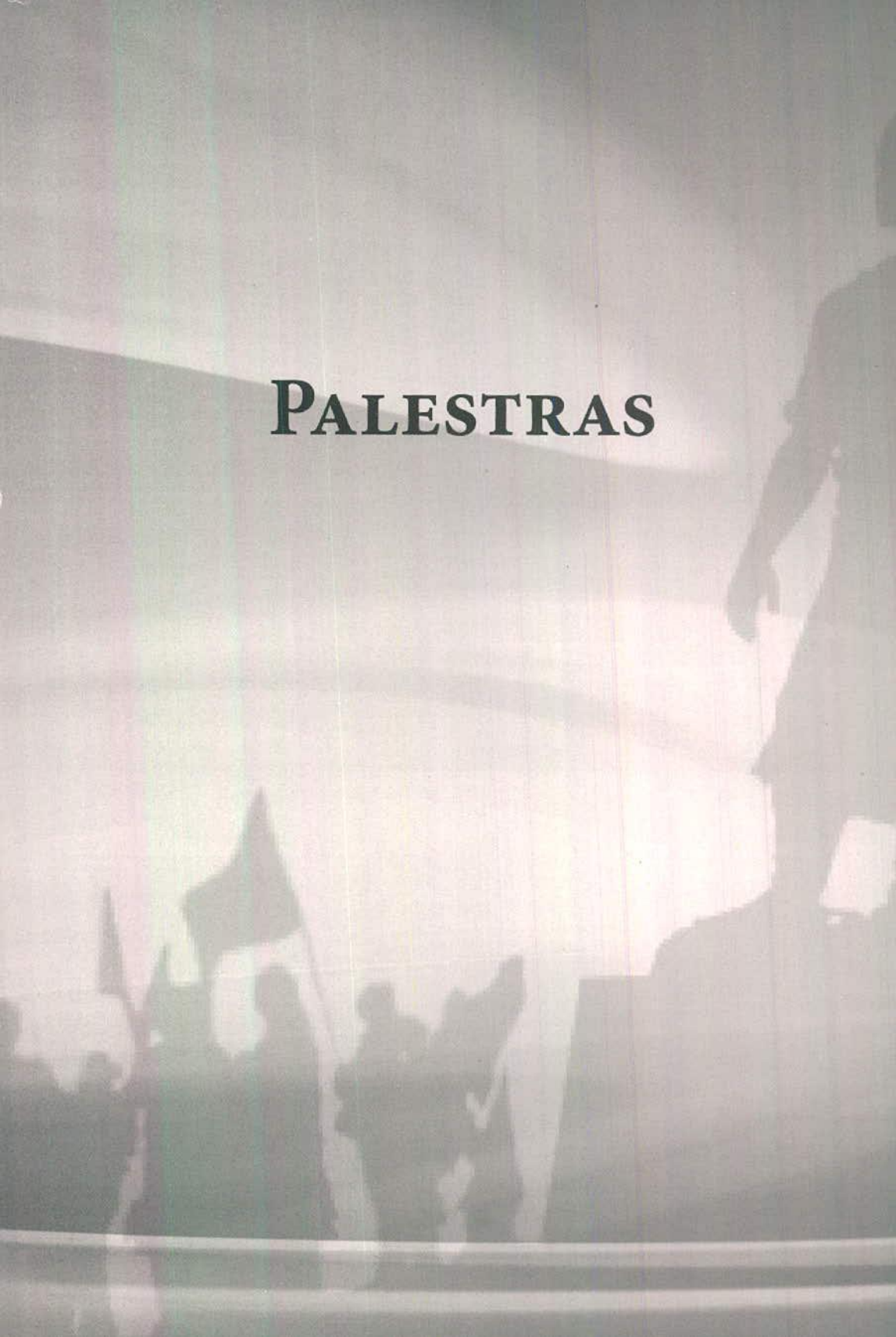
Além das atividades diretamente realizadas pela Fundação, atuamos também por meio de editais abertos a prefeituras e entidades esportivas sem fins lucrativos. Por essa modalidade de ação, firmamos anualmente quase 2 mil convênios, com recursos da Lei Pelé e Consulta Popular, apoiando projetos de esporte e lazer por todo o Estado. Dessa forma, conseguimos aportar recursos públicos em iniciativas que surgem da própria sociedade, projetos qualificados que contemplam os critérios e normas definidas nesses editais públicos.

Todo esse esforço da Fundação não estaria completo sem uma ação fundamental: o apoio e fomento à produção e divulgação de conhecimentos sobre as políticas públicas de esporte. A realização do Seminário Nacional de Políticas Públicas se integra nessa linha de ação. E o lançamento deste livro, que sistematiza e divulga as reflexões

produzidas nesse Seminário, é parte fundamental dessa ação. É de Lênin a frase “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário”. Que esta produção teórica nos ajude a promover uma revolução no esporte e lazer do Rio Grande do Sul, produzindo uma sociedade avançada, mais desenvolvida e justa na distribuição dos bens culturais e das oportunidades de fruição da vida.

Claudio Augusto da Silva Gutierrez
Diretor-Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do RS

PALESTRAS



O ESPORTE COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Silvino Santin

A vivência técnica levou o homem a dominar e explorar o mundo;
pela vivência poética o homem comunga da criação. (Hölderlin)

I PARTE – QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1.1 Comunicação

Para começar uma curta comunicação. Ao responder afirmativamente ao honroso convite para apresentar uma conferência sobre o tema “O esporte como possibilidade de construção da educação, perguntei ao Prof. Rogério se eu poderia filosofar, já que a minha formação e atividades acadêmicas aconteceram nesta área.

A resposta foi afirmativa. Espero que vocês concordem. Vou tentar reduzir o susto e, caso haja algum desencanto, me esforçar para oferecer alguma distração. No meu primeiro dia de aula de Filosofia no Ruizão (Colégio Rui Barbosa de Ijuí), no longínquo ano de 1969, ao perguntar o que eles, os alunos, pensavam da filosofia. O suspense foi um silêncio embaraçoso. De repente um aluno levanta mão, (naquele tempo o aluno costumava levantar a mão para falar), e, sem piedade, proclama:

“Filosofia é a ciência com a qual ou sem a qual o mundo fica tal e qual”. (O nome do autor é José Woitchumas, hoje, jornalista).

Guardei o meu plano de aula e resolvi assumir a definição como o tema da aula. Tudo girou em torno da inutilidade.¹ Agora, o tema é outro, o momento é outro, o meu compromisso assumido foi estabelecido: apresentar uma exposição sobre O Esporte como possibilidade de construção da Cidadania.

1.2 Metodologia ou Estratégias

Cada ciência, certamente, possui uma metodologia própria para estudar, pesquisar e expor seus temas específicos. Há diferenças, é óbvio, entre uma e outra ciência. Mas as maiores diferenças metodológicas estão entre as ciências humanas e as ciências exatas ou, como preferem os alemães *Geistwissenschaften* e *Naturwissenschaften*.

Quanto à filosofia, não tenho certeza de que tenha uma metodologia única, pelo menos, no meu entender, já que não há uma filosofia, mas filosofias ou correntes filosóficas.² Diante desta compreensão de filosofia, a minha decisão, ou pretensão, é filosofar. Assim, que tipo de atividade seria o filosofar? Vou tentar ser didático através de quatro pontos.

1.3 Função da Filosofia

A função da filosofia, que eu não inventei, mas adotei, é a de promover reflexões, despertar consciências e alimentar debates. Portanto não seria tarefa da filosofia responder perguntas, condenar erros ou ser portadora

¹ Mendonça, E. Prado de. O mundo Precisa de Filosofia. Cap. O Valor da Inutilidade. P.113. Ed. Agir, 1968.

² Todos conhecem os vários ismos: racionalismo, empirismo, existencialismo, positivismo, marxismo, idealismo, materialismo, humanismo ou dialética, fenomenologia, teoria crítica.

da verdade final. O filosofar se inspira nesta afirmação de Plutarco (45-120): A mente é um fogo a ser aceso, não um vaso a preencher”.³ Foi uma advertência aos filósofos, que pretendiam ensinar verdades, que serviria como uma luva para educação bancária, denunciada por Paulo Freire.

Husserl é o grande mestre de mostrar que a importância da filosofia não está em constituir-se como ciência rigorosa, mas ser uma constante inquietação do espírito humano, insistente busca de novos horizontes. Seu destino é o de estar sempre a caminho.⁴ A isto se chama filosofar, Heidegger escreveu duas obras de conteúdo oposto. Caminhos da floresta (Holzwege) e O caminho do campo (Der Feldwege). Na primeira ele fala que não há caminho; por isso, pela floresta podem transitar o lenhador e o guarda florestal, não por conhecerem o caminho, mas por saberem abrir caminhos caminhando. Na segunda, ele afirma que o caminho do campo leva sempre para o mesmo lugar. Filosofar, para ele, Heidegger, é uma forma de pensar que se infiltra entre o manifesto e o oculto. Não há resposta e, caso se pense em resposta, ela seria apenas a abertura para um novo questionamento. Assim chegamos ao segundo ponto.

1.4 Filosofar é brincar

Filosofar e brincar seguem os mesmos caminhos. Não têm começo, não têm fim, porque recomeçam sempre e continuamente. É suficiente que um pensador ou um brincador se disponham a pensar ou a brincar. Ambos se constroem na liberdade das decisões, da originalidade e da criatividade.

O pensar faz parte da natureza, hoje se diria do DNA, do ser humano. Os modelos de pensar são produtos culturais. Blaise Pascal disse: “O homem é um caniço, mas é um caniço pensante”. Heidegger desenvolveu, em dois semestres, o curso de inverno de 1951 e o de verão de 1952, o tema do

³ Plutarco, filósofo grego (45-120 a.C)

⁴ Heidegger, Martin. Holzwege. Caminhos da Floresta. Tradução francesa: Chemins qui ne mènent nulle part). em oposição a Der Feldwege. O caminho do Campo Trad. Francesa :Le Chemin de campagne.

fenômeno, pensar. A questão central dos dois semestres foi formulada assim: Was heisst Denken⁵. Parte da ideia de que a identidade do homem é a "ratio" que é raciocinar, criar e articular pensamentos (pensares). "O homem age muito e pensa pouco".⁶ O pensar grego é uma forma de pensar.

O brincar é a raiz do humano. Friedrich Schiller disse: "o homem joga somente quando é homem no sentido pleno da palavra, e somente é homem pleno quando joga. O jogo (lúdico) é a ausência de regras ou conceitos como a verdadeira 'liberdade humana'. Certamente a tradução de jogo deveria ser brinquedo."⁷

Konrad Lorenz, em sua obra *Der Abbau des Menschlichen* adota as ideias de Schiller e afirma que a verdadeira identidade do ser humano é ser *Homo Ludens*.⁸

Uma obra que mereceria mais atenção é a de Eugen Fink, *Der Spiel also Weltsymbol*. O jogo como símbolo do mundo. O mundo teria sido criado nos princípios do jogo (brinquedo)⁹. Portanto, não seria uma obra de Física, mas da ludicidade ou do impulso lúdico. Literalmente seria uma "brincadeira". E o seu criador um "brincador" e não um físico ou matemático. Konrad Lorenz, ao tratar do zigzague da filogênese, afirma que ela se realiza na liberdade do jogo, pré-condição para qualquer evolução criativa filogenética.

⁵ Was Heisst Denken, obra traduzida para o francês como *Q'appelle-t-on Penser?* Não é fácil traduzir para o português. Literalmente seria: que se chama pensar.

⁶ Heidegger, M. Idem p. 95.

⁷ Schiller Friedrich (1759-1805). *Über die Ästhetische Erziehung des Menschen*. In einer Reihe Von Briefen. Sobre a Educação Estética do homem. Numa série de cartas. São Paulo: Iluminuras. 1990. P.84.

⁸ Lorenz, Konrad. *Der Abbau des Menschlichen*. München: Piper & Co. Verlag, 1983. Trad. A Demolição do humano. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. P. 63. E, Os oito pecados mortais do homem civilizado. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

⁹ Fink, Eugen. *Der Spiel also Weltsymbol*. Stuttgart: Kohlhammer, 1960. Trad. Francesa, *Le Jeu comme symbole du Monde*. Paris: Minuit, 1966.

Por fim, devo citar o livro, *Amar e Brincar, Fundamentos esquecidos do humano*, de Humberto Maturana e GerdaVerden-Zöller, que merecerá uma atenção especial mais adiante.¹⁰

1.5 Código restrito e Código ampliado

O exercício de filosofar pode ser compreendido a partir de dois tipos de pensar ou de interpretar o mundo que nos envolve. Esses dois tipos estão baseados em códigos distintos que o filósofo alemão Eduard Bernstein (1850-1932) identificou como “código restrito” e “código ampliado”. Vejamos alguns detalhes desses dois códigos.¹¹

Código restrito

No código restrito são identificados dois momentos. O primeiro momento acontece quando descrevemos as coisas como as vemos. Por exemplo, quando descrevemos o pão que está sobre a mesa na hora do café ou o próprio café. Utilizamos a linguagem do dia-a-dia. Não são necessárias muitas palavras. O segundo momento surge quando aqueles que abordam um tema ou explicam um fenômeno utilizam os mesmos pressupostos ou se fundamentam nas mesmas teorias. O discurso científico, segundo Berstein, faz parte deste segundo momento. Mas é possível, também, incluir uma ideologia, uma filosofia ou uma crença religiosa.

Código ampliado

O código ampliado é alcançado quando surgem questões, perguntas ou críticas sobre as idéias que aceitamos, sobre conceitos que

¹⁰ Maturana, H, Verden-Zöller, G. *Amar e Brincar – Fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena 2004.

¹¹ Bernstein, Eduard em Fourez, Gérard. *A Construção das ciências. Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências*. Campinas SP: UNESP. 1995. P. 18-24.

julgamos claros, sobre informações que recebemos, afinal, tudo aquilo que faz parte do cotidiano. Por exemplo, quando colocamos questões sobre a liberdade, a justiça, a verdade, a vida, a morte ou sobre tudo aquilo que admitimos como certo e evidente. O código ampliado, aplicado ao nosso tema, leva-nos a questionar os conceitos de esporte, de cidadania e, especialmente, a possibilidade do primeiro para construir a cidadania.

1.6 A casa e o apartamento

Parece estranho vincular casa e apartamento ao filosofar. Certamente é algo inusitado. Entretanto, no meu entender, é o que mais explica e mais se aproxima a presente reflexão. O responsável por esta novidade é o filósofo Gastão Bachelard, mas quem conta a história é Gerard Fourez.¹² Bachelard, já no final da vida, foi entrevistado por um jornalista. Depois de algumas palavras e alguns minutos, o entrevistado interrompeu o entrevistador dizendo: "O senhor, manifestamente, vive num apartamento e não numa casa." O jornalista, surpreso, perguntou o que ele queria dizer. Bachelard mostrou que a diferença entre uma casa e um apartamento é que a primeira possui, além da área de habitação, um sótão e um porão; e o que há de particular, acrescentou, é que sempre subimos ao sótão, e descemos ao porão". Conclusão: a área de habitação representa o cotidiano, onde vigora o código restrito. Subir ao sótão significa buscar novos horizontes através de sonhos poéticos e artísticos. Descer ao porão implica em reordenar os fundamentos de nossa existência e os princípios originais da dimensão humana.¹³ Anteriormente, outro filósofo, Rierkegaard, já havia dito: "A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente".

¹² Bachelard, Gastão, *O Novo Espírito Científico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. Em Fourez, Gérard, . Op. Cit.p.18-24.

¹³ Fourez, Gérard. Op. Cit. idem *ibidem*.

Para completar nada melhor do que ouvir Mário Quintana:

“A pena que me dão as crianças de hoje!
Vivem desencantadas como uns órfãos:
As suas casas não têm porões nem sótãos,
São umas pobres casas sem mistério.
Como pode nelas vir a morar o sonho?”

II PARTE – A ESCUTA DAS PALAVRAS

O tema da palestra está expresso neste enunciado: O Esporte como possibilidade de construção da cidadania. Para entender o que o enunciado propõe é preciso escutar as palavras articuladas entre si.

Um exercício de filosofar pode começar pela escuta das palavras. Falar em escuta das palavras pode parecer um tanto estranho. Costumamos dizer escutar as pessoas. Mas as palavras! Entretanto, as palavras falaram muito tempo antes das pessoas as pronunciarem. Michel Foucault, em sua aula inaugural no Colégio de France, logo no início, disse: “Mais que tomar a palavra, eu teria desejado ser envolvido por ela, e ser carregado muito além de todo começo possível. Teria gostado aperceber-me que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia desde muito tempo”.¹⁴ Apenas para confirmar, mais duas citações, desta vez, de Heidegger: “quando o homem fala seja o que for que diz, ele fala somente após ter escutado a língua”. Isto porque, acrescenta: “Na verdade, é a língua que fala e não o homem. O homem somente fala na medida em que corresponde à língua”.¹⁵ Toda palavra tem uma história e uma vida. Seria possível fazer uma arqueologia das palavras. Por exemplo, a palavra

¹⁴ Foucault, Michel. *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard, 1971. P.7.

¹⁵ Heidegger, Martin. Hebel : *O Amigo da Casa*. Em *Questions III*. Paris: Gallimard, 1966, p. 67.

SER está no centro das línguas Greco-latinas. Mas esta é outra questão. As palavras que nos desafiam são: quatro substantivos, um artigo, um advérbio e duas preposições.

Quais seriam as palavras chaves? No meu entender, o conteúdo está nos conceitos: esporte e cidadania. A tarefa a ser realizada está na expressão: possibilidade de construção ou de construir. Indica um tipo de comprometimento do esporte com a cidadania.

2.1 ESPORTE

É preciso saber o que é, preferiria dizer em que consiste o esporte, para saber se ele oferece requisitos de construir cidadania. Vou começar, obedecendo a uma estratégia do filosofar, provocando com algumas perguntas:

- Todos têm uma ideia clara e bem definida do que se entende por esporte?
- Cada um é capaz de distinguir o esporte das demais atividades humanas?
- Todos são capazes de dizer quais atividades são esportes?
- O que identifica o esporte?

A pergunta clássica seria: Qual a natureza ou a essência do esporte?

Se todos sabem responder essas perguntas ou se as julgarem inúteis, podemos “deleta-las”.

Cada um pode fazer o percurso que vai do esporte, portador das propriedades construtivas, até a cidadania, o objetivo desejado. Em resumo, sem o aval do dicionário, perguntaria: o esporte é capaz de “cidadanizar”.

Seja como for, eu preciso, para honrar o meu compromisso, expor a minha compreensão de esporte, a partir da qual procurarei apresentar as possibilidades de construir a cidadania. Isto não significa que a compreensão de esporte, aqui adotada, seja absolutamente verdadeira,

mas apenas um ponto de partida ou uma abertura para dialogar com outras compreensões de esporte. Esse diálogo entre posições divergentes pode ser conduzido de duas maneiras. A primeira adota a ideia da razão instrumental. A razão instrumental, segundo Horkheimer, nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a Natureza e os seres humanos¹⁶. Neste sentido, Edgar Morin acredita que “a possibilidade de pensar e o direito ao pensamento são recusados pelo próprio princípio de organização disciplinar dos conhecimentos científicos e pelo fechamento da filosofia sobre si mesma.”¹⁷ Portanto, é melhor adotar a segunda maneira que adota a razão comunicativa. O conceito de razão comunicativa foi elaborado por Habermas, ele coloca a razão a ser implementada socialmente no processo de interação dialógica dos atores envolvidos em uma mesma situação. Na ação comunicativa ou dialogal cada interlocutor suscita uma pretensão de verdade, que será redesenhada diante de outras manifestações.¹⁸

É bom acentuar, mais uma vez, a importância da compreensão de esporte para entender que tipo de cidadania se pretende construir. Inicialmente, a partir da vasta literatura que trata do esporte e, ainda mais, diante da enorme massa de práticas esportivas, fica evidente que estamos diante de um fenômeno de alta complexidade¹⁹.

Para encarar o problema vamos apresentar duas alternativas de compreender o esporte. A primeira alternativa, mais acessível e acadêmica, consiste em adotar uma definição, entre tantas existentes. Entretanto, não

¹⁶ Horkheimer, Max. Teoria Crítica. São Paulo: Edusp 1990.

¹⁷ Morin, Edgar. Terra-Pátria. Porto Alegre: Ed. Sulina. 1995. P. 161/2.

¹⁸ Habermas, Jürgen. Consciência Moral e Agir comunicativo. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1989.

¹⁹ O conceito moderno de esporte, embora ainda não existisse o termo pois teria surgido na Inglaterra pelo ano de 1828, herdou algumas idéias básicas desde Pascal (1646-1662) e Leibniz (1632- 1716).

será seguida nesta reflexão filosófica. É a seguinte: "Atividade física exercida no sentido do jogo, da luta e do esforço, cuja prática supõe um treinamento metódico, o respeito de certas regras e disciplinas".²⁰

A segunda alternativa concentra-se nos fatos que teriam dado origem ao esporte ou aos esportes em geral. Entre os autores que tratam do assunto, Pierre Parlebas, certamente, é um dos mais credenciados, particularmente, ao afirmar que "poucos termos oferecem um conteúdo semântico tão variado e também confuso como aquele do jogo".²¹

Então vejamos algumas de suas ideias.

Em princípio, segundo Parlebas, o esporte não seria uma atividade original, mas a institucionalização de uma atividade anterior, "le jeu" (jogo). (O termo "jeu", neste caso, tem o sentido de brinquedo em português). Portanto, o brinquedo, antes de receber a estrutura de esporte, Parlebas o definiu "como uma atividade física ou mental totalmente gratuita que não tem na consciência de quem a pratica, outro objetivo que o prazer que ela proporciona". Neste mesmo sentido podemos lembrar essas palavras de Habermas: "O jogo é a consumação do movimento como tal".²³ O jogo, retornando a Parlebas, se torna esporte quando recebe como referência maior uma regulamentação estabelecendo parâmetros obrigatórios para ser praticado. Assim ele descreve essa passagem do jogo para o esporte: "Desenha-se uma atividade organizada por um sistema de regras definindo um sucesso ou um fracasso, um ganho ou uma perda".²⁴ Após essas distinções, Parlebas passa a falar de Jogos Esportivos e pouco usa o termo Esporte. E os jogos esportivos são, para ele, de

²⁰ Le Petit Robert, Dicionário da língua francesa.

²¹ Parlebas, Pierre. *Éléments de Sociologie du Sport*. Paris:PUF,1986. P. 43.

²² Parlebas, Pierre. *Éléments de Sociologie du Sport*. Op. Cit.P. 50

²³ Habermas, Jürgen. *Verdade e Método*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. P. 174 e SS.

²⁴ Parlebas, Pierre. Op..Cit. p. 51

duas categorias – institucionais e não institucionais ou tradicionais – assim definidos: “Por jogos esportivos nós entendemos toda situação motora de afrontamento codificada, denominada ‘jogo’ ou ‘esporte’ pelas instâncias sociais”.²⁵

Essa classificação de Parlebas foi lembrada pelo fato de que no tempo do incentivo governamental brasileiro, através do programa Esporte Para Todos (EPT), uma das questões polêmicas era a distinção entre esportes formais e não formais.

2.2 CIDADANIA

Estamos diante de um conceito abstrato. O conceito é abstrato porque não tem uma representação no mundo sensível. Assim a cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo, está envolvido no relacionamento com a sociedade em que vive. E o tema fica mais complexo quando observamos em que há diferentes ordens sociais e diferentes culturas que, certamente, a construção da cidadania não possui a mesma arquitetura²⁶. Entre nós, os indivíduos adquirem, oficialmente, a cidadania desde o momento em que recebem o registro de nascimento do órgão oficial. Ter uma cidadania oficial não significa, necessariamente, ser um cidadão de fato, participante da vivência das diferentes instâncias da sociedade.

Debater teoricamente o tema de cidadania pode ser interessante, mas, no meu entender, é mais fácil entender através de um exemplo. Edgard Morin (Edgar Nahoum) filho de pais judeus sefarditas, originários de Espanha, mas passaram por diversos países até emigrar para a França, onde nasceu em 1921. Depois de ficar órfão de mãe aos nove anos ele diz; “Eu parti para vida sem Cultura nem Verdade, porque os pais não haviam

²⁵ Idem. p. 46.ss.

²⁶ Não se podem esquecer as diferenças culturais e sociais, apenas para ficar entre nós, entre os imigrantes europeus e os povos indígenas.

deixado uma pátria, mas apenas uma cidade, Salônica". E continua: "Eu me tornei o filho da pátria (l'enfant de la Patrie) na escola quando absorvi e integrei a história de França". Morin segue descrevendo os fatos e as datas mais importantes da história da França acabando por assumi-la como sua própria história. E Conclui: "Assim eu fui incorporado à essência francesa e eu me incorporei a ela."²⁷

Um aspecto que merece muita atenção é a relação entre cidadania e ordem sociocultural. Sociedade, cultura e cidadania são três realidades inseparáveis. Sua articulação interna define o perfil do cidadão e suas possibilidades de alcançar a plenitude cidadã. Neste contexto, a inclusão e o exercício da cidadania são questões muito delicadas e desafiantes. Mais adiante será preciso voltar ao tema, mas agora, apenas para preparar o debate, é interessante lembrar a atitude de Jean Jacques Rousseau que preferia incluir símios na espécie humana para evitar possíveis exclusões de seres humanos.

Antes de dar o próximo passo, me permito fazer uma pausa, para lembrar, ainda que superficialmente e mais a título de informação, duas manifestações sobre o esporte.

III PARTE – UMA PAUSA INFORMATIVA

As informações que resolvi trazer sobre duas formas de apresentar o esporte no Brasil, uma individual e outra governamental, podem servir para descer ao porão da história do esporte brasileiro.

3.1 UMA MANIFESTAÇÃO INDIVIDUAL

A manifestação individual traz o pensamento de um autor, mas refletindo um grupo de pensadores. Qualquer estudo sobre a relação

²⁷ Morin, Edgar. *Mes Démons*. Paris: Éditions Stock. 1994. P.17/18

entre esporte e educação no Brasil não pode deixar de fazer pelo menos uma referência ao pensamento de Carlos Sússekind de Mendonça. Sua principal obra sobre esse assunto é “O Sport Está Deseducando a Mocidade Brasileira”. (A grafia é anterior à reforma). O autor faz parte de uma campanha contra o esporte. O título do primeiro capítulo diz tudo: “A necessidade inadiável de uma campanha séria contra o “Sport” no Brasil”. Inspirado neste desejo de combater o esporte – se possível, bani-lo do Brasil – na introdução, denominada frontespício, ele anuncia: “Eu realizo, hoje, um dos meus poucos ideaes”. Em seguida, confessa que, provavelmente, seu esforço não terá sucesso, resignadamente, reconhece: “Tudo faz crer que inutilmente”.²⁸

Essa campanha contrária ao esporte, ocorrida nos anos 20 do século passado, mereceria por parte dos historiadores do esporte no Brasil, penso eu, maior atenção. O objetivo de lembrar esse tema foi apenas para despertar o interesse de algum estudioso que pense em analisar a obra de Sússekind. Aqui estão os títulos provocativos de três capítulos:

Cap. II – O Sport, mau factor de nossa educação physica.

Cap. III – O Sport, mau factor da nossa educação moral.

Cap. IV – O Sport, mau factor de nossa educação intelectual.

E, para provocar ainda mais a curiosidade, segue esta passagem: “Triste é ver como, na Inglaterra, um moço ganha prestígio entre os demais, não por ser tido em consideração pelos seus mestres, mas em razão de seus sucessos esportivos (...) Not tosay greater consideration from his masters, but in proportion to his success in the cricket or football field”.²⁹

Depois desta informação, aparentemente, folclórica, mas, no meu entender, de grande valor histórico, vou referir-me a um documento,

²⁸ Mendonça, Carlos Sússekind de. O Sport está deseducando a mocidade brasileira. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1921. Observação, está redigido na antiga ortografia.

²⁹ Idem. P. 86.

provavelmente, o primeiro a apresentar de maneira sistemática e didática uma política governamental do esporte.

3.2 Uma política governamental

Em 19 de julho de 1985, o ministro da educação, Senador Marco Maciel, promulgou o decreto de nº 91.452 instituindo uma comissão para realizar estudos a fim de elaborar uma política governamental do desporto nacional. Em 19 de dezembro, foi entregue o relatório conclusivo dos trabalhos, sendo publicado um documento sob a chancela do Ministério da Educação intitulado "UMA NOVA POLÍTICA PARA O DESPORTO BRASILEIRO – Esporte Brasileiro uma Questão de Estado".³⁰ Nele são tratados temas amplos desde o conceito, as manifestações e a organização até as classificações de esportes segundo a categoria de praticantes ou as instituições onde são praticados.

Novamente, é preciso dizer que esse documento mereceria maior atenção, entretanto, foi lembrado pelo fato de que o esporte entrou oficialmente na esfera da política estatal, particularmente, no processo educacional. Sob o ponto de vista de uma fundamentação científica e pedagógica, no meu entender, é muito superficial. A sua maior contribuição está na valorização da Educação Física e no incentivo aos eventos esportivos, em particular, o programa Esporte Para Todos (EPT).

Como foi dito, a lembrança dos dois temas, acima referidos, tem o objetivo apenas informativo. Mas vejamos algumas passagens que podem colaborar para o nosso filosofar. Parece importante sublinhar uma das conclusões estabelecidas pelo documento. Depois de vários considerandos, ao tratar do conceito, a comissão apresenta

³⁰ Ministério da Educação Secretaria de Educação Física e Desporto. Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro. Esporte brasileiro. Questão de Estado. Comissão de Reformulação do Desporto. Relatório Conclusivo. 1985.

a seguinte definição: “O esporte no Brasil, para efeito de legislação, deve ser considerado como atividade predominantemente física, que enfatize o caráter formativo-educacional, participativo e competitivo, seja obedecendo a regras pré-estabelecidas ou respeitando normas, respectivamente em condições formais e não formais”. Com base nesta definição, a comissão estabelece as seguintes manifestações:

- Esporte-educação;
- Esporte-participação
- Esporte-performance

Quanto à essas três manifestações, a Comissão de Reformulação do Desporto estabelece desdobramentos definidos como denominações;

Esporte-Educação:
Não há denominações

Esporte-Participação
Esporte-Lazer
Esporte de Tempo Livre
Esporte de Massa
Esporte-Recreação
e outros

Esporte-Performance
Esporte de Alto Nível
Esporte de Alta Competição
Esporte de Alto-Rendimento
Esporte-Espetáculo

Quanto ao sistema desportivo nacional e sua organização, a Comissão estabelece o seguinte:

- I – Desporto Federado
- II – Desporto Universitário
- III – Desporto Escolar
- IV – Desporto Classista
- V – Desporto Militar
- VI – Não-formal ou de Promoção social
- VII – Desporto Profissional.

Para concluir, permito-me fazer uma observação, pode ser totalmente subjetiva, diante de tal profusão de classificações e distinções, manifestações e denominações com base em critérios diferentes e confusos, fica difícil entender o documento, e, muito mais, identificar cada tipo de prática esportiva. Ora a distinção é feita pelos objetivos: educação, participação ou performance; ora os critérios são as pessoas praticantes; ora são os grupos sociais ou profissionais. Nada melhor do que cada um ler para tomar uma posição. Esqueceram os jogos indígenas, rurais, etc.

IV PARTE – O ESPORTE CONSTRUTOR DE CIDADANIA PARA QUEM?

Recapitulando, até agora tratamos do filosofar como metodologia para desenvolver o tema proposto. Fizemos a escuta das palavras e descobrimos a complexidade semântica do enunciado do tema. Na terceira parte foram apresentadas duas posições contrárias. Uma, denuncia o fator deseducativo do esporte. Outra, coloca o esporte como uma atividade individual e coletiva proporcionando desenvolvimento humano e social.

O nosso filosofar está chegando ao ponto mais crítico. Não está expresso no anúncio do tema. A cidadania, já foi dito, é um conceito

abstrato, aquele que não tem representação na realidade sensível. Não passa de uma representação mental. Dito mais claramente, a cidadania não é um objeto, assim como não o são a liberdade, a justiça ou a verdade. O que se pode dizer é que existem pessoas livres, atitudes justas, documentos verdadeiros. Assim, somente poderemos falar em seres que podem alcançar a cidadania, isto é, que se tornam cidadãos.

Segundo Peter Sloterdijk, o desejo de "identidade" parece ser o mais profundo das programações inconscientes, de tal maneira oculta que durante muito tempo ela escapou até da reflexão mais atenta.³¹ A construção da cidadania encontra sua motivação original na definição desta identidade. Portanto, o desafio agora é saber qual é essa espécie de seres vivos que atingem o estatuto de cidadania. A resposta antecipada diz que é a espécie humana. Falta saber como foi possível chegar à cidadania e como o esporte, atualmente, pode contribuir para construir a cidadania.

Precisamos voltar ao porão, desta vez, da casa da história da antropologia. Começa com o desenvolvimento das capacidades do Homo Sapiens. Não se trata de refazer a história da antropologia, mas apenas de acentuar uma atitude dos humanos no momento em que quiseram traçar sua identidade. Ou seja, apontar a característica que os identifica e os distingue de todos os demais seres vivos. O elemento identificador está na base da cidadania.

Vejamos, resumidamente, cinco tentativas.

4.1 A Mitologia

Os mitos são narrativas que adotam uma compreensão sagrada – o sagrado tem o sentido do que não é explicado racionalmente – do mundo através de forças sobrenaturais e da intervenção de seres superiores, os deuses. Tal procedimento revela que o corpo não foi suficiente para

³¹ Sloterdijk, Peter. *Critique de la Raison cynique*. Francfort-surMain: Christian Bourgois Éditeur. 1987.

identificar a humanidade. Foi preciso recorrer a um elemento de origem externa e superior. Três exemplos:

- O mito bíblico narra a criação do homem por Javé. A parte física do homem, moldada em argila, somente atinge a condição humana com o sopro divino.
- O mito grego. Prometeu, um dos titãs, protetor dos homens, solicitou a Zeus que lhe fornecesse seu fogo. Zeus não atende Prometeu. Este, num determinado momento, consegue roubar uma centelha de fogo do carro de Zeus para entregá-la aos homens, que os tornou humanos.
- O mito latino conta que a deusa cura e molda em argila uma criatura. Ao final, percebe que lhe falta alguma qualidade. Solicita a ajuda de Júpiter que, prontamente, lhe confere seu espírito.

Em base nessas narrativas míticas, surgem as primeiras ordens sociais e a cidadania respectiva.

4.2 A Racionalidade

Os esforços na busca da identidade do ser humano, superando os conflitos das diversidades identitárias mitológicas, apontam para outro referencial mais "científico". As ideias de Sloterdijk, novamente, apontam esse novo perfil identitário. Para ele, de certa forma, há um "alguém formal", programado em nós, portador de nossas identificações.³²

Com o avanço do pensamento humano, liberto da tradição mítica, surge a idéia da racionalidade, identificada inicialmente como filosofia, com a tarefa de traçar o perfil deste "alguém formal". A partir deste novo pensar a identidade do ser humano passou a ser algo do seu interior. A psique, o Logos, a ratio latina, a razão moderna, a consciência ou o eu transcendental foram estabelecidos como especificidades do ser humano.

³² Sloterdijk, Peter. Idem. P. 47 ss..

Os gregos estruturaram, desde os pré-socráticos no século IX antes de Cristo, o pensamento racional que consiste em explicar toda a realidade a partir de princípios previamente elaborados. O grande princípio adotado e, ainda hoje, fundamental para as ciências empíricas, é o princípio de causalidade. Princípio que Heidegger analisou longamente em sua obra *Der Satz vom Grund – O Princípio de Razão* – que, em duas palavras, traça o caminho da Natureza à Razão Pura.³³

Esse percurso começa com a psique como o elemento humanizante da humanidade. O termo grego *psychein* significa, inicialmente, alento ou sopro. Como o sopro é uma fundamental característica da vida passa a ser sinônimo de vida, depois de alma e, por fim, substituído pelo *Logos* e pela *Ratio* latina.

O roteiro racional dos gregos continua, no ocidente, a orientar a produção do conhecimento.

A filosofia moderna fixou definitivamente a definição: o homem é um animal racional. E a Razão tornou-se a instância suprema para definir o certo e o errado, o falso e o verdadeiro, o bem e o mal. Seu último passo foi estabelecer a ciência como a única capaz de traçar a vida humana. Henri Atlan confirma, resumindo o pensamento de seus ouvintes: “Não acreditamos mais nas religiões, nem nas filosofias, somente nas ciências, porque ela é bem-sucedida. É, portanto, dever dos cientistas nos indicar como viver”.³⁴

³³ Heidegger, Martin. *Der Satz vom Grund*. Trad. Francesa. *Le Principe de Raison*. Paris: Gallimard, 1962.

³⁴ Atlan, Henri. Em Pessis-Pasternak, *Do Caos à Inteligência Artificial – Quando os Cientistas se Interrogam*. S. Paulo.: UNESP, 1993, p. 63.

4.3 A Corporeidade ressuscitada

Já foi dito, todos sabem e muitos concordam que o corpo é apenas uma parte do composto humano. Pior, é uma parte inferior, subalterna e explorada. Recentemente, segundo Roy Porter, estaria acontecendo uma autêntica ressurreição do Corpo³⁵. O corpo foi liberto de muitos tabus. Há uma forte exaltação do corpo, especialmente, através do cultivo da imagem estética e do potencial físico. Infelizmente não é possível desenvolver, devido a limites de tempo e do tema. Entretanto, como a metodologia adotada é filosofar e, também, porque é importante para uma compreensão antropológica, tornou-se interessante uma incursão entre alguns pensadores, classificados como filósofos existencialistas.

O existencialismo é uma corrente, que se afasta da metafísica clássica e do racionalismo, para pensar o ser humano como existência. O modo de ser do homem é ser-no-mundo. O homem se constrói enquanto se assume conscientemente em sua existência num tempo e num espaço determinados. O que significa dizer, nas palavras de Heidegger, o “homem é um ser datado e situado”.³⁶ E, para Sartre, “O homem embrenha-se na sua vida, desenha seu retrato, e para lá desse retrato não há nada (...) e é responsável por tudo quanto fizer”.³⁷

4.4 O homem é seu corpo

O passo mais avançado do existencialismo foi dado, no meu entender, por Maurice Merleau-Ponty. Enquanto os existencialistas, em

³⁵ Porter, Roy. História do Corpo. Em Burke, Peter (org.), A Escrita da História – Novas Perspectivas.. São Paulo: UNESP. 1992. P. 291.

³⁶ Heidegger, Martin. L'Être et le temps. Paris: Gallimard, 1964. P. 64.

³⁷ Sartre, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Lisboa: Editorial presença, 1964. P.2 64.

geral, continuam privilegiando a consciência, Merleau-Ponty declara que o ser humano é um ser corporal. O corpo é a totalidade do homem. No corpo estão os limites e todas as possibilidades de cada ser humano.³⁸ É importante lembrar que se o corpo é a totalidade do ser humano, fica claro que o corpo deixa de ser uma parte do homem como consta nas antropologias dualistas. Todas as manifestações humanas são preservadas nele porque são suas manifestações. A novidade é que a única origem delas é o corpo.

Esta reviravolta filosófica, não está isolada, ao contrário, encontra total respaldo nas ciências biológicas. Para entender a dimensão do novo cenário é bom lembrar Galileu Galilei, ao anunciar que a ciência precisava ser uma leitura do universo. O universo, segundo ele, é um livro escrito em caracteres matemáticos e figuras geométricas. A física tornou-se a ciência exemplar. O corpo, uma máquina, foi tratado com o mesmo modelo de leitura do universo.

As ciências biológicas entraram em cena para mostrar que as criaturas biológicas, homens, animais e plantas não se submetem às seqüências causais lógicas. Neste sentido, Gregory Bateson, que confessou ter crescido em meio aos princípios genéticos mendelianos, escreveu: "A vida, provavelmente, nem sempre estará interessada em saber o que é logicamente aceitável. Eu ficaria surpreso se ela estivesse."³⁹

4.5. A corporeidade recriada

O avanço das ciências biológicas provocou uma resistência ao predomínio da Física e passou a exigir uma leitura diferente dos seres vivos. A metáfora do mundo como um livro, proposta por Galileu, pode ser aceita

³⁸ Merleau-Ponty. *La Phénoménologie de la Perception*. Paris: Gallimard, 1945.p. 106.

³⁹ Bateson, Gregory. *Os homens são como plantas*. Em Thompson (Org.) *Gaia – Uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Gaia. 1990. P.42.

para o corpo. O corpo, sim, é um livro, mas não está escrito com caracteres matemáticos e figuras geométricas, mas com moléculas, genes e neurônios. O mais impressionante é que o leitor é, ao mesmo tempo, o autor deste livro. Sua leitura não depende exclusivamente da inteligência, mas requer uma alfabetização corporal que ouve a fala e lê a escrita do corpo.

Sem dúvida nenhuma, o corpo humano é um livro, mas não nos moldes do universo físico de Galileu, e sim como um livro vivo, cuja leitura exige outro tipo de leitor. Sua leitura depende, acima de tudo, da sensibilidade. O corpo deixa de ser objeto externo para ser sujeito e objeto ao mesmo tempo.

Um grupo de neurocientistas, cada vez mais numeroso, mostra que o corpo é um organismo e não uma máquina. A diferença entre organismo e máquina foi muito bem caracterizada por Michel Maffesoli através da distinção entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica, que rege o corpo/organismo, mantém todas as partes em contínua comunicação. Assim, quando um membro for atingido por um estímulo qualquer ou ameaçado por um agressor, todo o organismo é mobilizado em seu favor. O corpo sempre dá sinais. É o fenômeno conhecido como biofeedback, (bio=vida+feedback=informação), fenômeno natural, mas que passou a ser um equipamento da medicina. Infelizmente somos alfabetizados apenas intelectualmente. Por isso, criamos ferramentas para detectá-los. A alfabetização existencial ou corporal continua sendo algo primitivo a ser superado. Ela nos ensinaria escutar o corpo diretamente. No corpo/máquina, a solidariedade mecânica não possui intercomunicação. Ela é apenas funcional pelo contato direto das partes ou peças.

A área das ciências biológicas, notadamente a biologia molecular, ao lado das neurociências, oferece elementos suficientes para repensar o ser humano como um organismo vivo, que, em última instância, pode redesenhar a participação da educação física nas práticas esportivas.

Essas contribuições são múltiplas. Nesta minha exposição não poderia deixar de apresentar algumas com o objetivo de oferecer dados a quem

possa realizar estudos e pesquisas. Vou começar por Humberto Maturana, criador da teoria da autopoiese e da biologia do conhecimento, junto com Francisco Varela. Pela autopoiese eles defendem o princípio de que todo organismo vivo é uma autorganização. Os organismos vivos trazem no seu DNA todas as mensagens inscritas que informam seu desenvolvimento. Assim, todo ser vivo é um sistema auto-referido, em oposição aos sistemas alo-referidos, as máquinas.⁴⁰ Para fundamentar a teoria da biologia do conhecimento, Maturana e Varela escreveram: “Nosso ponto de partida foi a consciência de que todo conhecer é uma ação da parte daquele que conhece. Todo conhecer depende da estrutura daquele que conhece”. Em nome deste ponto, confirmam os autores, “sustentamos as bases biológicas do conhecer”.⁴¹ E completam: “Este livro precisamente mostrará, ao estudar de perto o fenômeno do conhecimento e nossas ações ocasionadas por ele, que toda experiência cognitiva envolve aquele que conhece de maneira pessoal, enraizada em sua estrutura biológica”.⁴²

A lista dos cientistas e pensadores seria longa demais, entretanto, não posso deixar de citar António Damásio, estudioso de neurobiologia do comportamento humano e investigador das áreas cerebrais responsáveis pela tomada de decisões e de condutas. Observou o comportamento em centenas de doentes com lesões no córtex pré-frontal, permitindo concluir que, embora a capacidade intelectual se mantivesse intacta, esses doentes apresentavam mudanças constantes do comportamento social e incapacidade de estabelecer e respeitar regras sociais.⁴³ Por fim, nesta toada, pode-se encontrar pessoas surpreendentes que, de maneira

⁴⁰ Maturana, Humberto *De Máquinas e Seres Vivos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. P.14.

⁴¹ Maturana H. e Varela F. *A Árvore do Conhecimento*. Campinas S.P: Editorial Psy, 1989. P. 76.

⁴² *Idem* p. 61.

⁴³ Damásio, António. *Ver: O mistério da Consciência*. São Paulo: Cia das Letras. 2000. *E O Erro de Descartes – Emoções, Razão e o Cérebro Humano*. S. Paulo: Cia das Letras, 1996.

poética, comungam das mesmas idéias, como Eduardo Galeano: “O corpo não é máquina como diz a ciência. Nem culpa como nos faz crer a religião. O corpo é uma festa”.⁴⁴

V PARTE - ORIGEM DA POSSIBILIDADE DO ESPORTE CONSTRUIR CIDADANIA

“CIDADANIZAR”

O conflito da informação de duas versões do tema da conferência: “O esporte como possibilidade de construção da cidadania” e “O esporte adaptado como possibilidade de construção da cidadania”.⁴⁶ Na primeira versão a possibilidade de construção da cidadania faz parte da estrutura do esporte. O esporte é, pelo que é, construtor da cidadania. Na segunda versão, ao contrário, o esporte não teria originalmente possibilidade de construir a cidadania, mas precisa ser adaptado. Precisa de algo mais que deve ser acrescentado à sua estrutura.

Para chegar à origem da possibilidade – ou das possibilidades – do esporte, será estabelecida uma distinção entre três conceitos ou três fatos:

BRINQUEDO, JOGO, ESPORTE ou BRINCAR, JOGAR, PRATICAR ESPORTE

Chegamos, certamente, ao momento mais decisivo e mais desafiante desta caminhada filosofante. A preferência será dada à forma verbal, com exceção de esporte pelo fato de não ter a forma verbal correspondente.

⁴⁴ Mensagem recebida pela Internet.

⁴⁵ Informação via E-mail.

⁴⁶ Informação do Programa do Evento.

5.1 BRINCAR

5.1.1 Capacidade lúdica

Para começar, algumas ideias. A atividade de brincar é a manifestação da capacidade lúdica humana, a ludicidade. Já foi dito, com base de vários autores, entre eles Friedrich Schiller, autor da frase: "O homem se torna humano pelo brincar". Tal afirmação tornou-se o mote para repensar o ato lúdico como fonte primeira de toda a ação humana. Somente depois do brinquedo vem a construção da ferramenta, escreveu Konrad Lorenz.⁴⁷

Uma abordagem mais completa das funções da capacidade lúdica exigiria uma atenção mais exigente. Espero que alguns pontos fundamentais sejam suficientes para reconhecer sua íntima relação com o desenvolvimento do humano do homem.

Os estudos biológicos oferecem uma primeira e fundamental função do brincar. É brincando que a criança desenvolve as sinapses, que nada mais são do que informações interneuronais. Em manuais de neurociências pode-se encontrar o esquema de uma sinapse. A respeito dos neurônios, o neurobiólogo Jean-Pierre Changeux, reconhecido como o homem dos neurônios, calcula que cada ser humano possui 100 milhões de neurônios, mas para que sejam operacionais é preciso ativá-los, o que ocorre, particularmente, nas atividades lúdicas gerando sinapses. Assim, quanto mais a criança for exigida para resolver situações diversas em seus brinquedos, mais sinapses desenvolverá.⁴⁸

Gadamer trata a mesma questão, não a partir da biologia, mas a partir do pensar filosófico, ao tratar do brinquedo (*der Spiel*) como o fio condutor da explicação ontológica. Ele estabelece uma correlação entre a arte e o brinquedo na medida em que o identifica com o próprio

⁴⁷ Lorenz, Conrad. Op. Cit. P. 64.

⁴⁸ Changeux, Jean-Pierre. "O homem dos neurônios". Em Passis-Pasternak, Guitta. Do Caos à Inteligência Artificial. São Paulo: UNESP 1993. P. 153 e SS.

modo de ser da obra de arte. O artista produz uma obra de arte, cuja finalidade é a própria obra. Do mesmo modo aquele que brinca sabe que o brincar é somente brincar. A obra de arte, assim como o brincar, tem seu verdadeiro ser em se tornar uma experiência que irá transformar aquele que a experimenta.⁴⁹

5.1.2 O mundo do brinquedo

Para seguir a caminhada, num esforço concentrado, diante da grande abrangência e da complexidade do tema brincar, esta última parte privilegiará o trabalho de Gerda Verden-Zöllner, “O Brincar na Relação Materno-Infantil: Fundamentos biológicos da consciência de si mesmo e da consciência social”, publicado no livro, “Amar e Brincar: Fundamentos Esquecidos do Humano”, em parceria com Humberto Maturana, já citado no início deste trabalho.

Para este momento, serão selecionados alguns pontos com maior afinidade ao objetivo perseguido até aqui. Entretanto, para quem, além de organizar, administrar e recomendar atividades esportivas, quer fundamentar seu trabalho, certamente, encontrará, na leitura de todo texto, excelentes informações. A introdução começa assim: “Este é um texto fora do comum, tanto em seu conteúdo quanto em sua apresentação”.⁵⁰

Como não poderia deixar de ser, a autora parte de uma referência muito forte sobre a questão do dualismo e da unidade do ser humano. “Com efeito, ao aceitar a separação de corpo e espírito como identidades que se negam mutuamente, inicia-se, para nós e para os demais, um sofrimento que só pode desaparecer com a experiência de unidade que os junte de novo.” E continua: “No cotidiano, aquilo que chamamos de

⁴⁹ Gadamer, Hans-Georg. Verdade e Método Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ.: Editora Vozes. 1998 p. 174 ss..

⁵⁰ Matura, H.Verden-Zöllner, G. Op. Cit. P.123.

vida espiritual é uma forma de vida no mundo que configuramos em nossa coexistência corporal com os outros". Para completar: "O humano surge no entrelaçamento de ambas as dimensões – a genética do Homo sapiens e a cultura da sociedade humana – na epigênese⁵¹ humana particular que implica viver como um ser humano entre humanos".⁵²

A autora parte da unidade do ser humano que se faz no âmbito da corporeidade. Reconhece que "devido à sua constituição biológica, a corporeidade humana não é fixa".⁵³ Tem a plasticidade de acordo com sua "estrutura inicial total de um sistema vivo que acontece como um fenômeno epigenético". E, como vimos em Maturana, teoria aceita por Gerda, é um sistema auto-referido. Neste contexto, devido à epigênese, o modo como uma criança vive a sua corporeidade, nos primeiros anos de vida, não é indiferente para seu desenvolvimento".⁵⁴ Ela sublinha que o humano não está inscrito na constituição genética, nem no compartilhamento da vida numa comunidade humana, mas o humano surge no entrelaçamento de ambas as dimensões. "Nascemos como Homo Sapiens e nos humanizamos no processo de viver como humanos ao viver como membros de uma comunidade social humana".⁵⁵

A humanização começa pelo contato corporal com a mãe que é operacionalizado pelo brincar. Ao anunciar tal fato, ela questiona a atitude difundida pela nossa cultura produtiva por não perceber que "o que define a brincadeira é um operar no presente". Contesta, também, a crença de que "ao brincar as crianças imitam as atitudes dos adultos

⁵¹ Epigênese: Aparecimento no ser vivo em desenvolvimento de uma forma nova que não existia em germe.

⁵² Verden-Zöller, G. Op. Cit p. 129.

⁵³ Idem p. 132.

⁵⁴ Idem, ibidem

⁵⁵ Idem p. 133.

como se estivessem em preparação para a vida futura”.⁵⁶ De fato, segundo ela, “todo comportamento vivido fora dos domínios do propósito ou da intencionalidade ocorre como válido em si mesmo. Se é vivido dessa maneira é vivido no brincar”.⁵⁷ O brinquedo, no caso da criança, é a maneira como se relaciona com a mãe. Seu brincar, pode-se dizer, é um relacionar-se. “O bebê se encontra com sua mãe na brincadeira antes de começar a viver na linguagem”.⁵⁸

Esse ambiente nem sempre é tranquilo, o que acontece quando “a mãe pode não se encontrar com o bebe na brincadeira”, o que ocorreria por várias razões. “Neste caso, a biologia do bebê é negada – ou não é confirmada – no fluxo de seu crescimento e transformação corporal como um bebê humano em interações humanas”.⁵⁹ E mais, todo bebê, humano ou não, que “não encontre, no brincar, uma mãe que o confirme como bebê, terá dificuldades para crescer como um adulto normal, capaz de viver a vida solitária ou comunitária de sua classe”.⁶⁰

Ao lado do corpo e da brincadeira, o movimento recebe uma valorização especial. Isto porque quando a criança conhece de modo operacional sua cabeça, seus membros, enfim todas as partes de seu corpo em movimento, ela pode identificar e diferenciar o seu entorno. Pode, assim, tomar consciência operacional da forma dinâmica de sua corporeidade.⁶¹

O momento profundamente decisivo do pensamento da Dra. Gerda, no meu entender, é referente ao brincar e à consciência de si e do outro. Tema detalhado em nove parágrafos não muito extensos. Vou reproduzir passagens de três desses parágrafos. 1º. “Na criança, a consciência individual

⁵⁶ Idem p. 144/5.

⁵⁷ Idem p.146.

⁵⁸ Idem. Ibidem.

⁵⁹ Idem Ibidem.

⁶⁰ Idem p. 147.

⁶¹ Idem, p. 159.

surge com o desenvolvimento de sua consciência corporal quando ela aprende seu corpo e o aceita como seu domínio de possibilidades, ao aprender a viver consigo mesma e com os outros na linguagem”.⁶² 2º.“A criança só adquire sua consciência social e autoconsciência quando cresce na consciência operacional de sua corporeidade. Ela só pode crescer dessa maneira quando o faz numa dinâmica de brincadeira com a mãe e o pai”.⁶³ 3º.“Adquirimos consciência individual e social por meio da consciência corporal operacional”.⁶⁴

A brincadeira pode ser expressa, também, metaforicamente. Angelus Silesius, médico e pensador do século XVII, num pequeno poema de quatro versos, compara florescer com brincar:

“A Flor é sem por quê,
Floresce por florescer
Não olha para si mesma,
Nem pergunta se alguém a vê!”⁶⁵

Depois de ler essas informações, seja nas citações ou nos comentários, parece evidente que há três pontos fundamentais. Primeiro, a compreensão da corporeidade como expressão da unidade do ser humano. Segundo, a brincadeira como construção e manifestação da operacionalidade corporal no convívio com os outros. Terceiro, a criança, pela consciência operacional de sua corporeidade na brincadeira, adquire a consciência social e autoconsciência.

⁶² Idem. P.228.

⁶³ Idem p. 231.

⁶⁴ Idem p. 232.

⁶⁵ Silesius, Angelus. Em Leão, Emmanuel Carneiro. Aprendendo a Pensar. Petrópolis: Vozes, p. 167.

Pelo exposto, parece inquestionável que a atividade lúdica é a fonte originária que inspira o jogo e o esporte. O mais instigante é saber até que ponto a originalidade da brincadeira continua presente.

5.2 Jogar

Jogo, mais uma palavra de enorme abrangência que pode significar diferentes atividades, artifícios ou astúcias. Entrar nesse labirinto semântico, agora, não será possível. O aspecto que é necessário para continuar o nosso tema exige concentrar a atenção na passagem da brincadeira para o jogo. O primeiro indício desta passagem foi oferecido no final do texto da Dra. Gerda Verden-Zöller. Ela indica, com as seguintes palavras, a passagem da brincadeira para o jogo: “Deixamos de brincar quando perdemos a inocência, e a perdemos quando deixamos de atentar para o que fazemos e voltamos a atenção para as conseqüências de nossas ações”.⁶⁶

Uma imagem provisória do jogo pode ser a de quem tem os pés no brinquedo e a cabeça no esporte. O jogo conserva elementos da brincadeira e acrescenta outros que fundaram o esporte. O jogador não abandona a liberdade de brincar, mas se submete às regras do jogo. Hoje, se torna mais fácil encontrar, nos jogadores, a fisionomia do atleta do que as bochechas do bebê.

O jogo, pelo seu afastamento da brincadeira, torna-se uma atividade organizada por um sistema de regras, por dimensões de espaço, por duração de tempo, por funções específicas, por materiais adequados, por perfis de participantes ou por resultados que oscilam entre vitórias e derrotas. Entretanto, no jogo, podem permanecer muitos traços da ludicidade, especialmente, em relação a alterações nas regras, na duração do tempo, na extensão do espaço, na troca de material esportivo, na adaptação da estrutura da atividade nas condições ou

⁶⁶ Idem p. 232.

interesses dos participantes, que se podem distribuir pelos objetivos de diversão, de passa-tempo, de saúde, de emagrecimento, de encontro com amigos, entre outros.

Quando prestamos atenção à compreensão de jogo, vigente na linguagem daqueles que, de alguma maneira, acompanham os eventos esportivos ela está mais próxima do esporte do que da brincadeira. Apesar disso, há um fator, que pode manter jogo e brincadeira muito próximos, pela acessibilidade aberta a todos. Esse fator pode desaparecer quando se pretende jogar nos moldes do esporte.

Em resumo, o jogo pode ser aproximado ao esporte por sua organização e por sua institucionalização; e pode manter a vitalidade original do brincar enquanto não recusa as adaptações de acordo com os praticantes. De qualquer maneira, o jogo será sempre uma transformação da brincadeira. Resta saber se é uma nova forma de brincar ou se é uma submissão aos valores de uma ordem social. O fator mais evidente do jogo é que pode ser visto como a antessala do esporte.

5.3 Praticar esporte

O conceito de esporte é menos problema que o de jogo. Parece haver um quase consenso de que se trata de uma atividade oriunda do jogo, mas que adota a ciência e a técnica como seus princípios básicos de organização. Além disso, em oposição ao brincar e ao jogar, que se fundamentam naqueles que brincam ou jogam – mais no brincar do que no jogar – o esporte privilegia uma estrutura autônoma, digamos, racional e científica.

Os autores citados, agora, pertencem a outra linha de pensamento, talvez, mais questionadores do que defensores do esporte, pelo menos, pela maneira como está presente na sociedade moderna, como está sendo praticado e como está sendo explorado pelas ideologias reinantes em cada sociedade.

É indispensável lembrar, a título de orientação, que o conceito de esporte, assumido neste trabalho, é o de esporte moderno.

O homem da modernidade, já foi lembrado, identifica-se com a razão. O corpo tornou-se um mero objeto a ser investigado, dominado e utilizado para valores superiores. O esporte é uma das organizações que, em sua própria estrutura científica e técnica, oferece os mais promissores recursos de superar os limites físicos das possibilidades corporais. Neste sentido, não haveria diferença entre as diferentes ideologias. O privilegiamento da ciência e da técnica seria uma supra ideologia.

Antes da expansão universal do esporte cientificado, havia manifestações provenientes dos pensadores ligados à concepção idealista e utópica da história, quase religiosa, sem perspectiva científica, em favor de um olimpismo eterno. Entre ele estava o Baron de Coubertin. No interior deste grupo, tendo na frente Coubertin, nascem as Olimpíadas Modernas (1894). O lema: "Citius, Altius, Fortius". E os ideais: A coisa mais importante nos Jogos Olímpicos não é vencer, mas participar, assim como a coisa mais importante na vida não é o triunfo, mas a luta. O essencial não é ter vencido, mas ter lutado bem. A história, todos conhecem. Os grandes eventos esportivos sucumbiram diante da força de poderosos interesses. A partir da segunda metade do século XX começam as críticas da falsa exaltação dos esportes modernos. O número 43 da Revista Francesa *Partisans* de 1968, com o tema "Sport, Culture et Répression", centralizou as críticas sobre os rumos dos esportes modernos, em particular, os grandes eventos, incluídas as Olimpíadas.⁶⁷

Jean-Marie Brohm, sociólogo, antropólogo e filósofo francês, professor de Educação Física e de Sociologia na Universidade de

⁶⁷ Simson, Viv. Jennings, Andrew. Os Senhores dos anéis – Poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. São Paulo: Best seller, 1992. Trata das Olimpíadas de Barcelona, mas o livro, de fato, pretende mostrar "A verdade sobre os Jogos Olímpicos e o Esporte Internacional. O mito – A Verdade – O Clube.

Montpellier, é um dos críticos mais candentes do esporte moderno. Entretanto, ele afirma que sua análise do esporte não é, pelo menos o que ele deseja, nem normativa, nem axiológica, mas dialética e explicativa.⁶⁸ Mas, antes de seguir com Brohm, vamos lembrar outro sociólogo, cujas idéias ele defende. A situação do esporte moderno cientificizado e tecnologizado, foi descrita com clareza pelo cientista social canadense Erving Goffmann (1922-1982). Em alguns de seus estudos, ele dedicou uma atenção particular ao que ele denominou de Instituições Totais. Num sentido mais estrito, são lugares onde o indivíduo é isolado da sociedade, tendo suas atividades controladas e normatizadas, por exemplo, as prisões e algumas escolas internas. Esse mesmo conceito de Instituições Totais, num sentido mais amplo, ele transfere para o universo esportivo, especialmente, as concentrações. Portanto, afirmou ele, pode-se aceitar que “o sistema esportivo é uma instituição total, realmente totalitária que reúne todas as instâncias econômicas, políticas, sociais, ideológicas e simbólicas das relações sociais de produção”. Neste círculo fechado acontece a “robotização do atleta e do cidadão”.⁶⁹

Voltando, agora, aos trabalhos de sociologia do esporte de Jean-Marie Brohm, encontramos uma documentada crítica dos esportes nos diferentes espaços referidos por Goffmann. Seu bordão central está na afirmação de que o “corpo é o alvo predileto dos esportes no engodo de uma falsa exaltação. Para ele, haveria uma suposta sublimação do corpo que é, de fato, uma dessublimação”.⁷⁰

Pela leitura, ainda que apenas em parte, da crítica sociológica do esporte de Brohm, é possível identificar algumas idéias centrais.

⁶⁸ Brohm, Jean-Marie op. Cit. 58.

⁶⁹ Goffmann, Erving. *Em Sociologie Politique du Sport*. J-P Delarge. 1972. p. 59.

⁷⁰ Brohm, Jean-Marie. *La civilisation du corps sublimation et désublimation repressive..* Paris: Maspero. 1972.

5.3.1 O esporte não é simplesmente esporte

O esporte não é simplesmente esporte por que se reveste de máscaras. A política, talvez, seja a mais marcante. Os governantes transformam o esporte em meio de autopromoção e de governar, a exemplo dos imperadores romanos, camuflam os desmandos. Os incentivos às práticas, especialmente entre os jovens, coroadas com eventos nacionais apresentam uma face positiva das autoridades. Há outro modo do esporte entrar na política, um pouco mais agressivo, é a pressão de bons resultados, especialmente, em eventos esportivos internacionais. A utilização dessas duas formas de camuflar interesses políticos atrás dos esportes é uma prática no mundo inteiro, tanto em países, ditos totalitários, tanto em países, considerados democráticos. Os exemplos são muitos. As Olimpíadas de Moscou, boicotadas pelos Estados Unidos, e, para ficarmos entre nós, basta lembrar as copas do mundo de futebol, de 1970, vencida pelo Brasil, e a de 1978, vencida pela Argentina.

5.3.2 Esporte e negócios

O esporte foi transformado num fabuloso centro de negócios que reúne os mais diversos interesses econômicos. De fato, o esporte tornou-se uma verdadeira mercadoria disputada pela cobiça de empresários e empresas. Na ponta da lista estão as empresas de fabricação de material esportivo, empresas de marketing, empresas de bebida, empresas midiáticas, apenas para citar as que estão em maior evidência. Essas empresas possuem tanta força que conseguem garantir o monopólio e a exclusividade de seus produtos, especialmente bebidas, durante e no espaço onde ocorrem os eventos. Chegam a chantagear governos locais para suspender leis que proíbem, por exemplo, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios. O esporte, atualmente, segundo Brohm, é a vitrine mais espetacular da sociedade de mercado mundializada. Realmente o esporte se tornou uma mercadoria chave desta sociedade.

3ª. Esporte e ideologia

A vinculação do esporte à ideologia é decorrente da intromissão política. Um pouco parecida com a religião. O esporte constitui um corpo de poder político, um lugar de investimento ideológico nos gestos e na apresentação da bandeira nacional pelos atletas vencedores, numa afronta ao ideal olímpico de universalidade pela integração de todos os povos. Pode-se perceber, por exemplo, os confrontos entre os Estados socialista e os Países capitalista para mostrar a supremacia dos respectivos regimes. Mas existe, também, a valorização ideológica do esforço, do treinamento, das renúncias, da disciplina, das virtudes adquiridas graças aos esportes. O paroxismo ideológico, talvez, esteja concentrado na imagem emblemática da transformação do atleta vencedor em símbolo sexual.

4ª. Esporte e mídia

Os meios de comunicação, tanto os grandes quanto os pequenos, abrem significativos espaços aos esportes. Tal liberalidade não é devida à valorização do esporte em si, mas, exatamente, em função do político, do econômico e do ideológico. Canais de televisão, redes de rádio, revistas, jornais, inclusive a internet, dificilmente, deixam de apresentar matérias esportivas. Surgiu, assim, a necessidade de um, assim chamado, jornalismo esportivo, geralmente baseado em opiniões que, muitas vezes são desmentidas antes que o jornalista comentarista conclua a frase. A emoção faz parte deste tipo de jornalismo.

VI PARTE – AS CONCLUSÕES NÃO CONCLUSIVAS

As conclusões não são conclusivas. O filosofar não constrói caminhos para chegar a um lugar definitivo. Ponto final. Apenas percebe que chegou o momento de pensar se o que aconteceu na caminhada nos oferece

subsídios, luzes para: primeiro, rever as nossas convicções e certezas; segundo, para tomar decisões e intervir em nossa sociedade .

Criei uma série de dificuldades pela distinção entre brincar, jogar e praticar esporte. Eu pensei, particularmente, na inclusão de esportes na escola. Não vou falar em Cidadania, mas em cidadanias, conseqüentemente em diferentes perfis de cidadãos.

Poderia conceituá-los assim:

Cidadão brincador (ou seria brincador cidadão?)

Cidadão jogador (ou seria jogador cidadão?)

Cidadão atleta (ou seria atleta cidadão?)

No texto será adotada a segunda formulação pela simples razão de que seria a brincadeira, o jogo e o esporte que construiriam, respectivamente, os tipos de cidadania ou os perfis dos cidadãos.

Vamos ver como fica.

6.1 Brincador cidadão

A seguinte passagem de Gerda Verden-Zöller, anteriormente citada, é um bom começo para entender os benefícios do brincar para a inclusão cidadã: "A criança só adquire sua consciência social e autoconsciência quando cresce na consciência operacional de sua corporeidade. Ela só pode crescer dessa maneira quando o faz numa dinâmica de brincadeira com a mãe e o pai".

Sublinho três pontos. Primeiro ponto, "consciência operacional da sua corporeidade". Certamente, tal fato, no meu entender, deve estar presente em toda a existência humana, em qualquer circunstância. Fundamento para uma existência autêntica, na linguagem existencialista. Segundo ponto, "dinâmica da brincadeira". Manter a dinâmica da brincadeira significa inspirar-se nos valores praticados quando se brinca. Terceiro ponto, "com a

mãe e o pai". Eles são os responsáveis para desenvolver a socialidade, que será estendida no convívio com as outras pessoas.

É importante lembrar que se trata de ter consciência da operacionalidade do corpo. É pelo corpo que os bebês convivem e se comunicam. A linguagem vem depois, avisa a Profª. Gerda. Nunca é demais chamar a atenção sobre o corpo como o referencial primeiro de toda manifestação individual e de todo relacionamento com os outros.⁷¹

Na dinâmica da brincadeira observo que há participação da individualidade na diversidade e, também, conflitos e reconciliações.

Brincar não significa inutilidade, ao contrário, é fonte de inspiração, de criatividade, de sensibilidade, de cooperação e de solidariedade. A história das descobertas científicas revela que, em muitos casos, foi num momento de brincadeira, e não na seriedade do laboratório, que o estalo aconteceu.

Que outro valor da brincadeira deveria permancer no cidadão ? Aqui está o espaço do leitor responder.

Uma observação importante, a brincadeira pode manifestar comportamentos doentios, como o caso de Pierre Rivière, narrado por Michel Foucault. Pierre brincava espetando ou crucificando pequenos insetos ou passarinhos em árvores.⁷²

Por fim, será que o seguinte fato é um exemplo onde aparecem valores do brincar na seriedade de um comportamento?:

" Ontem, (domingo) fiquei o dia todo fora. E como só voltei para casa tarde da noite, não cheguei a ver nenhuma notícia sobre o Brasil. Só meu amigo Léo me avisou rapidamente pelo WhatsApp, no domingo à noite, que um incêndio em uma boate do Sul matou um monte de jovens.

Hoje de manhã, cheguei para trabalhar, e muitos japoneses que trabalham aqui na ONU estavam enfileirados, lado a lado, na porta do

⁷¹ Vigarello, Georges. Escreveu: "O corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca o bebê". Em *Le Corps Redressé- Histoire d'un Pouvoir e Pédagogique*. P. 10.

⁷² Foucault, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro, Graal. 1977.

escritório, com uma expressão grave em seus rostos. Todos se curvaram respeitosamente para mim e, um a um, expresaram seu 'profundo pesar diante da tragédia que atingiu seu povo, zaccarô-san...'

Meu povo ? '... Sim, seu povo, zaccarô-san...'

Muitos funcionários japoneses, desde altas autoridades até a velhinha da limpeza, expressaram suas condolências nos corredores, quando nos encontramos pelo mesmo motivo, e nos mesmos termos.

Eu confesso que nem tinha me sentido atingido pela tragédia (...) senti pena dos envolvidos, mas não tinha me sentido atingido PESSOALMENTE, e talvez muitos aqui não. Não é nossa família, e não são nossos amigos ou conhecidos...⁷³

6.2 Jogador cidadão

Evidentemente ninguém propõe continuar somente brincando a vida inteira. Muito menos permanecer infantil. O que importa é preservar as vivências lúdicas e a espiritualidade da inocência nas fases da existência. O processo de desenvolvimento pessoal e social exige níveis de organização. O jogo, como foi referido anteriormente, pelo seu afastamento da brincadeira, torna-se uma atividade organizada por um sistema de regras, por dimensões de espaço, por duração de tempo, por funções específicas, por materiais adequados, por perfis de participantes e por resultados que oscilam entre vitórias e derrotas. Entretanto nada é intocável. Tudo pode ser revisado pelos praticantes.

No jogo, o fazer fica em segundo plano, o que importa são as consequências de nossas ações. O que continua presente é a pessoa. O jogo não é uma imposição, muito menos uma obrigação. Joga-se por

⁷³ Texto inserido na crônica, Palavra de Médico, do Dr. J.J. Camargo no Jornal Zero Hora, 19,05,2013.

outras razões como foi visto. Numa palavra, toda a estrutura do jogo pode ser alterada pelas decisões de seus praticantes e de seus objetivos.

Resumindo a passagem da brincadeira para o jogo estaria no processo de organização das atividades através de regras. Na história de Garrincha, há uma descrição que, no meu entendimento, mostra a diferença. "Se o seu marcador é uma montanha científica e técnica, cairá sempre sentado, diante do drible que não tem a logicidade do marcador. O defensor russo era um artifício mecânico, enquanto o atacante brasileiro era um poeta do gingado".

Outros fatos recentes divulgados pela imprensa: O gesto de um treinador que, na vitória do campeonato paulista, pediu para que os atletas vencedores, ao final da partida, não fizessem a volta olímpica, Era na casa do perdedor. Seria uma afronta. Numa partida final da Libertadores, entretanto, aconteceu o contrário. Por fim, os índios Bororos do Mato Grosso jogavam futebol segundo seus valores. Quando acontecia um gol, as duas equipes festejavam. Para uma antropóloga da UFRGS, essa atitude mostraria que eles jamais teriam sucesso em nossa sociedade.

E os Jogos Cooperativos fariam a fusão entre brincar e jogar? Novamente a resposta pertence ao leitor.

6.3 Atleta cidadão

Chegamos à última etapa. O objetivo maior desta tarefa: confirmar ou negar a possibilidade do esporte para a construção da cidadania. Em princípio, pode-se afirmar que todo esporte constrói cidadania. Entretanto, antes de sustentar tal afirmação, é fundamental saber se todas as atividades, classificadas como esporte são, exatamente, esportes. E esporte com o mesmo sentido ou univocidade. A quem cabe definir o que é e o que não é esporte? Depende de autoridades credenciadas? Ou existe uma estrutura específica de identificação?

Além disso, é preciso haver concordância a respeito da compreensão de cidadania. Nesta altura, depois de tudo o que foi apresentado cada um pode assumir a posição que julgar mais correta.

É minha obrigação expor a minha compreensão. Quanto ao esporte sustento que todo esporte tem potencial de construir cidadania. Entretanto, não se trata de um mesmo tipo de cidadania, mas de cidadanias diferentes dependendo dos valores que se quer desenvolver. Por exemplo, as lutas marciais, outros preferem dizer artes, devem construir um tipo de cidadania que, para muitos, entre eles eu, é uma cidadania para uma ordem social doentia. E argumento. Se as rinhas de galo são proibidas por serem cruéis, por que as rinhas de homens são permitidas, como o Boxe, UFC, etc.

Como classificar os cidadãos formados por tais “esportes”? Talvez, pela tese de Zigmunt Bauman, tais cidadãos se enquadrem “Neste mundo de ‘caçadores’ e não de ‘jardineiros’”.

Continuo seguindo a linha do meu pensamento. A estrutura do esporte, sob qualquer ângulo, não foi desenhada para construir a cidadania. O que acontece é o contrário. A estrutura da ordem social é imposta ao esporte para que este construa a cidadania conveniente. Portanto os valores lúdicos foram esquecidos.

Agora vou recorrer ao apoio dos argumentos apresentados por sociólogos do esporte. A turma é numerosa e bem fundamentada. Ficarei com extratos de alguns desses pensadores, limitados ao universo das minhas leituras. Evidentemente, segundo a minha ótica, os mais vigorosos.

Jean Baudrillard, depois de uma visita aos Estados Unidos, escreveu em seu livro América: “Existe uma linha direta que leva dos instrumentos de tortura da Idade Média aos movimentos industriais do trabalho em cadeia, e depois às técnicas de remodelação do corpo por próteses mecânicas que formam o trabalhador modelo, o corpo perfeito e o atleta vencedor”.

Fenômenos, segundo ele, caracterizariam uma nova forma de servidão voluntária, lembrando o Discurso da Servidão Voluntária de La Boétie.⁷⁴

Jean-Marie Brohm: “É somente com a forma historicamente a mais desenvolvida do modo de produção capitalista que o esporte se torna uma categoria abstrata e simples. Em outras palavras, é a evolução histórica que produziu a categoria abstrata de esporte enquanto reflexo capitalista industrial, da mesma forma que é o trabalho abstrato e simples do maquinismo industrial que produziu a categoria de trabalho em geral”.⁷⁵ (...) “O esporte, já dissemos, é o modelo reduzido da sociedade capitalista ocidental, alicerçado sobre o rendimento e a produtividade. O microcosmo capitalista”.⁷⁶

Zigmunt Bauman (1925), sociólogo e filósofo polonês, produziu uma vasta obra sobre os estranhos dentro de uma sociedade. Boa parte da obra é dedicada aos guetos sociais, em especial, os guetos judeus. A ideia central de Bauman está nestas afirmações: “Os estranhos tipicamente modernos foram o refúgio do zelo de organização do estado” e “A diferença essencial entre as modalidades socialmente produzidas de estranhos modernos e pós-modernos, enquanto os estranhos modernos tinham a marca do gado de aniquilação, e serviam como marcas divisórias para a fronteira em progressão da ordem a ser constituída, os pós-modernos, alegre ou relutantemente, mas por consenso unânime ou por resignação estão aqui para ficar.”⁷⁷

Os estranhos do esporte fazem parte deste segundo grupo. O exemplo é este: Uma pesquisa planejada para a “Descoberta do talento esportivo” e aplicada em escolas para 100.000 crianças e adolescentes dos 10 aos 15 anos, admite que 3.000 mostrariam que possuem talento esportivo a ser desenvolvido. E os restantes 97 mil fazem parte dos

⁷⁴ Baudrillard, Jean. América. Barcelona: Ed. Anagrama. 1987. P. 54..

⁷⁵ Brohm, Jean-Marie, Sociologie Politique du Sport. Paris: Délarge, Éditeur, 1976, p. 32.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Bauman, Zigmunt. Em Larriquet, Daniel, Jornal La Nacion. Jueves, 13 marzo de 2008. P. 23 e 43.

estranhos. No interior dos clubes, os reservas são estranhos, alguns nunca entram em campo. Sem falar daqueles que não atingem as qualidades físicas para tal modalidade esportiva.

Uma propriedade muito proclamada em toda parte é a possibilidade do esporte integrar ou reintegrar pessoas na ordem social. Os bordões são: o esporte é saúde, é educação, é integração, é afastamento e libertação das drogas. Ninguém nega que o esporte possa contribuir. Infelizmente, os fatos nem sempre confirmam. O livro, "Os Senhores dos Anéis - Poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas", traz informações e fatos.⁷⁸

Por fim, uma pergunta desafiadora: Por que há organizações de controle anti-drogas, os departamentos de medicina esportiva, os enormes aparatos médicos e os exames anti-doping, especialmente, nos grandes eventos?

Últimas palavras:

"Nossa cultura ocidental moderna desdenhou o brincar como uma característica fundamental generativa na vida humana integral. Talvez ela faça ainda mais: talvez negue o brincar como aspecto central da vida humana, numa preparação para a vida futura, mediante sua ênfase na competição, no sucesso e na instrumentalização de todos os atos e relações. Acreditamos que para recuperar um mundo de bem-estar social e individual – no qual o crime, o abuso, o fanatismo e a opressão mútua não sejam modos institucionalizados de viver, e sim erros ocasionais de coexistência – devemos devolver ao brincar o seu papel central na vida humana".⁷⁹

⁷⁸ Simson, Vyv e Jennings. Os Senhores dos Anéis. Poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas. São Paulo, Ed. Best Seller. 1992.

⁷⁹ Maturana, Humberto. Verde-Zöller. Op. Cit. P. 245.

CONSTRUINDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto¹

Quando analisamos a construção de políticas públicas de lazer no Brasil, falamos de um processo histórico contínuo construído por situações cotidianas com seus dilemas, limites, oportunidades, mudanças e impactos vividos ao longo do tempo. Momento importante para identificarmos e repensarmos que ações têm sido dinamizadas no sentido de dar concretude ao lazer como uma vivência de direito de todos os brasileiros, como garante a Constituição Federal de 1988, concretude que acontece de modo consciente ou não, sustentada por políticas diferentes, até mesmo contraditórias cada uma desejosa de promover certo tipo de sociedade e determinadas relações entre sujeitos, instituições e setores sociais.

Essa reflexão também nos remete ao entendimento de *política como arte* (implica sensibilidade para conhecer os sujeitos, suas necessidades e demandas, no sentido da promoção do bem comum) e

¹ A autora é licenciada em Educação Física pela UFMG, mestre em Educação Física: Recreação/Lazer, pela Unicamp, e doutora em Educação, pela UFMG. Docente aposentada da UFMG, atua como consultora em políticas de esporte e lazer; é pesquisadora neste campo, com várias publicações, e teve experiências como gestora na direção do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte/Ministério do Esporte e como supervisora da Autoridade Pública Olímpica. Contatos: leilamp@terra.com.br

ciência (fundamenta-se em estudos sobre o comportamento humano) *de governar* (trata de relações de poder), *de cuidar das decisões sobre problemas de interesse da coletividade* (refere-se, pois, à vida na *polis*, à vida em comum nas cidades), como discute Dallari (1983).

As políticas são, pois, fruto de práticas vividas cotidianamente articuladas por valores, finalidades e desafios sociais que variam segundo as decisões políticas e projetos de sociedade construídos em cada momento histórico, práticas que implicam também as demandas e os sonhos individuais e coletivos dos sujeitos e dos grupos.

Desde 1988, quando o lazer passou a ser reconhecido como um dos direitos sociais dos cidadãos, passamos a viver momentos históricos favorecedores de mudanças políticas que vinham sendo construídas, especialmente desde a primeira metade do século passado.

Nessa trajetória histórica, que expressa tensões, limites que foram e muitos ainda precisam ser superados, assim como oportunidades e conquistas mediadas por interesses coletivos e individuais vividos em sociedade. Destacam-se, a meu ver, alguns momentos de mudanças significativas, nas políticas de lazer, no Brasil. Mas que momentos históricos são esses? Que práticas políticas foram neles vividas?

Essas duas questões me motivaram a voltar o “olhar” ao passado e buscar reconstruir trajetórias das políticas públicas de lazer, no Brasil, desvendando mudanças e permanências, avanços e recuos, cujas lógicas tornam-se mais perceptíveis agora, no presente.

Esse é o objetivo desta reflexão que exponho, no presente texto, mas que, certamente, representa uma entre outras tantas possíveis leituras da nossa experiência histórica, no campo das políticas públicas de lazer.

A história das políticas públicas de lazer, no Brasil, iniciou sua construção a partir das políticas públicas recreativas existentes desde a primeira metade do século XX, quando a urbanização da sociedade brasileira influiu na incorporação de atividades de recreação aos hábitos urbanos. As cidades passaram a exigir políticas públicas que respondessem

aos novos desafios. E, nesse sentido, desenvolveram-se políticas públicas pioneiras, como a de Porto Alegre, em 1926, que criou o “Serviço de Recreação Pública”, gerando, por exemplo, a construção e a implantação de “jardins de recreio”, ação que inspirou políticas semelhantes em São Paulo, capital, em meados de 1930 (Feix, 2003; Marcassa, 2002). As atividades realizadas em São Paulo, mesmo não se constituindo num movimento homogêneo, mobilizaram a organização de programas recreativos para a massa operária, difundindo o reconhecimento de papéis específicos da recreação na formação de valores e hábitos dos trabalhadores.

Além disso, nas décadas de 1930 e 1940, um significativo movimento legal-institucional provocou mudanças consideradas avançadas para a época, incorporando novos grupos sociais aos esquemas de proteção social, mesmo que sob um padrão seletivo (de beneficiários), heterogêneo (de benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro) de intervenção do Estado.

Nesse período, destacou-se a promulgação do Decreto-lei n. 5.452, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recebida como um avanço nas relações sociais brasileiras e passo decisivo para nosso desenvolvimento econômico, social e humano, legislação que incluiu a regulamentação de um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66), intervalo para repouso/alimentação durante o trabalho (art. 71), além de remuneração para o repouso semanal (art. 67 a 69), os feriados (art. 70) e as férias (art. 129 a 153).

Mesmo como norma usada pelo Estado e a economia para disciplinar os corpos, trabalhos e tempos cotidianos da classe trabalhadora, adaptando-os ao sistema socioeconômico e político requerido pelo capitalismo, a CLT inaugurou um fato “novo”, ou seja, o reconhecimento legal de um “tempo social” que abriu espaço para experiências que, ao longo do século XX, foram sendo ressignificadas como lazer, à medida que, historicamente, foi sendo também reconhecido que o essencial da existência da vida dos atores sociais se desenrola para além do tempo dedicado ao mundo do trabalho remunerado.

Esse reconhecimento, na época, foi também tratado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, carta aprovada em 1948 pela Resolução da III Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário. Em seu artigo 24, esta Declaração Universal foca o direito dos homens ao repouso e ao lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas, periodicamente.

O direito ao “tempo livre” do qual trata a CLT/46 somente se estendeu a todos os trabalhadores do país com a disseminação da legislação trabalhista ao campo, obra do governo Castelo Branco, pouco depois do golpe militar de 1964 (DIEESE, 2002), e às mulheres, somente em 1993, durante a Conferência Mundial da ONU, realizada em Viena, quando essa Declaração passou a ser reconhecida como Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa é uma evidência a mais das lutas empreendidas pelos movimentos sociais nos últimos anos do último século.

A implementação da CLT/46 gerou a elaboração e a execução de “políticas de atividades recreativas”, com o objetivo de ocupar o “tempo de não trabalho” regulamentado, políticas assistencialistas que contribuíram para provocar desigualdades sociais, quanto ao direito ao tempo de lazer, pois esse “tempo livre” legalizado era de direito restrito aos homens trabalhadores assalariados urbanos.

Nessa perspectiva, no âmbito estatal, um marco importante foi a criação do “Departamento de Recreação Operária, no Rio de Janeiro” (1946). Ao mesmo tempo, no âmbito corporativo, os marcos foram a inauguração de clubes esportivo-recreativos financiados pelo Estado (como, por exemplo, o Minas Tênis Clube de Belo Horizonte, em 1945) e a criação, em 1946, do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC), como duas das soluções brasileiras para a prestação de serviços voltados ao atendimento das necessidades de Educação, Saúde, Lazer e Ação Social dos trabalhadores da indústria, do comércio e suas famílias (Pinto, 2008).

As “políticas de atividades” promovidas nessa época difundiram a “recreação orientada” como modelo de ação a ser desenvolvida pelas políticas

do “tempo livre”, que, aparentemente, tratavam dos problemas relacionados à organização e à vivência em um tempo social de “não trabalho”. Baseavam-se nos princípios funcionalistas, tendo como objetivos a recreação como distração, descanso e recomposição da força de trabalho, mantendo diferenças na posse da vida cultural que poderia ser vivida nesse “tempo”.

Já nas décadas de 1950-1970, a transformação do perfil da “política social brasileira”, no âmbito institucional-financeiro, abriu espaços para a organização dos sistemas públicos, ou estatalmente regulados, na área de bens e serviços sociais básicos. Com isso, foram abertos espaços para ações com tendências universalizantes, gerando, por exemplo, a difusão das “políticas de massa”, de relevante cobertura.

Nesse contexto, nasceram três estratégias vitoriosas na difusão das políticas recreativas. A primeira foi a “Campanha de Ruas de Recreio” (1958), que, nos anos de 1980, passaram a se chamar “Ruas de Lazer”, ação que, ainda hoje, representa o modelo de política pública de lazer de muitos municípios e estados brasileiros (Pinto, 2008). Outra campanha de sucesso foi o “Esporte para Todos” (EPT), iniciada em 1973, com apoio do Governo Federal, e que propunha a massificação de atividades físicas e esportivas, envolvendo municípios, voluntários e adesão dos praticantes em diversas atividades recreativas (Costa, 1977). Os indivíduos engajaram-se às ações do EPT, independentemente dos questionamentos sobre as injunções sociais envolvidas (Cavalcanti, 1984).

A segunda estratégia política que destacamos foi a inclusão, em 1962, da Recreação como disciplina obrigatória do currículo mínimo dos Cursos de Licenciatura em Educação Física do país (Pinto, 1992).

E a terceira estratégia foi a aliança entre as políticas de esporte, Educação Física e Recreação, pelo Decreto n. 69.450, de 1971 – em vigor até 1996.² Este dispôs sobre a obrigatoriedade da Educação Física escolar, como prática de atividades esportivo-recreativas, em todos os níveis de

² BRASIL. Decreto nº 69.450, de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 02 nov. 1971.

ensino do país, consagrando a Educação Física escolar como atividade e esta área como principal difusora da recreação no Brasil.

Essas estratégias tiveram reflexo na difusão das políticas de atividades, de doação de materiais e cessão de equipamentos específicos, sem que houvesse a preocupação com a participação humana nas ações vividas. A estrutura centralizadora e fragmentada (setores estanques), própria do Estado, na época, não reconhecia os usuários das atividades recreativas como atores sociais com necessidades e oportunidades diferentes (Zingoni, 2003).

Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pelo reconhecimento do lazer como força econômica. As exigências do estilo de vida capitalista influenciaram a propagação do lazer como tempo e espaço necessários para o consumo de várias formas de atividades de entretenimento produzidas e difundidas pela indústria cultural. Sob diferentes formas de consumo urbano, ampliaram-se a produção de bens, a oferta de serviços, a geração de empregos com demandas específicas ligadas ao lazer. Discotecas, teatros, *shows*, feiras de artesanato, cinemas, TVs, difusão de revistas, jornais, locais turísticos e de convivência e outros são lazeres difundidos por uma política econômica que se caracterizou, especialmente, pela privatização do lazer – em princípio, acessíveis a determinadas classes sociais que acessam estes serviços por recursos próprios (Pinto, 2008).

O lazer passou a ser um mercado emergente, em pleno processo de crescimento, gerador de expressiva atividade econômica, exigindo mão-de-obra cada vez mais diversificada e qualificada para gerar/atender novos empreendimentos neste campo, que incluem modalidades de negócios, desde franquias até iniciativas de pequeno porte. O contexto capitalista provocou, assim, a disseminação do lazer como mercadoria veiculada pela indústria cultural, tratando os indivíduos como potenciais consumidores das mercadorias lúdico-culturais ofertadas.

O privilégio do acesso diferenciado a esses bens aumentou as desigualdades quanto à democratização da produção cultural disponível para a vivência no tempo de lazer, embora essa democratização de oportunidades tenha sido, muitas vezes, sustentada por uma pretensa acessibilidade aos bens e mercadorias, por meio das trocas simbólicas, nas práticas cotidianas, que explicitam as diferenças que dão conteúdo às relações sociais.

Mas o início dos anos 80 foi também marcado pelo aumento da participação dos atores sociais nos processos de democratização do país, gestando um ambiente propício a mudanças políticas que vieram, posteriormente, a influir nas políticas em geral, e, especialmente, nas de lazer. As grandes mobilizações democráticas – como a Campanha pelas “Diretas Já” – e o nascer de novas formas de participação dos cidadãos na formulação e na gestão das políticas públicas geraram implementação das “orientações” da nossa Assembleia Nacional Constituinte (1988), que marcou um “novo” momento histórico.

Assim, após longo período de privação de liberdades democráticas, os anos 80 culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada avançada, quanto a sua ampliação/extensão dos direitos sociais e afirmação da cidadania, neles incluindo, pela primeira vez, o lazer.

No entanto, a inclusão do lazer na nossa Carta Magna, se, por um lado, representou avanço, quanto ao reconhecimento do lazer no conjunto dos direitos sociais, manteve-se, nessa legislação, uma conotação estigmatizante e questionada por muitos. Sobre isso, Marcellino (2001) ressalta que a inclusão do lazer, no Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, artigo 217, 3º e último parágrafo do item IV, que diz: “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”, é uma expressão carregada de vícios assistencialistas e justificativa baseada no critério da “utilidade”, não “dando conta” do direito ao lazer como base para o desenvolvimento social e humano.

Também a Constituição merece ser repensada, quanto à inclusão do direito ao lazer para as pessoas de todas as idades. Ela é clara, quando

explicita, no artigo 227, Capítulo VII, que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Mesmo com os limites apontados, a inclusão do lazer nos direitos constitucionais inaugurou algo “novo” nas nossas experiências políticas. O lazer deixou de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores (como coloca a CLT/1946), tratado apenas como atividade recreativa, e passou a ser reconhecido no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida.

Esse fato passou a desafiar governantes e a sociedade, quanto à elaboração e à implementação de políticas que pudessem reconhecer e proteger tal direito, suscitando demandas pela extensão dessa conquista a toda população. Esse desafio trouxe, no seu bojo, outro maior ainda, ou seja, a necessidade de repensar as políticas de lazer, que vinham sendo desenvolvidas como políticas de atividades, sem reflexos sociais mais amplos e continuados na vida de todos os brasileiros.

Neste momento histórico, vivemos mudanças importantes na trajetória das políticas públicas de lazer, em decorrência de difundidos estudos sobre o lazer em aprofundamento por meio de cursos de Especialização *Lato Sensu* e criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Lazer, no Brasil, destacando-se as produções da linha de concentração em “Recreação e Lazer” dos cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Educação Física da Unicamp³ – criados em 1988 e 1993, respectivamente. Como consequência, as pesquisas críticas, que passaram a ser desenvolvidas pelas universidades brasileiras, em diversos campos de conhecimento, desde esta época, têm influído em significativas

³ Disponível em: < www.fef.unicamp.br >. Acesso em 03 de agosto de 2013.

mudanças na elaboração, na gestão e na avaliação das políticas públicas de lazer em todo o país.

Os estudos críticos passaram a provocar discussões das relações das políticas de lazer com as políticas econômicas, educacionais e outras, tratando o lazer como um campo de criação humana e de práticas socioculturais de resistência à lógica do discurso consumista difundido à época.

Como analisa Zingoni (2004), nesse momento histórico, foi instigado o conflito contemporâneo em torno da cidadania e do lazer, envolvendo problemas relacionados não só a prerrogativas – afirmação e garantia de direitos –, mas também a provimento – quantidade e diversidade de meios para o pleno exercício dos direitos –, tarefa nada fácil, em um país como o nosso, com tantas demandas e desigualdades sociais, onde as administrações públicas da época persistiam numa estrutura de gestão burocrática, marcada pelo discurso da competência puramente técnica e da impessoalidade; onde existia, e ainda existe, outro estilo tradicional de governar, marcado pelo costume, pela fidelidade e a troca de favores. Nestes casos, evitavam-se as demandas coletivas e mantinham-se distâncias entre gestores e público beneficiário das políticas implementadas.

Assim, a partir do processo de redemocratização do Estado Brasileiro, iniciado em meados dos anos de 1980, novos espaços, novos conceitos e novas estratégias passaram a desafiar a relação entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, a década de 1990 se caracterizou por duas tendências. A primeira pode ser percebida por meio de uma série de reformas constitucionais, que enfatizaram os instrumentos da democracia direta, dando oportunidade à participação cidadã na administração pública. A segunda, pela evidência de um claro esforço na transferência dos serviços sociais por parte do governo central, passou a atribuir às comunidades um papel especial nessa condução. A autogestão social, que combina gerenciamento descentralizado dos recursos e criação de colegiados para sua administração, destacou-se como paradigma da nova ordem social, neste período histórico (Grau, 1998).

Nessa mesma sociedade, coexistiam formas distintas de ver e agir politicamente. Duas foram evidenciadas: a que se pautava pelo interesse da acumulação de capital e a que buscava a defesa da vida. A política neoliberal adotada pelo governo federal, desde os anos 80 do Século XX, estimulou o livre mercado, legitimando uma disputa entre aqueles que defendiam os interesses dessas duas ações políticas. Isso gerou, na maioria das vezes, a prioridade para interesses particulares, sobrepondo-se aos interesses públicos voltados à promoção dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, e particularmente a partir da segunda metade dessa década, expandiu-se, por todo o Brasil, a discussão sobre fatores determinantes do desenvolvimento, colocando em destaque as necessidades de provimento dos direitos cidadãos, de modo a implicar políticas que concebesssem o desenvolvimento somente como possibilidade de crescimento econômico necessariamente acompanhado da distribuição equitativa dos resultados dos ativos gerados, pois crescimento sem equidade é crescimento sem desenvolvimento (Zingoni, 2002); políticas que estabelecessem mediações entre o econômico, social, ambiental e humano, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população; que focalizassem um mercado orientado para a universalização do acesso aos bens e serviços oferecidos e não para a hierarquização desse acesso; políticas que se pautassem por valores cidadãos de sociabilidade, cooperação e associativismo, dentre outros.

Podemos ver que os avanços no âmbito jurídico-legal brasileiro, principalmente em decorrência da promulgação da Constituição Federal de 1988, revelaram relações de responsabilidades compartilhadas do lazer com outros campos de ação social, embora nascendo, ainda, com uma distância entre as implementações realizadas e as condições reais de conquistas dos direitos por crianças, jovens, adultos e idosos.

Ao mesmo tempo, as várias leis que passaram a implicar o lazer, no conjunto de seus dispositivos, desafiavam a construção de estratégias e de instrumentos gerenciais que pudessem, efetivamente, promover

a integração entre setores, buscando a equidade do atendimento proporcionado pelas políticas implicadas. Para isso, passou a ser indispensável a participação e a difusão de informações sobre esse aparato legal, acompanhadas de discussões sobre as possibilidades e os limites a serem enfrentados, rumo ao provimento necessário à conquista plena de todos os direitos em pauta.

Nessa perspectiva, é importante destacar a promulgação da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seus art. 4º e 59º, esta Lei explicita o lazer como direito que deve ser assegurado pela família, a sociedade em geral e o poder público, devendo os municípios estimular e facilitar a promoção de programas culturais com foco no lazer voltados à infância e juventude.

Também a Lei n. 8.080, de 19/09/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, no seu título 1, artigo 3º, explicita o lazer como um dos fatores determinantes da saúde de toda população. E a Lei n. 10.216, que dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, no seu art. 4º, destaca o lazer como um serviço obrigatório no tratamento dos cidadãos que se encontram em regime de internação hospitalar.

A Política Nacional do Idoso, regulamentada pela Lei n. 8.842, de 04/01/1994 (que gerou o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 01/10/2003), no capítulo IV, das ações governamentais, explicita que os programas de lazer devem ser incentivados de modo a proporcionar a melhoria da qualidade de vida do idoso e a sua participação comunitária.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), no capítulo II – Educação Básica –, art. 27º, item IV, e na Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, esclarece que a educação abrange processos formativos desenvolvidos nas várias manifestações culturais – na vida familiar e no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e outras.

Dentre seus objetivos, destaca o compromisso do país com a formação de sujeitos capazes de compreender a cidadania como participação social e política, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, com a adoção, no dia-a-dia, de atitudes de solidariedade, cooperação, respeito a si e ao outro e repúdio às injustiças sociais. E, na trilha da implementação da LDB/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000) ressaltam a Educação Física como área de conhecimento que cuida, especialmente, da educação corporal, nela considerando a educação para a participação lúdica no lazer.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto n. 3298, de 20 de outubro de 1999), regulamentada pela Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, trata o lazer juntamente com a cultura, o esporte e o turismo.

O Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013, dispõe que os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), dentre outras orientações legais, implicam também o esporte e o lazer.

As políticas públicas de esporte e lazer foram especialmente desenvolvidas dez anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, por força da Lei n. 9.615, de 1998, popularizada como “Lei Pelé”, que instituiu normas gerais para o desporto no país e incluiu no art. 2º, como um dos princípios da promoção do desporto pelo Estado:

“III - a democratização, garantida em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação; IV - a liberdade, expressa pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor; V - o direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não formais”.

O art. 3º, dessa Lei, que trata da natureza e das finalidades do desporto, caracterizou a manifestação que chamamos de “esporte de lazer”, como:

“II - desporto de participação, [exercitado] de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, da educação e da preservação do meio ambiente.”

A trajetória das políticas públicas, analisada neste texto, mostra-nos que a constituição legal das políticas de lazer pelo campo do esporte, no Brasil, é fruto de uma trajetória iniciada com a legitimação do esporte recreativo, alicerçada por alianças entre trabalho, recreação, educação física e esporte e consolidada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, o aparato legal e ações políticas dela decorrentes (Pinto, 2013).

Os anos de 2000 marcaram a mudança do entendimento de “esporte recreativo” para “esporte de lazer”, o que se deu pelo reconhecimento legal destes campos (o esporte e o lazer) como direitos de toda população, a criação de secretarias de Esporte e Lazer, nos governos federal, estaduais e municipais; pelas alianças intersetoriais do esporte e do lazer, com vários campos; pela consolidação do esporte de lazer e do lazer como campo de produção de conhecimentos, formação e ação profissionais, e pela implementação e a democratização de vários programas, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Ministério do Esporte, que buscam garantir a inclusão social e o acesso a práticas e conhecimentos de esporte de lazer, dentre outros aspectos que podemos considerar, (Pinto, 2013).

Um marco dessa mudança histórica foi a criação do Ministério do Esporte (2003), que, seguindo as orientações legais, incluiu a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) na sua estrutura organizacional, abrindo espaço para a promoção do lazer no país

e inovando a política pública brasileira, ao estruturar ações programáticas de esporte e lazer, que articularam Ciência e Tecnologia – produzidas com base nas demandas da realidade – com a implantação e a qualificação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, beneficiando toda a população (Pinto, 2013).

Outros marcos desses anos iniciais do Século XXI para as políticas de lazer foram as Conferências Nacionais de Esporte, sendo que a primeira, em 2004, definiu princípios, diretrizes, objetivos, propostas de ação e aponta para a estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Em decorrência, em 2005, foi elaborada a “Política Nacional de Esporte”, aprovada pela Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte, que regulamentou objetivos, diretrizes, ações/programas estratégicos e prioritários, fundamentados nos princípios da democratização da gestão, da participação da população, do acesso ao esporte e ao lazer, da universalização do acesso ao conhecimento e à prática do esporte e do lazer, e da importância dada às ações educativas. Essa política desafia a reversão do quadro de injustiças e exclusões sociais, a desigualdade de acesso às oportunidades disponíveis de esporte e lazer, as situações de risco e de vulnerabilidade social, que dificultam esse acesso.

A 2ª Conferência Nacional de Esporte, realizada em 2006, discutiu o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e a 3ª Conferência Nacional do Esporte (2010) definiu o Plano Decenal de Esporte e Lazer.

Nesse mesmo ano de 2010, o Brasil ganhou a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio 2016, o que implicou a responsabilidade do país para construir legados sociais que possam contribuir com a consolidação das políticas públicas de lazer, fortalecendo as ações interfederativas (integrando governos federal, estaduais e municipais). Também as ações intersetoriais ampliam relações do campo do lazer com o esporte, a educação, a arquitetura e a construção civil, o transporte urbano (aéreo, portuário e terrestre), as áreas da energia e das telecomunicações, do meio ambiente e da sustentabilidade, da segurança pública, da hotelaria,

do turismo, da cultura, da alimentação, da saúde, da comunicação, da publicidade, mobilizando serviços diversos: documentação e gestão das informações sobre as ações realizadas, garantia de direitos, ampliação de trabalhos e empregos, e qualificando programas, infraestruturas, equipamentos e a capacitação de recursos humanos.

Compromissos assumidos no dossiê de candidatura dos Jogos Rio 2016, apontam grandes possibilidades de legados positivos, não só de promoção esportiva e do lazer, como também de desenvolvimento social, cultural, econômico, ambiental e humano, alicerçados pela integração de diversas políticas públicas (Brasil, 2009).

Em síntese, essa releitura histórica das políticas brasileiras mostra-nos que o lazer não é uma esfera social isolada. Insere-se nas relações sociais como um todo e é perpassado por relações de poder que integram toda a sociedade. Nesse contexto, vimos que, mesmo imbuídos da necessidade e de desejos de mudanças históricas, estamos sempre sendo confrontados com vários interesses – políticos, econômicos e outros –, que tornam complexo o desenvolvimento das políticas de lazer no país.

Os momentos históricos analisados mostram que, ao mesmo tempo que o lazer participou da reprodução social vivida em cada momento histórico abriu espaços importantes para a reversão de valores e papéis sociais no mesmo contexto histórico. Afinal, o lazer é tempo-espaço-opportunidade de reprodução da ideologia dominante e das desigualdades sociais, bem como de produção crítica e criativa sobre suas próprias relações e conteúdos vividos.

Desse modo, as políticas de lazer não podem ser pensadas somente a partir das suas questões específicas. Precisam também implicar as potencialidades que se abrem com a transversalidade do lazer e as políticas sociais, com consciência da importância do lazer nessas políticas.

Como diz Kliksberg (2000), esse processo é influenciado tanto pela capacidade de funcionamento adequado da vida das pessoas e dos

grupos quanto pela intermediação de interesses e fatores mobilizadores de comprometimento e adesão de sujeitos às ações coletivas.

Tal processo constitui-se um dos fatores de melhoria da qualidade de vida, pois tem possibilidade de impactar na superação de preconceitos e desigualdades e na desagregação da vida social, mobilizando a autoestima individual e coletiva, assim como a organização de sujeitos e grupos, para lutar e corresponsabilizar-se a favor de melhorias de condições de vida. Trata-se de experiências históricas que implicam civilidade, desejos, motivações, demandas, vontade política e lutas dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**: aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943, e alterada pela Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 1943.

_____. Decreto n. 69.450, de 01 de novembro de 1971: Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Brasília, 1971. Assembleia Constituinte.

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**: dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília, 1990.

_____. **Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994**: regulamenta a Política Nacional do Idoso e gerou o Estatuto do Idoso: Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

_____. **Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998**: revisada e consolidada pelo Decreto n. 3.659, de 14 de novembro de 2000, o Decreto n. 4.201, de 18.04.2001, a Lei n. 12.395, de 16/03/2011 e a Lei 10.672 de 15/05/2003. Com a criação do Ministério do Esporte, este artigo foi alterado, em 2003, pela Lei n. 10.672. Brasília, 1998.

_____. **Decreto n. 3298, de 20 de outubro de 1999:** aprova a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada pela Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Brasília, 2000.

_____. **Lei n. 10.216, de 06 de abril:** dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Brasília, 2001.

_____. **Medida Provisória n. 113, de 01 de janeiro de 2003:** cria o Ministério do Esporte, organizado em quatro secretarias: a Executiva (meio) e três finalísticas: a Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNED), a Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento (SNER) e a Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL). Brasília, 2003.

_____. Ministério do Esporte. **I Conferência nacional de esporte: esporte, lazer e desenvolvimento humano: documento final.** Brasília: 2004.

_____. Conselho Nacional do Esporte. **Resolução n. 05 do, de 14 de junho de 2005:** regulamenta a Política Nacional de Esporte. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Esporte. **II Conferência nacional de esporte: construindo o sistema nacional de esporte e lazer: documento final.** Brasília, 2006.

_____. Ministério do Esporte. **III Conferência nacional de esporte: por um time chamado Brasil: documento final.** Brasília, 2010.

_____. **Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013:** dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), dentre outras orientações legais. Brasília, 2013.

CAVALCANTI, Katia B. **Esporte para todos: um discurso ideológico.** São Paulo: IBRASA, 1984.

COSTA, Lamartine P. da. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte Para Todos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos,** Brasília, n. 35, pp. 5-12, 1997.

DACOSTA, L.P.&PINTO, L. M.; RODRIGUES, R.P.; TERRA, R. (Orgs.). **Legados de megaeventos esportivos/Legacies of sports mega-events./Legados de los megaeventos desportivos.** 2 ed. Edição em português/inglês/espanhol. Brasília: Ideal, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIEESE. **Jornada de trabalho por meio de banco de horas.** Brasília, 2002.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. *In:* IPEA/IPLAN. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1990, pp. 1-66.

FEIX, Eneida. **Lazer na cidade de Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRAU, Núria Cunill. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. Tradução de Sandra T. V. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MARCASSA, Luciana P. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1988-1935)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiana.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer, esporte e políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948. **Declaração dos direitos universais do homem**. Genebra, 1948.

PINTO, Leila M. S. de M. **A recreação/lazer e a educação física: a manobra da autenticidade do jogo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação Física: área de concentração recreação/lazer) – Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas.

_____. Inovação e avaliação: desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne (Org.). **Educação Física, lazer e recreação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Políticas participativas de lazer**. Brasília: UNI – SESI, 2005.

_____. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008, pp. 79-96.

ZINGONI, Patricia. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne & ISAYAMA Hélder (Org.). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 217-264.

_____. Lazer, cidadania e qualidade de vida. In: **Revista Licere**, Belo Horizonte, n. 2, 2004.

_____. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, Ademir & DACOSTA, Lamartine Pereira. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2002, pp. 53-82.



**Mesas
Redondas**

A GESTÃO DOS MEGAEVENTOS E O LEGADO PARA O ESPORTE E O LAZER

Rejane Penna Rodrigues¹ e Ricardo Ricci Uvinha²

1. INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos implicam o acesso a diversos conhecimentos sobre os fatores que os constituem, com visão do todo envolvido de modo interrelacionado. Esses conhecimentos precisam ser adquiridos, principalmente, pelos gestores, de modo a qualificar a gestão e a governança de seus projetos.

Entendendo a Copa do Mundo de Futebol FIFA e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos como importantes megaeventos catalisadores de um conjunto de projetos que podem representar possibilidades de melhorias na qualidade de vida da população,

¹ Rejane Penna Rodrigues é licenciada, especialista e Mestre em Educação Física, com experiência de três gestões consecutivas como secretária Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre; Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte de 2006 a 2011; Membro do Conselho Nacional de Esporte, há dez anos; atuou como Diretora de Operações e Serviços da Autoridade Pública Olímpica, até 2013.

² Professor Livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP – e líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo – GIEL/USP/CNPq. Possui diversas produções acadêmicas sobre Megaeventos Esportivos no Brasil e no exterior. Contato: <uvinha@usp.br>.

precisamos conhecer em quais áreas o processo engendrado em tais megaeventos podem atuar de maneira mais significativa.

Desta forma, a partir de planejamentos consistentes, podem ser apresentados legados tangíveis e intangíveis para a habitação, o transporte, a segurança, o meio ambiente, a infraestrutura urbana, a educação, o esporte, o lazer, a cultura, a saúde, o turismo, os direitos humanos, o desenvolvimento econômico, entre outros.

Entre as cidades-sede dos megaeventos esportivos no Brasil, o texto a seguir trará um enfoque no Rio de Janeiro, cidade brasileira envolvida nas principais competições e reconhecida globalmente como destino de visibilidade internacional.

2. A GESTÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: REFLEXÕES E TENDÊNCIAS

Na chamada “década de ouro” para o esporte no Brasil, ao menos cinco megaeventos têm recebido ressaltado destaque no cenário internacional, por seu forte apelo midiático e potencialidade de impacto nos mais distintos setores no país e na América do Sul. São eles: a) os V Jogos Mundiais Militares Rio 2011; b) a Copa das Confederações FIFA 2013; c) a Copa do Mundo FIFA 2014; d) os Jogos Olímpicos de Verão 2016, e e) os Jogos Paralímpicos de Verão 2016. As Olimpíadas e as Paraolimpíadas receberão destaque no item a seguir.

Os Jogos Mundiais Militares mobilizaram a cidade do Rio de Janeiro de 16 a 24 de julho de 2011, com 23 modalidades esportivas sob disputa, trazendo ao Brasil 100 outros países com seus 7000 atletas (CONSEIL, 2011). É evidente que tal evento foi relevante para a cidade do Rio testar vários elementos para os eventos que viriam a seguir, como Copa do Mundo e Olimpíadas/Paraolimpíadas, em seus aspectos de segurança, hotelaria, infraestrutura, mobilidade urbana, entre outros.

Já a Copa das Confederações, realizada de 15 a 30 de junho de 2013, mobilizou outras cinco cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife e Salvador. Contudo, as atenções estavam voltadas para o Rio de Janeiro novamente, que sediou três partidas do evento, inclusive a grande final. A competição envolveu oito equipes, campeãs das associações dos seus respectivos continentes, e, segundo dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2013), teve impacto econômico superior a R\$740 milhões com o deslocamento de 230 mil brasileiros nas seis cidades-sede, bem como de 20 mil turistas estrangeiros, que permaneceram em média de 14 dias no país.

Se pegarmos como exemplo a Copa do Mundo de Futebol da Fédération Internationale de Football Association - FIFA 2014, dados preliminares apontam que investimentos em infraestrutura, gastos incrementais dos turistas, aumento no consumo das famílias, recirculação de dinheiro na economia e o uso dos estádios, após o evento, deverão agregar R\$ 183 bilhões ao Produto Interno do Brasil – PIB até 2019. São esperados 600 mil turistas estrangeiros e 5.5 milhões de turistas domésticos, que devem movimentar R\$ 9,4 bilhões, somente nos meses de junho e julho de 2014 (Brasil, 2014).

Tal evento, a ser realizado de 12 de junho a 13 de julho de 2014, envolverá 32 equipes, e se espera uma mobilização considerável, em todo o país, principalmente nas doze cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Cada uma delas vem experimentando profundas alterações e recebendo pesados investimentos da iniciativa pública e privada, na construção dos estádios ou ainda numa miríade de elementos agregados ao evento, concernentes a mobilidade urbana, infraestrutura de portos e aeroportos, tecnologia de informações, segurança, entre outros.

Segundo dados do Ministério do Turismo, em pesquisa encomendada à Fundação Getúlio Vargas e realizada na Copa 2010, na África do Sul (Pesquisa, 2011), o “turista da Copa” tem o seguinte perfil: homem (83%),

com ensino superior completo (54%), solteiro (60%), entre 25-34 anos (45%), que viaja com os amigos (48%), com média de gastos de R\$11.412,50, que faz outros passeios, além dos jogos da Copa (83%), com renda familiar mensal de R\$ 23.402,00, pagando a viagem do próprio bolso (87%), e em sua primeira copa (75%).

O Rio de Janeiro deverá receber sete partidas da Copa do Mundo FIFA 2014, inclusive a grande final. O Estádio Mário Filho, conhecido como Maracanã e reaberto em abril de 2013, foi reformado para uma capacidade final de 76000 expectadores. As reformas na cidade, prioritariamente para abrigar a Copa, envolvem a renovação dos terminais 1 e 2 do Aeroporto Antônio Carlos Jobim, “Galeão”, bem como do seu sistema de pista e pátio. O Porto do Rio de Janeiro também será revitalizado, recebendo um píer em formato Y e oferecendo, assim, seis berços exclusivos para navios de passageiros (SINAENCO, 2014).

Apesar dos inegáveis benefícios, que serão ainda dispostos neste texto, as diversas manifestações ocorridas pelo Brasil, em 2013, tinham como claro alvo os gastos excessivos com os megaeventos no Brasil, em especial, com a preparação para a Copa FIFA, em 2014. O questionamento principal residia no elevado custo dos estádios, que, em grande parte, consumiram verba pública em contratos bilionários e acenderam uma ampla discussão sobre os reais benefícios, em termos do retorno de tais investimentos, principalmente no período pós-Copa.

Tal discussão tomou corpo, inclusive, na mídia internacional. Um bom exemplo, a nosso ver, foi a edição especial da Revista *New Yorker*, com críticas diretas ao alto investimento dos estádios, num país que ainda sofre de notória desigualdade social e econômica. O texto faz referência, por exemplo, à Arena Itaquerá, em São Paulo, sofisticada construção que consumiu milhões de reais, num conhecido bolsão de pobreza, na Zona Leste de São Paulo. Também mereceram análise as Arenas da Amazônia – Manaus – e Estádio Nacional – Brasília –, candidatos claros à “elefantes-brancos” no pós-Copa,

por não apresentarem uma competitiva liga de futebol de campo e, assim, serem questionáveis, do ponto de vista de gestão, em especial, em sua manutenção (McGrath, 2014).

Referente ao Rio de Janeiro, o Estádio Jornalista Mário Filho – Maracanã – consumiu, até o momento, algo em torno de R\$808 milhões, num contrato firmado majoritariamente de forma pública, tendo como concessionárias as construtoras Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez. Além da já mencionada capacidade de assentos, a reforma incluiu a reconstrução da arquibancada inferior, a restilização de geometria oval para melhorar a curva de visibilidade e a instalação de 108 camarotes com acesso por rampa monumental (SINAENCO, 2014).

Em termos comparativos, na Copa FIFA 2010 da África do Sul, o Cape Town Stadium, da Cidade do Cabo, recebeu investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão e, hoje, apresenta uma elevada manutenção de R\$ 13 milhões/ano. A programação de utilização pós-evento inclui amistosos da seleção sul-africana de futebol de campo e *show* de bandas estrangeiras, como U2, Coldplay e Red Hot Chilli Peppers (Cape Town, 2013). O estádio vem sendo considerado um “elefante branco”, com gastos de manutenção indesejáveis para a população sul-africana, e muito se tem discutido se não seria o caso de buscar a sua demolição. Uma alternativa também cogitada seria convertê-lo em casas populares para as famílias carentes (Laing, 2012).

Outra discussão bastante intensa nas cidades-sede da Copa do Mundo diz respeito às desapropriações ocorridas por conta da anunciada necessidade de incremento de mobilidade urbana para a realização do evento. No Rio de Janeiro, o aguardado BRT Transcarioca, que ligará o aeroporto Antônio Carlos Jobim à Barra da Tijuca, passando pelo setor hoteleiro e com destacado impacto no setor do turismo e da hotelaria, considerado a maior obra de mobilidade na cidade, vem sofrendo duras críticas. Orçado em quase R\$ 2 bilhões, o corredor expresso de ônibus, articulado com 39 km de extensão, tornou-se alvo de denúncias diversas

de violação aos direitos de moradia e desapropriação de parte de 3,6 mil imóveis (SINAENCO, 2014).

Sobre tal questão, entendemos ser relevante destacar dois estudos temáticos aos direitos sobre a moradia, pertinentes na discussão em tela. O primeiro é o Relatório da Comissão dos Direitos Humanos, vinculado à Organização das Nações Unidas – ONU –, que enfatiza o direito à moradia como uma obrigação dos governos ao redor do mundo (UN, 2013). Um dos enfoques de tal comissão tem sido a preocupação veiculada quanto às desapropriações ocorridas em locais de megaeventos esportivos, sugerindo o necessário envolvimento, além dos governos, de defensorias públicas, consultores, movimentos sociais, imprensa, ministério público, universidades, ONGs, associação de moradores, entre outros.

Um outro estudo, meritório de menção, a nosso ver, é o desenvolvido pela renomada urbanista brasileira Raquel Rolnik. Relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada e na esteira das preocupações veiculadas pelos conflitos do direito à moradia, a partir da realização dos megaeventos esportivos no Brasil, Rolnik publicou um recente documento com apoio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP – e Ford Foundation (Rolnik, 2013). Neste, a autora denuncia que, mesmo antes de o evento começar, os “jogos” já estão acontecendo. O quadro a seguir sintetiza o pensamento em tal documento:

	1º Tempo	2º Tempo
"Jogo" das Remoções Forçadas	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de instalações esportivas e projetos de infraestrutura ligados aos jogos provocam remoções de comunidades inteiras. - Ausência de discussões públicas sobre esses projetos e possíveis alternativas que minimizem as remoções. - Pressões, ameaças e remoções com uso de violência. - Piora das condições de vida no entorno das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo valor das indenizações e reassentamentos inadequados. - Demora no reassentamento e soluções provisórias que se tornam permanentes. - Rompimento de laços comunitários e perda de meios de subsistência. - Formação de novos assentamentos precários e aumento do número de sem-teto. - Maior dificuldade de acesso a serviços públicos.
"Jogo" da Elitização e Mercantilização das Cidades	<ul style="list-style-type: none"> - Nova imagem da cidade: competitiva e atraente para negócios e investimentos. - Valorização imobiliária, através de grandes projetos. - Expulsão de grupos considerados degradantes para a nova cidade: favelados, ambulantes, população de rua. - Controle policial dos espaços públicos e criminalização de seus ocupantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do preço da moradia e do custo de vida: quem não pode pagar, fica de fora. - Destruição de formas tradicionais e populares de uso da cidade: padronização dos espaços para o mercado mundial.
"Jogo" do Aumento de Gastos Públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento e redirecionamento dos gastos públicos. - Uso de dinheiro público em projetos que não beneficiam os mais vulneráveis. - Cortes de verbas de políticas públicas prioritárias: moradia, saúde, educação, assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Endividamento público. - Precarização dos serviços públicos. - Redução de investimentos em regiões que não sediarão megaeventos.
"Jogo" das leis de exceção	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação atropelada de leis para viabilizar os megaeventos, sob a justificativa da urgência, sem transparência e participação popular. - Desrespeito a direitos previstos na legislação urbana, trabalhista etc. - Criação de novas modalidades de crimes e de tribunais de exceção. 	<ul style="list-style-type: none"> - A exceção vira regra. - Regressão dos direitos já conquistados pela sociedade. - Criminalização de movimentos sociais, vendedores ambulantes, moradores de rua etc.

Fonte: Adaptado de Rolnik (2013).

Como é possível aprender de tal quadro, a autora nos brinda com elementos fundamentais para pensar os "reais" benefícios para a população residente, a partir de um megaevento esportivo. Segundo ela, tal cenário desolador poderia ser revertido por ações concretas, como a mobilização da sociedade, a articulação dos moradores diretamente atingidos e organizações da sociedade civil, bem como a denúncia das violações aos organismos nacionais e internacionais de direitos humanos.

Documento recente veiculado oficialmente por um comitê britânico (UK, 2013) destaca os legados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2012, em Londres.

A avaliação geral do Comitê é de que tal evento foi um destacado sucesso. Não foram encontrados locais de competição subutilizados e se destaca efusivamente o papel dos Jogos na revitalização da área chamada East London.³

Com relação especificamente aos Jogos Paralímpicos, chega-se à conclusão que o principal legado foi uma generalizada mudança de percepção sobre as pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, fato estimulado especialmente pela massiva exposição de tais jogos na mídia televisiva.

No entanto, no que diz respeito à prática da atividade física, a conclusão do Comitê é de que não houve significativo incremento do interesse por tais atividades pós-Jogos 2012, como se esperava. Tal fato é preocupante, segundo o documento, num país onde a obesidade cresce em níveis alarmantes. Outro destaque negativo, no documento, diz respeito ao Estádio Olímpico que, desde o período pós-Jogos, vem sofrendo intensa disputa para a sua utilização, sem levar em conta as reais necessidades da comunidade (UK, 2013).

A imprensa londrina foi dura na crítica ao fato de que os Jogos de Londres 2012, tanto Olímpicos como Paralímpicos, não tiveram o esperado legado. O principal argumento é o de que eles falharam ao trazer desenvolvimento para áreas além de Londres, já que os benefícios econômicos teriam ficado concentrados no sul. Tal desapontamento também foi mencionado quanto à criação de novos empregos, que tiveram baixas cifras, numa Europa em crise, e bastante aquém do projetado para tal megaevento (Bienkov, 2013).

A seguir, serão elencados alguns aspectos relativos aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, evento que será realizado pela primeira vez na América do Sul e que deverá oferecer diversos desafios, em termos de gestão.

³ Região Londrina especialmente envolvida na realização do megaevento onde se observou um real legado para a população local, devido às novas oportunidades de trabalho e melhores condições para os equipamentos esportivos e de lazer.

3. AS OLIMPÍADAS E AS PARALIMPÍADAS RIO 2016: DESAFIOS NA GESTÃO

No escopo dos eventos de larga escala de produção e de impacto midiático e de público, com ênfase nos esportivos, a cidade do Rio de Janeiro vem experimentando diversas atividades do referido porte, desde o ano de 2007, sintetizadas no quadro a seguir:

Ano	Evento
2007	Jogos Pan e Parapan-Americanos
2010	Soccerex ⁴
2011	Jogos Mundiais Militares Soccerex
2012	Soccerex
2013	Copa das Confederações da FIFA Soccerex
2014	Copa do Mundo FIFA
2016	Jogos Olímpicos e Paralímpicos

Fonte: Referências utilizadas ao longo do texto

Em termos esportivos, o Rio ainda será a sede do Campeonato Mundial de Judô, Vôlei, Natação, Vôlei de Praia, dentre outras modalidades que também promoverão competições internacionais neste período, sendo algumas consideradas como “eventos-teste” para os Jogos do Rio 2016.

Acolhendo demanda para diagnosticar, aprofundar e difundir os conhecimentos sobre megaeventos esportivos no país, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte/ SNDEL- ME, com apoio do Conselho Federal de Educação Física, realizou o Seminário de “Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”, em 2008, com a participação de especialistas internacionais e estudiosos brasileiros, que resultou numa publicação de imediata ressonância no meio temático. A obra, que contou com a contribuição de 71 autores

⁴ Soccerex é um evento de escala global, no trade temático ao futebol, atraindo participantes nacionais e internacionais, que expõem anualmente suas marcas no lucrativo mercado do marketing esportivo (Soccerex, 2014).

brasileiros e quatro estrangeiros pertencentes a 35 universidades, foi um marco emblemático para o debate sobre megaeventos esportivos no Brasil e a primeira de uma série de publicações promovidas pelo Ministério do Esporte referentes ao tema (Rodrigues *et al*, 2008).

Também fruto de um evento, dessa vez, o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, na cidade de São Bernardo do Campo/ SP, a publicação “Brasil 2016: a Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de Esporte e Lazer das cidades brasileiras”, também com apoio da SNDEL-ME, permitiu um profundo debate sobre os impactos desejados nas políticas públicas nos megaeventos esportivos, tendo como base experiências similares em outras conjunturas socioculturais e buscando criar perspectivas quanto aos principais legados, a partir da realização dos mesmos (Pinto; Uvinha; Costa, 2010).

Entendemos, assim, que oportunidades consubstanciadas em seminários, fóruns, encontros e publicações foram, pouco a pouco, ajudando a superar o “senso comum” sobre os megaeventos esportivos e auxiliando na formação de uma massa crítica a respeito destes. É de se pressupor que todo esse movimento contribuiu, inclusive, com alguns dos conteúdos do Dossiê de Candidatura dos Jogos Rio 2016.

Nos Jogos Pan-Americanos do Rio2007, o Governo Federal elaborou e adotou o conceito de legado social como alavanca de vários projetos públicos em andamento na ocasião, assumindo o compromisso de que aquelas iniciativas constituíram o passo inicial para transformações sociais na cidade, a partir da realização de eventos esportivos (Brasil; Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2009).

O legado nasceu como oportunidade para discutir os investimentos e onde eles seriam aplicados – antes, durante e depois do evento –, tendo em vista a realização com excelência dos megaeventos promovidos, bem como o benefício das populações das cidades-sede. Esse conceito vem evoluindo e se materializando nas propostas de legado para os Jogos de 2016.

Parece haver consenso quanto à opinião de que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 serão os megaeventos esportivos mais desafiadores em termos de gestão, dada a sua complexidade. Por mais que os seus organizadores detenham *expertise* das edições anteriores, tais eventos apresentam sua inerente peculiaridade, por cada cidade e país-sede apresentarem características consideravelmente diferentes e que influenciam diretamente na organização dos Jogos: território, governos, cultura e línguas. Tais diferenças impõem, assim, dados novos para os projetos de cada edição olímpica.

Sendo assim, o estudo e a transferência do conhecimento de Jogos mais recentes, como o de Londres 2012, sugerem que tal evento apresentou “características britânicas”. Os Jogos do Rio 2016 serão os primeiros não somente do Brasil, mas da América do Sul, e devem, assim, trazer claras peculiaridades dessa região do globo.

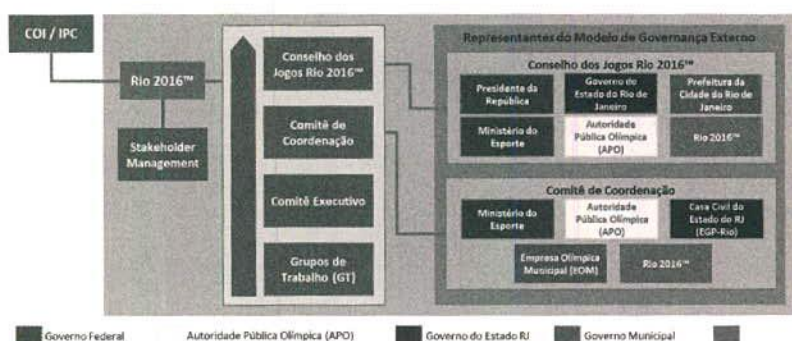
O grande desafio dos Jogos 2016, no Rio, pode ser refletido a partir dos seus números: mais de 200 nações, 10.500 atletas olímpicos, 4.500 atletas paralímpicos, 28 esportes olímpicos, 22 esportes paralímpicos, mais de 100 mil pessoas diretamente envolvidas na organização dos Jogos, mais de 30 mil profissionais de imprensa e cerca de 100 mil voluntários. Suas competições irão acontecer em quatro Regiões Olímpicas da cidade do Rio de Janeiro – Barra, Copacabana, Maracanã e Deodoro –, além de cinco “Cidades do Futebol” – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e São Paulo. A Vila Olímpica e Paralímpica terá 750 mil metros quadrados, equivalendo a 100 campos de futebol, sendo disponibilizadas 17.700 camas, 9.460 quartos e 48 edifícios com apartamentos (Rio 2016, 2014).

Já os Jogos Paralímpicos, também projetados para o Rio de Janeiro, de 07 a 18 de setembro de 2016, envolverão 4200 atletas de 150 países. Serão 22 modalidades paralímpicas, utilizando boa parte da infraestrutura esportiva e hoteleira das Olimpíadas. Tanto para as Olimpíadas como para as Paralimpíadas estima-se que apenas 26% das instalações terão que de ser construídas, graças à realização de eventos esportivos anteriores, como os

Jogos Pan-Americanos Rio 2007, Jogos Parapan-Americanos Rio 2007, Jogos Mundiais Militares 2011 e Copa FIFA 2014 (Rio 2016, 2014).

Para gerenciar tal megaevento, o Brasil organizou uma estrutura governamental interfederativa, a Autoridade Pública Olímpica – APO –, que trabalha com o Comitê Organizador Local – LOCOG. A APO se constitui numa empresa privada, sem fins lucrativos, responsável pelo planejamento, entrega dos Jogos e de seu legado. A estrutura da governança do evento é descrita no quadro 3:

QUADRO 3: Estrutura de Governança dos Jogos Rio 2016



Fonte: Adaptado de Rio 2016 (2014)

A APO, cujo Presidente é escolhido pela Presidente da República, é um consórcio público interfederativo, que tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, considerando o planejamento e a entrega das obras e serviços públicos necessários à preparação e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Tendo como instância máxima o Conselho Público Olímpico, a APO é, atualmente, presidida pelo ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que integra a participação do prefeito da cidade do Rio de

Janeiro e do governador do Estado do Rio de Janeiro. Compete ao conselho aprovar e modificar os estatutos da APO, aprovar a proposta de orçamento da APO, referendar a Carteira de Projetos Olímpicos, nomear os membros dos Conselhos de Governança e Fiscal, decidir sobre eventual transferência de responsabilidade sobre projetos integrantes da Carteira de Projetos Olímpicos e aprovar a Matriz de Responsabilidades (Brasil, 2011). O organograma da APO é estruturado conforme quadro a seguir:

QUADRO 4: Organograma da Autoridade Pública Olímpica



Fonte: Adaptado de APO (2012)

Desde sua candidatura, os Jogos Rio2016 tiveram garantias dadas pelos três níveis de governo: Governo Federal, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro, tendo como motivação a paixão de associar o poder dos esportes Olímpicos e Paralímpicos ao espírito festivo do povo brasileiro e às belas paisagens da cidade maravilhosa, como explicita o dossiê de candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar estes Jogos (Brasil; Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2009).

Estes Jogos podem ser agentes indutores de melhorias da infraestrutura da cidade e do próprio país-sede, já que impulsionam, modernizam e ampliam

a oferta de transporte público de qualidade; aceleram programas de meio-ambiente; impulsionam a agenda social e educacional, além do potencial em se tornar poderosa plataforma para divulgação internacional do país.

Vale destacar que, para chegar ao estágio atual para a realização dos Jogos Rio2016, um longo caminho foi percorrido. Apesar de o Brasil já ter se candidatado outras vezes, foi por meio da realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio2007 que o País demonstrou a possibilidade concreta de realização de eventos esportivos de grande porte. De junho de 2008 a outubro de 2009, ocorreu todo o processo de candidatura que culminou na escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Neste período, foi feita a entrega do Dossiê da Candidatura – documento contendo as garantias e que, até hoje, é o orientador de todos os projetos dos Jogos – e a visita de inspeção do Comitê Olímpico Internacional – COI (Brasil; Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2009).

Analisando o potencial de construção de legados dos Jogos Rio 2016, destacam-se os impactos tangíveis nas e pelas políticas públicas de Esporte e Lazer dos Governos Federal, Estadual e Municipal, considerando melhorias nos aeroportos, portos e transporte terrestre; na mobilidade urbana; na infraestrutura da cidade; na criação de leis de sustentabilidade e acessibilidade; na melhoria da Inteligência da Segurança do País; na ampliação da rede hoteleira e qualificação de seus recursos humanos; na maximização do Brasil, como destino turístico; na melhoria dos serviços médicos e na aquisição de novas ambulâncias; nas melhorias nas áreas de energia, telecomunicação, tecnologia da informação – TI –, além dos benefícios para os recursos humanos implicados nos Jogos, com a aprendizagem de línguas estrangeiras, capacitação profissional, dentre outros exemplos.

Dentre outros impactos esperados para os campos do Lazer e Turismo, destacamos o projeto de renovação da Zona Portuária, previsto há anos, mas que apenas foi reativado com a candidatura aos Jogos Rio 2016. Esse projeto deve promover melhorias estruturais e nas instalações

para os navios de cruzeiro. Toda a área do porto, com seus prédios antigos e docas históricas, tem potencial para se tornar uma nova atração turística no “coração” do Rio. Importantes obras no setor de habitações, transporte e serviços públicos podem trazer uma nova vida à área portuária, que será mais uma vez conectada ao centro da cidade. A transformação da zona portuária em grande bairro residencial, de entretenimento e turismo pode renovar o elo entre o porto e a cidade.

Buscando garantir os compromissos acordados no Dossiê de Candidatura, quanto ao legado social dos Jogos Rio 2016, várias ações estão sendo realizadas pelas políticas públicas dos mencionados três níveis de Governo – Federal, Estadual e Municipal. Neste escopo, ressaltam-se: o enfrentamento da questão da violência no esporte e no lazer; o investimento de mais de US\$ 400 milhões, entre 2009 e 2016, no Programa Mais Educação – na ampliação do Programa e na construção de quadras esportivas nas escolas; o fomento dos Jogos Escolares e Jogos Universitários, bem como a formação de oficiais técnicos em nível nacional; a promoção do esporte educacional e do esporte de lazer – conhecimento esportivo, formação de valores e atitudes, criatividade e autonomia, sociabilidade e formação de hábitos de vivências lúdicas –; a ampliação do Programa Segundo Tempo – PST, do Programa Bolsa Atleta e do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, todos do Ministério do Esporte; a ampliação das pesquisas na área do esporte, a exemplo da modernização do Laboratório de Controle de Dopagem, dentre outras.

Além disso, o projeto Rio 2016 busca sinergia entre a realização da Copa 2014 e dos Jogos Rio2016, no que diz respeito à construção e à reforma de estádios de futebol; ao investimento em aeroportos, infraestrutura de transportes urbanos e acomodações hoteleiras; ao investimento em segurança e à capacitação de agentes públicos e privados com experiência em megaeventos.

Nesse cenário, o legado dos Jogos Rio 2016 tende a ser mais abrangente, por possibilitar também a integração das políticas de Esporte e

Lazer com as demais políticas sociais, como por exemplo: de proteção aos direitos e inclusão social; educação, segurança, saúde, meio ambiente, cultura, turismo, comunicação e outras. Como resultados, esperam-se legados ecológicos, sócio-históricos, intercâmbios culturais, educação olímpica – civismo, *fair-play*, valores –, capacitação de voluntários e de profissionais diversos que irão atuar nos Jogos – taxistas, hotelaria –, na área esportiva – programas esportivos e de lazer, centros de treinamento, construção e reforma de quadras esportivas – e documental, registrando e disponibilizando a memória dos Jogos.

Analisando o potencial de construção de legados nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2012, em Londres, Emma Norris, jornalista londrina do *The Guardian* (Norris, 2013), destacou que os governos podem aprender com tal megaevento, pois, mesmo sendo um projeto muito complexo, apresenta notória viabilidade. Segundo a autora, todos os prazos em tal edição dos Jogos foram cumpridos, os orçamentos foram redistribuídos, mesmo diante de acentuada crise econômica na Europa. No período de sua organização, os projetos foram realizados conforme planejados e o resultado final, considerado um sucesso.

Calculada em tais exemplos de “sucesso de gestão”, a partir de Londres 2012, a jornalista questiona o porquê das políticas públicas do cotidiano não acontecerem dessa mesma forma e evoca cinco melhorias que, a seu ver, são relevantes, a partir dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos: a) a realização de orçamentos realistas e gestão transparente, a exemplo da publicação trimestral da realização dos Jogos; b) clareza na definição das funções e do papel de cada um, com atenção às responsabilidades de cada ente ou instituição envolvida na ação coletiva e à responsabilidade da liderança do governo na coordenação dessas ações; c) reunião dos melhores profissionais em equipes mistas, articulando habilidades e conhecimentos acumulados, tanto no setor público quanto no privado; d) realização da política “certa”, mesmo com mudanças de governo, ao longo do processo de planejamento, organização e realização das ações,

sendo muito importante a continuidade da trajetória da ação em curso, sem mudanças de “rumo”; e) garantia da estabilidade do projeto Londres 2012, devida, especialmente, ao fato de a maioria do pessoal envolvido, principalmente as chefias e lideranças do projeto, ter ficado nele, da elaboração à sua conclusão, o que ampliou a confiança e a capacidade do quadro profissional responsável pelos Jogos para lidar com os problemas.

Evidentemente, não defendemos aqui a importação do “modelo” inglês para o possível sucesso da edição de 2016 no Rio de Janeiro, até porque a própria edição londrina recebeu críticas em certos aspectos, como vimos nesse texto. Além do mais, como também aqui defendido, o Brasil deve encontrar sua própria “peculiaridade”, em termos de gestão deste e de outros anunciados megaeventos esportivos da década, ainda que sofra claras pressões dos respectivos comitês internacionais, como COI e FIFA, para uma certa “standardização” em sua realização.

Contudo, é importante lembrar que faltam, aproximadamente, três anos para o início dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o que representa um período crítico para os que estão à frente do processo de organização do referido megaevento esportivo. Em termos de gestão, os encaminhamentos e as decisões tomadas terão influência decisiva, tanto na realização dos Jogos quanto nos seus legados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, vivencia-se um momento atual de destaque mundial, com a atenção voltada especialmente sobre a forma em que se realizarão os chamados “megaeventos esportivos da década” e o seu potencial impacto, em termos de legados para diversos setores. Tais eventos devem trazer um desafio considerável, em termos de gestão e, provavelmente, lidarão com questões polêmicas, diretamente atreladas à sua implementação nas cidades-sede, como os alto investimentos e o

necessário direito da população residente a uma moradia adequada, face ao desenvolvimento imediatista para atender aos anseios dos comitês organizadores locais, principalmente no que se refere à Copa FIFA 2014.

Um enfoque especial foi atribuído ao papel dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro, identificando diversos elementos articulados à sua cadeia produtiva. Destacou-se que o momento atual do processo de organização dos Jogos é o de mapear, elaborar projetos, integrar as diversas instituições participantes, aproximar e ampliar conhecimentos, tendo como aspecto relevante a ação intersetorial.

A partir deste trabalho coletivo, será possível conhecer também os impactos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Estes se darão tanto nas políticas públicas como na produção e na transferência de conhecimentos e tecnologias. Acredita-se que há uma preocupação relevante com a melhoria da qualidade de vida da população no Brasil, com a aquisição de valores, o crescimento dos níveis da autoestima, da sustentabilidade e diversidade cultural dos projetos, com vistas a contribuir com a adoção de hábitos saudáveis.

Neste contexto, consideramos a inovação estratégica da governança integrada para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 como um dos grandes legados para as políticas públicas de esporte e lazer no país.

REFERÊNCIAS

APO. Autoridade Pública Olímpica. **Acesso à informação: organograma**. 2012. Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/site/lei-de-acesso-a-informacao/institucional/organograma-2/>>. Acesso em: 10.10.2013.

BIENKOV, A. **The North was the real loser of the Olympics**. Disponível em: www.politics.co.uk. Acesso em: 18.11.2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. RIO DE JANEIRO. Governo Estadual. RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. **Rio 2016 cidade candidata**: dossiê de candidatura à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. 2009. Rio de Janeiro: Ministério do Esporte. v. 1, 2 e 3.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011**: ratifica o protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm>. Acesso em 02.01.2014.

_____. Ministério do Turismo. **Copa movimentou 230 mil turistas brasileiros**. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: <<http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14.10.2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Portal da Copa: site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br>>. Acesso em: 02.01.2014.

CAPE TOWN. **2010 FIFA World Cup Host City- Cape Town Stadium**. Disponível em: <<http://www.capetown.gov.za/en/FIFA2010/Pages/CapeTownStadium.aspx>>. Acesso em: 12.12.2013.

CONSEIL International du Sport Militaire. **Rio 2011: 5th CISM World Military Games**, 2011. Disponível em: <<http://www.cism-milспорт.org>>. Acesso em: 17.12.2013.

LAINING, A. **South Africa's white elephant stadium should be converted into housing**. The Telegraph. London, UK. 2012. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/southafrica/9373324/South-Africas-white-elephant-stadium-should-be-converted-into-housing.html>>. Acesso em: 10.10.2013.

MCGRATH, B. **Samba Soccer: the transformation of Brazil's most storied team**. The New Yorker: the sporting scene. Disponível em: <http://www.newyorker.com/reporting/2014/01/13/140113fa_fact_mcgrath>. Acesso em: 06.01.2014.

NORRIS, E. **What the government can learn from the Olympics**. The Guardian. London, UK. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/society/2013/mar/05/what-can-government-learn-olympics>>. Acesso em: 03.01.2014.

PESQUISA **mostra perfil do turista de Copa: homem, solteiro e com bom salário**. Folha UOL Economia. Folha de São Paulo on line. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/07/29/pesquisa-mostra-perfil-do-turista-da-copa-homem-solteiro-e-com-bom-salario.jhtm>>. Acesso em: 15.12.2013.

PINTO, L. M.S.M.; UVINHA, R.R.; COSTA, E.T. (Orgs.). **Brasil 2016: a Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de Esporte e Lazer das cidades brasileiras**. São Bernardo do Campo: Domaguil Artes Gráficas, 2010.

RIO 2016. **Jogos Olímpicos e Paralímpicos**. Disponível em: <<http://www.rio2016.org>>. Acesso em: 03.01.2014.

RODRIGUES, R.P.; PINTO, L. M.S.M.; TERRA, R.; DA COSTA, L.P. (Orgs.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

ROLNIK, R. **Minha cidade virou sede de um Megaevento Esportivo: o que pode acontecer com meu direito à moradia?**. 2013. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/11/Megaeventos_Digital_Final.pdf>. Acesso em: 29.11.2013.

SINAENCO. Sindicato da Arquitetura e da Engenharia. **Portal 2014**. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br>>. Acesso em: 02.01.2014.

SOCCEREX Global Convention. **SOCCEREX: 18 years, 5 continents, 33 events and counting...** Disponível em: <<http://www.soccerex.com/>>. Acesso em: 03.01.2014.

UN. United Nations Human Rights. Office of the High Commissioner for Human Rights. **Special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. 2013. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/HousingIndex.aspx>>. Acesso em: 30.11.2013

UK. United Kingdom. House of Lords. Select Committee in Olympic and Paralympic Legacy. **Keeping the Flame Alive: the Olympic and Paralympic Legacy**: Report of Session 2013-2014. London: The Stationery Office Limited, 2013.

Políticas públicas de esporte e lazer e a construção do conhecimento

Prof. Dr. Cláudio Augusto Silva Gutierrez

Escrevi o texto para essa palestra em meio à instalação dos Polos Regionais de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, uma política do Estado do Rio Grande do Sul que pretende descentralizar informações e o acesso dos municípios gaúchos às políticas de esporte. Esses Polos, localizados em universidades em sete regiões do Estado, certamente também deverão cumprir um importante papel no apoio aos órgãos gestores do esporte em cada município, no que toca a relação entre a gestão de políticas e a produção de conhecimentos. Gostaria que meus colegas coordenadores de Polo recebessem esse texto como uma reflexão que talvez possa apontar algum caminho para a nossa ação.

Para abordar o tema proposto, vou correr o risco de tentar apontar alguns caminhos, oferecer algumas indicações, algumas direções que nos ajudem a articular políticas públicas e construção de conhecimentos. As questões que me inquietam têm a ver com o que fazer e como fazer. A pergunta que formulei para ajudar-me a penetrar nesse tema é: Como as políticas públicas podem construir conhecimento e promover a construção de conhecimentos?

Essa questão, antes de ser respondida, enseja outros questionamentos. Afinal, por que mesmo as políticas de esporte e lazer

têm de se preocupar com isso? Afinal, a produção de conhecimentos não é função das universidades? Isso não é assunto para as políticas de ciência e tecnologia? Ou seja, antes de nos perguntarmos como as políticas de esporte e lazer podem construir conhecimentos, devemos responder outra questão: Deveriam as políticas públicas comprometer-se com a produção de conhecimentos?

Deveriam as políticas públicas comprometer-se com a produção de conhecimentos? Eu acredito que sim, que as políticas de esporte e lazer não podem relegar para outro âmbito a questão da produção de conhecimentos. Acredito que, para o setor do esporte e lazer, é estratégico pensar e incluir o tema da construção do conhecimento em nossas políticas setoriais. Vou apresentar quatro argumentos que me parecem relevantes para responder essa questão e afirmar a importância da construção de conhecimentos para as políticas de esporte.

1. É PRECISO CONHECIMENTO DA REALIDADE PARA OFERECER RESPOSTAS POLÍTICAS ADEQUADAS

Uma das questões que indica a importância de construir conhecimentos é a necessidade de qualificar a ação política na sua capacidade de dar respostas adequadas e de qualidade às demandas da população. E, para dar essas respostas, é preciso conhecer a realidade. É preciso conhecer as necessidades da população e os gargalos estruturais que impedem a satisfação dessas necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer as potencialidades e as vocações do setor esportivo em cada região, para poder investir adequadamente e elevar o padrão de qualidade na cultura do esporte e do lazer.

Como promover políticas adequadas, sem saber que estruturas o Estado e a sociedade dispõem: que organizações e agentes já promovem esporte e lazer na região? Qual a infraestrutura instalada com que se pode contar? Como está o corpo profissional, em número de pessoas e qualificação? Quais as formas de financiamento que estão sendo utilizadas

e que outras estão disponíveis? Que programas e projetos desenvolvem, hoje, o esporte de lazer, de rendimento e educacional? Que eventos têm dinamizado o setor?

Sem conhecer as respostas a essas perguntas, seria possível desenvolver políticas setoriais adequadas para um Município ou um Estado?

Claro que todos nós conhecemos, pelo menos, um pouco de tudo isso, porque fazemos parte da realidade social. Mas ao que procuro chamar a atenção é que o conhecimento da realidade, construído de forma abrangente e sistematicamente organizado, é crucial para criar ou desenvolver políticas ajustadas às necessidades e potencialidades da população. E, se esse conhecimento é fundamental para nossas políticas setoriais, então não deve ser algo relegado para outros setores.

As políticas de esporte e lazer devem fomentar e participar da construção do conhecimento da realidade, porque é preciso conhecer as demandas sociais para poder desenvolver políticas que ofereçam as respostas adequadas.

2. É PRECISO CONHECER AS RESPOSTAS QUE O ESPORTE E O LAZER PODEM OFERECER E AS PORTAS QUE PODEM ABRIR

O esporte e o lazer são fenômenos contemporâneos que ocupam boa parte dos jornais e noticiários. Envolvem uma ampla cadeia produtiva e têm uma incrível capacidade de mobilizar as pessoas e produzir um amplo leque de sociabilidades em seu entorno. Também o esporte e o lazer são reconhecidos como importantes fatores de saúde, educação e desenvolvimento cultural.

Na atenção à saúde humana, as contribuições do esporte e do lazer têm sido reconhecidas por diversas organizações. Por exemplo, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNTs, como as doenças cardiovasculares, diabetes tipo II, síndromes metabólicas, câncer e doenças do aparelho musculo esquelético, entre outras, são o tipo de adoecimento que mais

tem crescido no Brasil. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde desenvolveu uma Estratégia Global para enfrentamento das DCNTs, política que se operacionaliza justamente em ações que incentivem a alimentação saudável e a prática de atividade física. Ao mesmo tempo, pesquisas têm demonstrado como a vivência do lazer fortalece e promove a saúde humana, sendo o lazer também compreendido como elemento fundamental para promoção da qualidade de vida.

No desenvolvimento da educação, o esporte e o lazer também têm sido reconhecidos como importantes aliados, tanto na educação formal quanto em espaços não formais de educação. Nas escolas, as culturas do esporte e do lazer podem sofrer transformações pedagógicas que as tornam instrumentos e meios de leitura crítica do mundo. Em projetos sociais e outros espaços sociais e educativos da cidade, esses fenômenos também podem ser tomados como fatores de educação para a cidadania e fortalecimento de vínculos sociais.

No desenvolvimento cultural da comunidade, o esporte e o lazer podem ter um papel muito importante, tanto como âmbitos de descoberta e desenvolvimento de talentos quanto como fator de fortalecimento da identidade nacional e comunitária.

No entanto, esporte e lazer são fenômenos complexos, multifacetados e que atendem a diferentes necessidades, de acordo com o modo com que são abordados. É preciso conhecer essas possibilidades do esporte, suas diferentes manifestações e as forças que liberam na sociedade, em acordo com o modo com que o abordamos. A atividade física e as práticas corporais podem atuar na atenção à saúde; mas, diante de diferentes cenários de saúde da população local, que tipo de exercícios, equipamentos e práticas devem ser disponibilizados? O esporte e o lazer podem ser aliados da educação e do desenvolvimento cultural; mas que manifestações do esporte devem ser incentivadas em diferentes espaços sociais e nos diferentes contextos de educação formal e não-formal?

Os tomadores de decisões políticas precisam estar munidos de conhecimentos sobre os fenômenos do esporte e do lazer, suas características e diferentes manifestações, e a capacidade que efetivamente tenham de dar respostas às demandas sociais. É preciso superar a perspectiva ingênua de que, simplesmente colocando dinheiro público em entidades e projetos de esporte, estaremos promovendo a cidadania, a saúde, a educação e a cultura da paz.

É preciso conhecer e produzir conhecimento sobre o esporte e o lazer para poder discernir que manifestações do esporte, que modalidades de atividades físicas e que práticas corporais e de lazer podem, em determinados contextos, de fato, tornar-se fatores de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Por isso, é importante que as políticas públicas fomentem a construção de conhecimentos sobre o esporte e o lazer e criem os canais de acesso dos gestores a esses conhecimentos.

3. É PRECISO CONHECER AS FORMAS DE AGIR, AS BOAS PRÁTICAS

Como vimos, é importante conhecer os fenômenos do esporte e do lazer para discernir que manifestações ou modalidades de esporte e lazer podem gerar os benefícios que buscamos em determinadas situações. Mas não basta saber apenas o que fazer. É preciso conhecer o como fazer.

O como fazer é fundamental para imprimir uma direcionalidade humanística aos fenômenos que estamos tratando. Esporte e lazer são fenômenos humanos que trazem e reapresentam as marcas de nossas sociedades. Apresentam-nos tudo aquilo que nos parece dignificar a existência, como também tudo o que nos parece ainda medíocre, que não promove a vida ou qualifica a cultura. Se, por um lado, percebemos o quanto o lazer oferece um escape das rotinas, uma desaceleração de ritmo que nos renova, potencializa e amplia nossa liberdade; por outro lado, também percebemos o quanto os

recursos aditivos e alienantes da droga e do consumismo são opções presentes nos espaços esportivos e de lazer. O mesmo equipamento de musculação, em uma praça pública, que pode ser utilizado para promover a cultura da saúde e do cuidado com o corpo, também pode ser utilizado para desenvolver a cultura do corpo-mercadoria, que estimula a drogadição e a exploração das pessoas. Um projeto social de esporte que dá acesso às práticas esportivas e fortalece uma rede de sociabilidades pode desenvolver cidadania, mas também pode fomentar posturas assistencialistas, o fisiologismo político e relações de poder autoritárias que enfraquecem a cidadania. Um programa de esporte nas escolas pode ser um espaço de humanização e educação crítica, mas também pode ser mero entretenimento e produção de uma massa de consumidores de esporte. Os eventos de esporte e lazer podem promover a construção de laços e a cultura da paz; mas quantas vezes presenciamos explosões de violência e, inclusive, morte, nas disputas esportivas e em festividades.

Para, de fato, tornar o esporte e o lazer âmbitos de qualificação da existência e fatores de saúde e educação, é preciso conhecer as formas de agir, as metodologias e as boas práticas. É preciso fomentar o estudo dos modos de agir e colocar esse conhecimento ao alcance dos profissionais que realizam as políticas de esporte e lazer nas diferentes ações decorrentes dessas políticas.

4. É PRECISO CONSTITUIR MEMÓRIA: NÃO SE PODE ZERAR TUDO A CADA ELEIÇÃO

Outro aspecto importante, que justifica a implicação das políticas públicas no tema da construção de conhecimentos, é a necessidade de consolidar as conquistas e aprendizagens, qualificando a gestão e as políticas, por meio de um processo de desenvolvimento que supere os limites temporais de um governo e qualifiquem a sociedade e as intervenções do

Estado. Se conhecer a realidade, conhecer o esporte e o lazer e conhecer as metodologias é de fato um elemento fundamental para o bom desenvolvimento de políticas, para qualquer governo, então é necessário acumular esse conhecimento, cuidar de conservar e aprimorar um capital cultural que seja um recurso sempre disponível para os gestores públicos.

A humanidade avança porque constitui memória, uma memória que é ponto de partida para novas gerações. Se, a cada geração, tivéssemos que aprender tudo de novo, não teríamos saído das cavernas. Do mesmo modo, não é possível que a cada governo se tenha de começar do zero, aprender tudo novamente porque mudou a coalizão de partidos que assumiu o poder ou porque mudaram as lideranças que chefiavam um determinado órgão.

Algumas vezes, na alternância de governos, se procura manter as políticas e alguns projetos (outras vezes não, se faz terra arrasada). Mas novos gestores e profissionais acabam não encontrando memória sistematizada do que era feito, como era feito, quem eram os parceiros, onde estavam os recursos, uma série de fatores, informações e conhecimentos, cuja ausência deixa a impressão de que o projeto ou a política estivesse sendo reinventada do zero.

É preciso constituir, conservar e desenvolver um legado de conhecimentos que possibilite um avanço e aperfeiçoamento nas políticas de esporte e lazer. A constituição e acúmulo desse patrimônio cultural, sendo fundamental para o acerto no desenvolvimento das ações de governo, deve estar contemplado nas políticas de esporte e lazer. Não se pode esperar, sem comprometer-se, que outros institutos façam algo que acabará determinando a qualidade do que se pode fazer na gestão pública.

Em resumo, quanto à questão, deveriam as políticas públicas de esporte e lazer comprometerem-se com a produção de conhecimentos? Eu diria que sim, por, pelo menos, quatro razões, que, a meu ver, são fundamentais para o sucesso dessas políticas: é preciso conhecer a realidade; é preciso conhecer os fenômenos do esporte e do lazer e as respostas que podem

dar às demandas sociais; é preciso conhecer as metodologias, as melhores formas de ação em cada circunstância, e é preciso constituir memória, um legado de conhecimentos que permita avançar a partir das aprendizagens de outros, contar com capital cultural acumulado.

COMO AS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PODEM CONSTRUIR CONHECIMENTOS?

Como as políticas públicas podem construir ou favorecer a construção de conhecimento? Como por meio das políticas públicas se pode conhecer mais as necessidades e as vocações esportivas, conhecer mais sobre as respostas que o esporte pode dar, conhecer mais e melhor as estratégias, processos e boas práticas, e ainda constituir memória, cuidar desse patrimônio simbólico, esse capital cultural, para que acumule e cresça? Como se pode fazer gestão e, ao mesmo tempo, construir conhecimento? Vou apontar dois caminhos que me parecem adequados para responder essa questão.

1. Comprometer-se com a sistematização e fomentar a produção de conhecimentos

Um primeiro caminho para as políticas públicas construírem e favorecerem a construção de conhecimentos seria, de um lado, instituir processos de investigação que possibilitem compreender e transformar a realidade, e, de outro lado, constituir um acervo de conhecimentos sobre os planos e as ações de governo desenvolvidas e os resultados dessas ações, na área do esporte e do lazer. Para tanto, acredito que se poderiam desenvolver ações em três direções.

Em primeiro lugar, é preciso desenvolver o hábito de registrar e documentar os planos, as políticas e as ações desenvolvidas. Como dizia Hanna Arendt, o agir político se insere na condição humana da ação. Essa

condição da ação caracteriza-se pela natalidade, pelo fazer nascer, dar à luz uma nova realidade. Mas a ação não guarda registro, se não for acompanhada pelo que Arendt identificava como outra condição humana, a do trabalho. Se a característica da ação é fazer nascer, a do trabalho é fazer permanecer. O trabalho é o esforço, finda a ação, de constituir memória. De realizar, após o nascimento e a execução das ações, o trabalho de registrar e perpetuar tudo o que se pensou e realizou no calor da ação. Os gestores públicos, para promover a produção de conhecimento, devem deixar registro de suas ações, quando governo. É um registro adequado. Nunca me esqueço de que, durante minha pesquisa de mestrado, acompanhando uma inovadora política pública municipal de educação, eu sofria com documentos de referência dessa política, que não guardavam registro de data nem de autoria. Os gestores públicos precisam comprometer-se com o registro de suas ações enquanto governo.

Em segundo lugar, seria importante que as políticas públicas de esporte e lazer fomentassem e garantissem a investigação, a análise e a sistematização de conhecimentos sobre a realidade e os fenômenos do esporte e do lazer. Para o desenvolvimento dessa ação, os gestores podem e devem contar com as universidades. Quem faz a gestão do esporte, nem sempre tem o tempo necessário para sistematizar tudo o que aprende, tudo o que compreende da realidade que vivencia. É preciso contar com as universidades, não como substitutas no processo de aprendizagem, reflexão e investigação, mas como parceiras nesse processo. Há um saber e uma capacidade técnica nas universidades que não precisam ser duplicados pelo Estado. Mas é preciso criar compromisso, por meio de políticas públicas que orientem a pesquisa universitária. Não basta repassar fundos públicos para as universidades. É preciso trabalhar na constituição de redes de pesquisa, trabalhar a construção de linhas de investigação e ir acumulando conhecimento e constituindo acervo em áreas de interesse para as políticas de Estado.

Em terceiro lugar, e como complementação das indicações anteriores, me parece fundamental que se privilegiem processos de

pesquisa-ação e pesquisa-participante. Pesquisa-ação no sentido de comprometer as universidades e pesquisadores com os projetos e as ações de governo. É preciso induzir pesquisa em áreas de interesse das políticas públicas e a pesquisa-ação é um método muito interessante para comprometer os pesquisadores e gestores na produção efetiva de transformações na realidade. Por sua vez, a pesquisa-participante é uma rica tradição do pensamento crítico brasileiro, que retira a população e os gestores da posição de objetos de investigação, incorporando-os como sujeitos da pesquisa. Essas metodologias deveriam ser privilegiadas na produção e na sistematização de conhecimentos, para que esses conhecimentos sejam construídos a partir de um compromisso com as ações políticas. Privilegiar a Pesquisa-ação e a Pesquisa-participante como processos de investigação em que pesquisadores universitários desenvolvem um trabalho coletivo com gestores públicos e comunidade em favor de transformações sociais.

2. Fortalecer as pessoas como sujeitos políticos e das políticas.

O conhecimento que vale a pena produzir no âmbito da políticas públicas é o conhecimento vivo, aquele que faz sentido para as pessoas, que ilumina e revela o desejo do povo por projetos de felicidade, uma vida melhor e de qualidade. Isso não se produz sem contar com as pessoas. O ser humano não pode entrar nesse processo como recurso, insumo ou objeto. A pessoa deve ser o sujeito de um conhecimento que se queira humano. Assim sendo, um segundo caminho que me parece muito oportuno para que as políticas públicas de esporte e lazer favoreçam a produção de conhecimentos é fortalecer as pessoas como sujeitos da política e do conhecimento produzido. Nesse sentido, parece oportuno desenvolver ações políticas em, pelo menos, duas direções: fortalecer o corpo profissional do Estado e empoderar a cidadania.

Uma ação que me parece fundamental para construir conhecimento é fortalecer um corpo profissional de Estado vinculado ao setor de esporte e lazer. Muitas vezes, o que temos presenciado é o desmantelamento de secretarias ou órgãos gestores do esporte, ao final de cada governo. Quando chega o novo governo, não resta ninguém que tenha acumulado a experiência de gestões passadas. Conseguir manter um quadro de servidores públicos estável é muito importante para a constituição de memória e o aprimoramento da gestão. Não se pode ter de reaprender tudo a cada quatro anos. Se, de um lado, é verdade que não se pode comprometer o orçamento com a manutenção do aparelho do Estado, principalmente nos pequenos municípios, também é verdade que não se constrói Estado sem um corpo profissional de carreira.

Ao mesmo tempo, deve-se trabalhar na qualificação desses trabalhadores do esporte e do lazer. De um lado, deve-se promover a qualificação das pessoas, por meio de processos de formação continuada, articulados aos interesses da política e ao desenvolvimento das estruturas do Estado. Aqui, novamente a parceria com as universidades é estratégica. Por outro lado, deve-se lutar contra o ativismo e desenvolver um modelo de gestão baseado em reflexão-na-ação. Principalmente, deve-se trabalhar sobre o planejamento e a avaliação das ações de governo como momentos de reflexão, formação e aprendizagem; ou seja, a relação que se estabelece com esse quadro profissional deve superar a lógica dos recursos humanos ou insumos do processo, em favor de uma lógica de gestão comprometida com o desenvolvimento de pessoas que são também sujeitos da política.

Ao lado de constituir um corpo profissional de Estado, uma outra ação importante na preservação da memória e da construção de conhecimentos seria instituir um coletivo de pessoas protagonistas no setor do esporte e do lazer. Nesse sentido, é importante desenvolver ações de empoderamento da cidadania, identificar o capital social presente e fortalecer organizações e coletivos comprometidos com o

desenvolvimento do esporte e do lazer nas comunidades. Para instituição e fortalecimento desses coletivos, é estratégico organizar processos de democracia participativa, na gestão e desenvolvimento do esporte, em que as pessoas novamente são convidadas a participar, não como objetos, mas como sujeitos políticos e sujeitos das políticas.

Um corpo profissional de Estado estável e a cidadania organizada e ativa são a memória e o conhecimento vivo da comunidade, que pode fazer muito no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer.

CONCLUSÕES

Como busquei apresentar, as políticas de esporte e lazer devem estar comprometidas com a produção de conhecimentos, porque, sem conhecimento nessa área, não se podem construir políticas adequadas. É preciso conhecer a realidade, conhecer as características das diferentes manifestações do esporte e do lazer e que benefícios podem oferecer, conhecer as metodologias e as formas de ação que orientam para as melhores práticas e resultados, e também é preciso constituir memória, para poder dar continuidade ao desenvolvimento do setor.

Conhecer é importante para acertar nas políticas de esporte. E esse acerto não é algo importante apenas para o bom desenvolvimento do nosso setor: a própria democracia se legitima, na medida em que é capaz de oferecer respostas às demandas da população. A boa gestão da coisa pública, a adoção de medidas que venham ao encontro das necessidades sentidas pelas pessoas tem um papel muito importante no fortalecimento da democracia em nosso país.

Escrevi esse texto em meio à instalação do Polo Regional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer da Região 1. Acredito que esses Polos Regionais podem ser um grande instrumento de descentralização das políticas de esporte, como pretendido nessa política, e também podem cumprir um importante papel nessa tarefa de construir e sistematizar

conhecimentos e trabalhar na qualificação dos trabalhadores do esporte e do lazer e empoderamento da cidadania.

Pode estar em curso no Brasil uma revolução: a retirar do esporte e do lazer do lugar de privilégios de classe, símbolos de distinção, para transformá-los em direito social da cidadania. Mas, como afirmava Lênin, “não existe movimento revolucionário sem teoria revolucionária”. Por isso, para efetivar uma revolução, na área do esporte e do lazer, é preciso políticas públicas setoriais que promovam a produção de conhecimento.

Megaeventos esportivos e ciências do esporte no Brasil

Alberto Reinaldo Reppold Filho

INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos, pelas suas dimensões, impactam e geram legados para as cidades e os países-sede. Esses impactos e legados podem ser positivos e negativos, intencionais e não intencionais, tangíveis e intangíveis, entre outras caracterizações. Podem também ser de diferentes tipos: econômicos, sociais, culturais, esportivos, ambientais, de imagem e de conhecimento, para mencionar apenas os mais citados na literatura especializada. São eventos que requerem enormes investimentos dos governos dos países e das cidades onde são realizados. Além disso, envolvem anos de preparação, necessitando, assim, de apoio continuado da população. Os megaeventos esportivos são acontecimentos complexos e multifacetados, cujas implicações transcendem as fronteiras locais e nacionais. São, por definição, eventos em escala mundial.

Pelas suas implicações, os megaeventos esportivos despertam interesse acadêmico em diversas partes do mundo. Nas últimas três décadas, pesquisadores de várias disciplinas têm se dedicado a estudá-los. No Brasil, a realização de cinco eventos esportivos de grande magnitude, em apenas uma década, incentivou e, em certa medida, exigiu que a

comunidade científica examinasse os megaeventos esportivos a partir de diferentes perspectivas. Nesse estudo, tratamos de um aspecto particular desses eventos, qual seja, dos seus efeitos no desenvolvimento das Ciências do Esporte no país.

Para o propósito desse estudo, optamos por examinar os efeitos dos megaeventos esportivos no desenvolvimento das Ciências do Esporte, com referência aos seguintes fatores: a) produção científica sobre megaeventos esportivos; b) pesquisas em andamento sobre megaeventos esportivos; c) pesquisas em andamento que não tratam de megaeventos esportivos, mas que foram por eles impulsionadas; d) fomento à pesquisa sobre megaeventos esportivos ou por eles impulsionada; e) criação de instituições de ensino e pesquisa impulsionada pelos megaeventos esportivos.

Partimos, assim, da suposição de que o desenvolvimento das Ciências do Esporte no país é resultado de um somatório de fatores, entre eles, os anteriormente referidos. Estamos cientes de que os fatores definidos para esse estudo não são suficientes para uma análise compreensiva dos efeitos dos megaeventos esportivos no desenvolvimento das Ciências do Esporte no Brasil. Entretanto, uma análise que os desconsiderasse ficaria empobrecida e perderia muito em relevância, uma vez que produções científicas, fomento à pesquisa e instituições de ensino e pesquisa desempenham papel central no desenvolvimento da ciência. Sendo assim, entendemos que tais fatores atendem às necessidades do estudo, cujo intuito é de apresentar uma visão panorâmica do tema em questão.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

A análise da produção científica brasileira evidencia que, até meados dos anos 2000, eram escassos, no país, os estudos sobre megaeventos esportivos. A situação mudou significativamente, a partir de 2007. Desde então, os megaeventos esportivos foram analisados por pesquisadores de diferentes disciplinas, sendo consideráveis as contribuições da economia, da administração, da geografia, da sociologia e da educação física. Mais recentemente, especialistas em planejamento urbano, turismo, segurança e meio ambiente ampliaram a compressão desses eventos. O crescimento da produção científica brasileira sobre o tema pode ser atestada pela análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios científicos produzidos no período de 2007 a 2013.

a) Livros

Os primeiros livros publicados no Brasil sobre megaeventos esportivos aconteceram nos anos de 2007 e 2008, e contaram com o apoio do Ministério do Esporte. A realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, com suspeitas de superfaturamento nas obras e gastos acima dos previstos, seguidamente a inscrição da cidade do Rio de Janeiro como candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e da confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol, ocorridas, respectivamente, em setembro e outubro de 2007, colocaram o Governo Brasileiro, principal financiador desses eventos, e vários segmentos da sociedade brasileira, frente à necessidade de conhecê-los em mais detalhes. Assim, em conjunto com universidades, conselhos profissionais, entidades esportivas e organizações não governamentais, o Ministério do Esporte produziu importantes documentos sobre o assunto. Essas obras, ainda hoje referência para os estudiosos de megaeventos esportivos, trataram de uma ampla variedade de temas (turismo, meio ambiente, voluntariado, instalações esportivas, ordenamento urbano,

gestão de eventos, legado e responsabilidade social etc.) e contaram com a participação de pesquisadores do país e do exterior.

Os estudos mais significativos desse período foram: Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas (Observatório de favelas, 2007, 2008); Megaeventos esportivos, legados e responsabilidade social (RUBIO, 2007); e Legados de megaeventos esportivos (Dacosta *et al*, 2008).

Nos anos seguintes, outras publicações foram realizadas por universidades brasileiras, com o apoio de fundações estaduais de pesquisa. Nesse grupo, merecem destaque dois livros: “O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades” (Mascarenhas; Bienenstein; Sánchez, 2011); e “Megaeventos esportivos e seus impactos nos estados periféricos (Oliveira; Haiachi, 2011). A primeira obra trata das transformações provocadas pelos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, destacando seus efeitos em uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais. Os autores formam um grupo multidisciplinar: economistas, sociólogos, geógrafos, arquitetos e urbanistas. A segunda obra apresenta uma visão geral dos impactos dos megaeventos esportivos e destaca algumas de suas implicações para as políticas públicas de esporte. Trata-se de uma coletânea de estudos desenvolvidos por pesquisadores da área da educação física.

Em 2013, as editoras comerciais brasileiras passaram a publicar livros sobre megaeventos esportivos, indicando o crescente interesse no assunto. Nesse grupo de publicações, encontram-se: “Legados de megaeventos esportivos” (Marcellino, 2013), e “Sustentabilidade, governança e megaeventos: estudo de caso dos Jogos Olímpicos” (Flores, 2014). O primeiro livro consiste de uma coletânea de trabalhos elaborada por autores de diferentes especialidades acadêmicas, que retomam e, por vezes, aprofundam temas examinados em obras anteriormente publicadas no país. Dois estudos merecem especial atenção, por examinarem assuntos ainda pouco considerados pelos pesquisadores brasileiros. Um focaliza o legado

dos megaeventos esportivos para a educação física escolar, enquanto outro trata do legado para a pesquisa. O segundo livro também é fruto de trabalho coletivo. Os autores realizam um estudo de caso sobre sustentabilidade e governança nos Jogos Olímpicos.

b) Artigos Científicos

A Revista *Motrivivência*, editada pela Universidade Federal de Santa Catarina, teve quatro números dedicados aos megaeventos esportivos. Os títulos das publicações fornecem uma ideia dos assuntos abordados: "Manifestações populares, cidadania e megaeventos" (2013); "As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o 'padrão FIFA'" (2013); "A década dos megaeventos esportivos no Brasil" (2009); "Grandes eventos esportivos no Brasil" (2006). No conjunto, os artigos publicados na *Motrivivência* apresentam um panorama atual do assunto. Os autores são, na maioria, da área da educação física.

Em 2012, a Revista *Coletiva*, periódico de divulgação científica da Fundação Joaquim Nabuco, dedicou um número completo aos megaeventos esportivos. Os autores apresentam uma visão crítica dos eventos que acontecerão no Brasil. Além dos aspectos sociais e econômicos, outros temas são examinados, como, por exemplo: a segurança nos estádios e a especulação imobiliária associada a esses eventos.

Os megaeventos esportivos foram também tema de um número especial da Revista *Horizontes Antropológicos*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A publicação supriu uma lacuna na pesquisa sobre o assunto, explorando, a partir de uma perspectiva antropológica, os aspectos simbólicos dos megaeventos esportivos. A obra conta com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior.

A Revista *Princípios* apresentou recentemente um levantamento da situação dos megaeventos esportivos no país. A publicação abre

com uma entrevista com o Ministro do Esporte, em que são apresentados os aspectos considerados positivos da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos para o Brasil. Os demais artigos tratam temas econômicos, políticos, sociais e técnicos da preparação brasileira para esses eventos. Entre os autores encontram-se: gestores, autoridades públicas, jornalistas e pesquisadores de universidades brasileiras.

As quatro revistas, quando consideradas em conjunto, publicaram 8 editoriais e 62 artigos sobre megaeventos esportivos. Somam-se a essas publicações artigos divulgados em outras revistas brasileiras de Educação Física e Ciências do Esporte. Essas, embora não tenham dedicado números especiais aos megaeventos esportivos, têm frequentemente publicado material sobre o tema.

c) Teses e Dissertações

Os megaeventos esportivos têm sido tema de pesquisas de mestrado e doutorado em diferentes programas de pós-graduação do país. A busca nas bibliotecas das universidades brasileiras evidencia esse fato. Nos últimos anos, várias teses e dissertações foram produzidas sobre o assunto. Embora não seja possível, no contexto deste trabalho, realizar uma análise minuciosa dessa produção científica, destacamos, a seguir, algumas dissertações e teses produzidas no país.

Em 2007, a dissertação de mestrado intitulada: "Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos" (Raeder, 2007), traçou um quadro dos impactos e conflitos urbanos relacionados aos Jogos Pan-Americanos de 2007. O autor buscou, a partir de uma abordagem geográfica, compreender como ocorre a produção do espaço urbano em cidades que sediam megaeventos esportivos. Os resultados da pesquisa indicaram que, dependendo da forma como são implementados, esses eventos podem contribuir para a redução das desigualdades espaciais nas cidades que os sediam. A reprodução das disparidades, contudo, tem sido

a tônica na sua implementação. Esse quadro se repetiu na cidade do Rio de Janeiro, quando da realização dos Jogos Pan-Americanos.

Outro estudo que merece destaque tem como título: "O estádio contemporâneo: uma arquitetura regeneradora de seu tecido urbano" (Amaral, 2013). Trata-se de uma dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. O autor examina a ligação dos estádios esportivos com o contexto urbano, argumentando que devem ser construídos de maneira a promoverem a regeneração urbana e integrem-se à vida da cidade como um todo.

A tese de doutorado em sociologia: "A representação de cidade e de planejamento urbano em Porto Alegre: Estado, mercado e sociedade civil em disputa pela representação legítima" (Cruz, 2012), embora não tenha por objeto de estudo os megaeventos esportivos, merece atenção, uma vez que ilustra um aspecto interessante desses eventos. A pesquisa analisou as representações dos atores-chave que interagem em espaços onde se debate e fórmula a política de planejamento urbano de Porto Alegre. O objetivo do estudo foi entender como essas representações influenciam nas ações desses atores e qual a sua repercussão no perfil que esta política assume. Ao longo da investigação, a Copa do Mundo de Futebol apareceu como um elemento constitutivo das representações desses atores, influenciando suas ações e repercutindo na política de planejamento urbano da cidade.

d) Relatórios Científicos

Por fim, é importante mencionar que diversos estudos sobre impactos e legados dos megaeventos esportivos vêm sendo realizados por institutos brasileiros de pesquisa, com o propósito de subsidiar as ações governamentais. Esses estudos têm contribuído, em especial, para a compreensão dos aspectos econômicos dos megaeventos esportivos e podem ser considerados como um legado de conhecimento.

A Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, por exemplo, realizou um estudo dos impactos socioeconômicos

potenciais da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro (Fundação Instituto de Administração, 2009).

Da mesma forma, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, elaborou um trabalho sobre os aspectos microeconômicos (planejamento, logística, plano de *marketing* e equilíbrio financeiro) e macroeconômicos (infraestrutura, turismo, geração de empregos, realocação de empresas) dos Jogos Olímpicos para subsidiar as discussões sobre os Jogos Olímpicos de 2016 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008).

PESQUISAS EM ANDAMENTO SOBRE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

No momento, existem pesquisas em andamento sobre os megaeventos esportivos que acontecerão no país. Uma parte desses estudos é realizada por universidades brasileiras, em parceria com o Governo Federal. Outros são executados por solicitação de entidades ligadas à organização dos eventos. São pesquisas que, quando concluídas, representarão um ganho significativo de conhecimento sobre os impactos, os legados e outros aspectos dos megaeventos esportivos, não apenas para o país, mas para a comunidade científica em geral. Apresentamos, a seguir, alguns desses estudos.

O Ministério do Esporte e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir de reunião ocorrida em 2012, constituíram grupos multidisciplinares de pesquisa em universidades brasileiras para o acompanhamento dos projetos e das obras da Copa do Mundo de Futebol. Esses grupos, formados por pesquisadores das áreas da engenharia, saúde, gestão, entre outras, têm a responsabilidade de acompanhar, em cada cidade-sede, itens como: mobilidade urbana, arenas, aeroportos, telecomunicações, turismo, energia, segurança e

saúde. Os resultados dos estudos produzidos por esses grupos serão divulgados após a Copa do Mundo.

Em 2013, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 firmaram contrato para executar uma pesquisa sobre o impacto dos Jogos Olímpicos de 2016. O Olympic Games Impact (OGI), designação internacional do estudo, é uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI). A pesquisa é realizada a cada edição dos Jogos, com o objetivo de medir seus efeitos e impactos ambientais, socioculturais e econômicos em áreas como: educação, saúde, segurança, esporte, lazer e infraestrutura. Para os Jogos do Rio de Janeiro, serão elaborados quatro relatórios, cobrindo um período de 12 anos, de 2007 a 2019. O primeiro relatório, divulgado em 2013, apresentou o cenário de base e refere-se aos anos de 2007 a 2012. O próximo relatório está previsto para acontecer em 2014.

O Ministério do Esporte, em parceria com a COPPE/UFRJ, está realizando um estudo avaliativo sobre as condições de engenharia, segurança, incêndio e higiene dos estádios de futebol brasileiros. A partir dos resultados da avaliação, serão sugeridas ações para melhorar a segurança, o conforto e a acessibilidade para os usuários. O projeto teve início em julho de 2013, e, até outubro, 154 estádios haviam sido visitados, cobrindo 129 cidades brasileiras. O projeto vai elaborar uma proposta de um Sistema Nacional de Classificação de Estádios, contemplando os eixos de análise: conforto, acessibilidade e segurança.

PESQUISAS EM ANDAMENTO IMPULSIONADAS PELOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Além das pesquisas acima referidas, existem outras que, embora não tratem de megaeventos esportivos, foram por eles impulsionadas. Esses estudos envolvem produção de conhecimento, desenvolvimento de

tecnologia, e construção de sistemas de armazenamento e disponibilização de informações para diferentes segmentos do esporte brasileiro.

A ciência, a tecnologia e a informação são fatores determinantes para o aumento do número de praticantes de esportes e para o sucesso no esporte de alto rendimento. Os países que possuem um nível elevado de desenvolvimento em ciência e tecnologia do esporte e que dispõem de mecanismos para fazer com que eles cheguem aos diferentes segmentos da comunidade esportiva tendem a obter melhores resultados em competições internacionais. Nesse sentido, os projetos que apresentamos a seguir, se atingirem os objetivos propostos, trarão uma importante contribuição para o esporte no país.

a) Diagnóstico Nacional do Esporte

O Ministério do Esporte, com o apoio do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), está realizando o Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE). O projeto é coordenado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Federal da Bahia e está sendo implementado por uma rede de universidades federais. O DIESPORTE visa atender uma demanda da comunidade esportiva brasileira apresentada nas três conferências nacionais do esporte (Ministério do Esporte, 2004, 2007, 2010). O objetivo do estudo é estabelecer o perfil do praticante de atividade esportiva no país, organizado por sexo, faixa etária, escolaridade, nível socioeconômico, entre outras variáveis. Além disso, fornecerá um conjunto de informações sobre os tipos de atividades esportivas mais praticadas e sobre os motivos, a frequência e os locais dessas práticas. O estudo abrange também o não praticante, identificando os fatores que inibem a sua participação em atividades esportivas. O projeto prevê, ainda, um levantamento da legislação, do financiamento e da infraestrutura esportiva no país. Os resultados do DIESPORTE servirão para a formulação de políticas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso às atividades esportivas no país.

b) Projeto Referências

O Projeto Referências para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Esporte de Alto Rendimento, ou simplesmente Projeto Referências, é outra iniciativa do Ministério do Esporte implementada com a participação de universidades brasileiras. O Projeto é coordenado pelo Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e conta com pesquisadores brasileiros e profissionais com experiência na área do esporte olímpico e paraolímpico, entre eles: atletas, treinadores, árbitros, dirigentes e gestores esportivos. As Referências têm por objetivo realizar um mapeamento das modalidades olímpicas e paralímpicas no país, nos seguintes aspectos: financiamento; modelos de gestão; infraestrutura e equipamentos; pessoal (atletas, treinadores, árbitros, gestores e dirigentes); suporte ao atleta, durante e após a carreira; apoio científico e tecnológico ao esporte; identificação de talentos esportivos; nível de organização das competições esportivas no país, e desempenho de atletas e equipes brasileiras em eventos internacionais. Os resultados servirão para subsidiar a elaboração do plano nacional de esporte de alto rendimento. O Projeto Referências exige o desenvolvimento de uma metodologia de mapeamento, com o uso de diferentes tecnologias, e deixará também um legado de conhecimento para as Ciências do Esporte, em especial, para as áreas de Política Pública, Economia e Gestão do Esporte.

c) Inteligência Esportiva

O Inteligência Esportiva é um projeto do Ministério do Esporte, em parceria com Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná. O objetivo do projeto é produzir, sistematizar, analisar e difundir informações sobre o esporte de alto rendimento. Entre as metas a serem atingidas, destacam-se: a construção de um banco de informações sobre as modalidades olímpicas e paraolímpicas; a interação com organizações internacionais na área da

informação esportiva, e o levantamento da produção científica sobre o esporte de alto rendimento no país e no exterior.

FOMENTO À PESQUISA

O fomento à pesquisa é um fator decisivo para o desenvolvimento das Ciências do Esporte no Brasil. Nesse sentido, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Esporte, impulsionados pelos megaeventos esportivos que acontecerão no país, têm promovido ações e destinado recursos financeiros para a pesquisa científica e para projetos de tecnologia e inovação na área do esporte.

Em 2012, o Prêmio Jovem Cientista, oferecido pelo MCTI, teve como tema a Inovação Tecnológica nos Esportes. O objetivo foi promover a reflexão e a pesquisa, revelar novos talentos e investir em jovens pesquisadores. Entre as linhas de pesquisa propostas aos concorrentes, encontravam-se temas de considerável importância para o esporte no país, como, por exemplo: gestão esportiva empreendedora e inovadora; tecnologias de comunicação e informação aplicadas aos esportes; materiais sustentáveis, eficientes e duráveis para infraestrutura e edificações esportivas; produtos inovadores em tecnologia e *design* de vestuários esportivos, entre eles, os chamados tecidos inteligentes.

Em outubro de 2013, o Ministério do Esporte e o CNPq lançaram uma chamada pública para seleção de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do esporte. No total, foram disponibilizados 18 milhões de reais. O edital estabeleceu seis linhas de financiamento: legados de megaeventos esportivos; políticas públicas e gestão no esporte e no lazer; esporte de alto rendimento; esporte, lazer e desenvolvimento social; equipamentos para esporte e lazer, e saúde e medicina esportiva. Foram contemplados 64 projetos, envolvendo 36 universidades, de 13 estados e do Distrito Federal. Entre os

pesquisadores, encontram-se: engenheiros, médicos, educadores físicos, administradores e sociólogos, evidenciando a diversidade de interesses hoje presentes no país.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

As universidades desempenham, em qualquer país, um papel importante no desenvolvimento do esporte. Em termos de pesquisa científica, a quase totalidade dos estudos é realizada nessas instituições. Em relação aos recursos humanos, as universidades atuam na formação e qualificação de professores de educação física, gestores, médicos, psicólogos, nutricionistas, entre outros profissionais que se dedicam, parcial ou integralmente, ao esporte. Assim, é comum em países que sediam megaeventos esportivos, em particular, os Jogos Olímpicos, discussões sobre a melhor maneira de produzir conhecimento e formar profissionais para atuar no esporte. Em alguns países, a criação de universidades voltadas exclusivamente para esses fins tornou-se uma realidade, enquanto, em outros, a ideia não prosperou. Com a realização de grandes eventos esportivos, o assunto também está em pauta no Brasil. Em 2013, o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte instituíram um grupo de trabalho interministerial para elaborar o projeto da Universidade do Esporte, que será direcionado à excelência esportiva e ao esporte de alto rendimento, tendo como horizonte o legado da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

A criação, no Brasil, de uma universidade voltada para esporte exigirá das autoridades brasileiras e das comunidades acadêmica e esportiva uma análise detalhada da experiência de países que possuem instituições congêneres. A Universidade de Esportes de Colônia, na Alemanha, representa o modelo mais bem sucedido desse tipo de instituição universitária. Criada em 1970, tem contribuído, de maneira significativa,

para o ensino e a pesquisa em diferentes áreas das Ciências do Esporte. Com cerca de 5.500 estudantes de graduação e pós-graduação, exige recursos financeiros de grande porte para manter sua infraestrutura e pessoal. A China possui três universidades de esporte. A Universidade de Esportes de Pequim (BSU), a maior delas, tem cerca de 1000 professores e 15.000 estudantes. A BSU oferece 12 cursos de graduação e programas de mestrado e doutorado. Uma instituição de tal envergadura requer investimentos volumosos e continuados para que possa atingir resultados satisfatórios. O exemplo mais recente é o da Universidade Olímpica Internacional da Rússia (RIOU), criada na cidade de Sochi, em 2009. A RIOU foi concebida como um legado dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 e tem como objetivo dar formação para ex-atletas e auxiliá-los a construir uma carreira após deixarem de competir. Trata-se da primeira universidade estabelecida em parceria com o COI. Conforme o jornal *The Moscow Times*, a construção da universidade custou 500 milhões de dólares.

O Brasil, com mais de 850 cursos de graduação em educação física e com programas de mestrado e doutorado consolidados, deve pensar com cuidado a criação de uma universidade desse tipo. Uma alternativa menos onerosa e talvez mais eficiente seria buscar uma maior articulação entre as universidades já existentes no país, criando uma rede nacional de ensino e pesquisa. O ensino à distância, como acontece em outras áreas, pode ser utilizado na formação de pessoal para as Ciências do Esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo permitem concluir que a realização de megaeventos esportivos está produzindo efeitos positivos no desenvolvimento das Ciências do Esporte no Brasil. Para os cinco fatores analisados, existem evidências que sustentam tal posição.

Em relação à produção científica, o estudo evidenciou que houve um crescimento nas pesquisas sobre megaeventos esportivos no país. Nesse sentido, vários livros e artigos foram publicados, dissertações e teses defendidas, e relatórios de institutos de pesquisa, divulgados.

Acrescentam-se a esta produção acadêmica as pesquisas, ainda em andamento no país, que tratam dos megaeventos esportivos ou que foram por eles impulsionadas. Algumas dessas pesquisas, embora ainda não concluídas, já estão produzindo efeitos positivos.

O fomento à pesquisa também foi estimulado, com editais de seleção de projetos para ciência, tecnologia e inovação na área do esporte, incluindo linhas de financiamento para estudos sobre os legados de megaeventos esportivos.

Por fim, encontra-se em discussão a criação de uma universidade voltada exclusivamente para o esporte. Embora não se possa afirmar que a criação de tal instituição venha a produzir efeitos positivos para o desenvolvimento das Ciências do Esporte no país, ela indica uma preocupação com a formação e a qualificação de pesquisadores e profissionais para atuarem no esporte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gustavo Garcia. **O estádio contemporâneo: uma arquitetura regeneradora de seu tecido urbano**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Esporte. **II Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Esporte. **Documento Final da III CNE: por um time chamado Brasil**. Brasília, 2010.

CRUZ, Milton. **A representação de cidade e de planejamento urbano em Porto Alegre: Estado, mercado e sociedade civil em disputa pela representação legítima**. 2012. 278 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DACOSTA, Lamartine *et al.* (org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

FLORES, Maureen (org.). **Sustentabilidade, governança e megaeventos: estudo de caso dos Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **Estudo de impactos socioeconômicos potenciais da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016 – Relatório Final**. São Paulo: FIA/FIPE, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (org.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas/Ministério do Esporte, 2007.

_____. **Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas/Ministério do Esporte, 2008. Vol. 2.

OLIVEIRA, Ailton F. S.; HAIACHI, Marcelo C. (orgs.). **Megaeventos esportivos e seus impactos nos estados periféricos**. São Cristóvão: UFS, 2011.

RAEDER, Sávio T.O. **Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RUBIO, Katia (org.). **Megaeventos esportivos: legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

A responsabilidade social do gestor público do esporte e do lazer

Ana Elenara Pintos¹ e Gianna Lepre Perim²

“O cotidiano do mundo atual coloca o gestor, público e privado, diante do desafio de ofertar programas de lazer e recreação com base em iniciativas consistentes e significativas para atender, de maneira responsável à expectativa da sociedade, por meio de uma ação qualificada, que tenha origem no princípio de maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade.”
(MAIA, 2003, P. 81-82)

O presente trabalho tem como objetivo explicitar a contribuição de representantes da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte no “XI Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, realizado em Canoas, em maio de 2013.

A abordagem do tema “A responsabilidade social do gestor público do esporte e do lazer”, englobou a análise das Políticas Públicas

¹ Coordenadora de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (desde 2010).

² Então Diretora de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (desde maio de 2006 a julho de 2013).

de Esporte e Lazer conduzidas pelo Ministério da Educação, desde 2003, contextualizando o esporte e o lazer como fenômenos sociais, que vão além da concepção de prática de atividade física, *transcendendo seus efeitos diretos e objetivos*.

A dimensão social do esporte irradia seu âmbito de ação, não restrita às delimitações primordiais, permitindo a seus participantes usufruírem atividades lúdicas, prazerosas, solidárias e de enriquecimento cultural, favorecendo, assim, o desenvolvimento de senso crítico, autonomia e sensibilidade, frente às questões sociais.

Em assim sendo, o presente trabalho pretende tratar sobre a responsabilidade social do estado, concretizada na atuação do gestor público, que deve buscar propiciar, além de uma participação crítica do cidadão, com vistas à instalação de novas condições de vida para os beneficiados, a vivência do esporte como meio de inserção social.

1. A BUSCA DA SUPERAÇÃO DE UMA POSTURA ASSISTENCIALISTA EM RELAÇÃO AO ESPORTE

O direito ao Esporte e ao Lazer, sendo um direito constitucionalmente tutelado, deve ser enfrentado como questão central pelo gestor público, buscando-se superar o caráter assistencialista, utilitarista e descomprometido das políticas públicas de esporte e lazer.

Para a efetivação do esporte como um direito fundamental garantido constitucionalmente, foi apresentada a consolidação dos seguintes desafios: democratização do acesso ao Esporte e ao Lazer como Direitos Sociais para todas as idades e comunidades; nacionalização da Política de Esporte e Lazer, ampliando o atendimento em todas as regiões do país; estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (I CNE) - Pacto Federativo; diversificação e ampliação das Fontes de Financiamento para as políticas esportivas sociais; instituição de uma Política Nacional de Formação/Certificação de Gestores,

Profissionais e Agentes de Esporte e Lazer, e Fortalecimento dos Programas/ Políticas, como tecnologias sociais, para serem implantados por gestores municipais e estaduais, independentemente de repasse de recursos.

Em assim sendo, para fins de efetivar o direito fundamental ao esporte, previsto no art. 5º da Constituição Federal, é necessária a superação de buscas assistencialistas da gestão do esporte para fins de adoção de políticas públicas engajadas e compromissadas com a visão do esporte como um meio pedagógico de inserção social.

2. O LAZER COMO TOMADA DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

O lazer foi reconhecido como direito de toda a população, na década de 1980, período em que o país viveu o restabelecimento da democracia, num processo marcado por ampla participação da sociedade e que culminou na Constituição Federal de 1988. Neste sentido, entendemos que, na gestão do esporte e, especialmente, do lazer, em nossa sociedade, destaca-se cada vez mais a importância da participação cultural dos diferentes atores (gestores e público atendido) como canal para a vivência de novos valores que, de forma educativa, garantam a possibilidade de buscar caminhos para a concretização desse direito.

No campo das políticas públicas, lazer e esporte são tomados como possibilidades de emancipação, ou seja, como instrumentos para a tomada de consciência crítica.

3. RELAÇÕES FEDERATIVAS ENTRE ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

Legalmente, não existem afirmações claras de atribuições legais para três níveis governamentais, no tangente ao fomento e gestão de programas e políticas de esporte e/ou lazer.

No entanto, o artigo 24 da Constituição Federal de 1988 afirma que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto”. O mesmo artigo é categórico ao afirmar que a “competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”, atribuição que passa aos estados, quando da inexistência de lei federal, de forma a atender as peculiaridades estaduais. O documento não estabelece quais são as funções dos municípios, no campo do esporte e do lazer, o que não exime a esfera municipal de responsabilidade no tocante ao tema.

A Constituição Federal não apenas determina o fomento a práticas desportivas formais e não formais como dever do Estado, como afirma que ambas devem ser tomadas como forma de promoção social. Derby (2002) pontua, seguindo essa direção, que os municípios têm competência para legislar, afirmando sua autonomia, conforme normatização do artigo 30 da Constituição, segundo o qual são competências dos municípios:

“I – legislar sobre assuntos de interesse local”;

“II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber”.

“Não há clareza, ainda, de qual deve ser o papel de cada um dos âmbitos governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, exatamente pela não solidificação dos Sistemas Nacionais de Cultura e de Esporte e Lazer. Em alguns casos a animação sociocultural é colocada em prática nos três âmbitos, no atendimento direto à população. Algumas poucas propostas de Estados, no entanto, se diferenciam das dos municípios, pela criação de instrumentos que enfatizam exatamente a relação estado-municípios, muito mais do que o atendimento direto à população.” (Marcellino, 2007, p. 68).

Assim, normativamente, as três esferas têm competência para legislar sobre os temas do esporte e do lazer; no entanto, a prática aponta que as relações federativas entre os entes acontecem, historicamente,

segundo um modelo *top-down*, em que “as decisões são tomadas por autoridades que têm certo controle do processo e decidem o que e como serão implementadas as políticas” (Vieira, 2011), ou seja, o processo decisório acontece de cima para baixo. O mesmo estudo de Vieira indica a seguinte distribuição de atribuições: 1) Governo Federal: estabelecimento e consolidação de uma política nacional de esporte/lazer; no que a realização de conferências nacionais é elemento-chave; apoio financeiro a estados e municípios, aumentando a abrangência do acesso ao esporte e ao lazer; desenvolvimento do conhecimento acerca dessas temáticas; determinação de diretrizes para nortear as políticas públicas de todo o território nacional, em todas as esferas de governo; 2) Estados: desenvolvimento do esporte de alto rendimento; auxílio e orientação às políticas públicas municipais; 3) Municípios: ações efetivas de esporte e de lazer, no sentido de ampliar o espectro de alcance das políticas públicas de esporte e/ou lazer em direção à universalização preconizada pela Constituição Federal de 1988. “É nos municípios, através da ação das Prefeituras, que a ação governamental se faz sentir, mais de perto” (Marcellino, 2007).

Faz-se *mister*, nesse sentido, que o gestor público de esporte e de lazer debruce sua atenção para as ações das três instâncias governamentais: *federal, estadual e municipal*, sempre atentando para o fato de que

“... a responsabilidade de ação acaba por recair sobre a esfera municipal, a qual se relaciona diretamente com o cidadão. Dessa forma, o Governo Federal deve oferecer subsídios aos Municípios para que os programas sociais atinjam seus objetivos de superação da marginalidade enquanto característica daquele que se encontra à margem dos processos sociais, posto que alterações de comportamento exijam programas continuados que possibilitem o desenvolvimento de novos valores a partir de uma maior reintegração à sociedade, permitindo o desprendimento de antigas atitudes.” (Vieira, 2011, p. 149).

O tema da municipalização, latente em todas as discussões que tangenciam o relacionamento entre os entes federativos, impõe-se como um desafio a ser enfrentado pelo gestor de esporte e de lazer; ainda mais se considerarmos a necessidade já apontada de uma definição pontual das atribuições federativas. Atualmente, as propostas ministeriais se atêm a este paradigma, que apresenta como *ponto positivo* a possibilidade de maior abrangência do acesso às atividades de lazer e esporte, com maior apoio às entidades parceiras na implementação das políticas. Se há um *ponto negativo*, ele diz respeito, justamente, à comunicação e ao relacionamento, ainda muito frágil, entre o Ministério e as entidades municipais, de modo que o acompanhamento e o controle dos convênios ainda são pontos críticos da metodologia consorciada. Vieira (*idem*) chama a atenção para que os convênios apoiados pelo Governo Federal devam ser uma complementaridade do que há em nível local. Dessa forma, potencializa-se a possibilidade de continuidade, quando cessa o financiamento federal, ou seja, ampliam-se as perspectivas de autossustentabilidade da política de esporte e lazer.

RESGATANDO AS REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER

Não há como tratar em responsabilidade social de gestores públicos de esporte e lazer sem tratar das discussões acumuladas em torno da necessidade de implementarmos um Sistema Nacional que estabeleça as competências e as responsabilidades dos entes federados e demais atores que atuam nessa área.

A reflexão sobre a estruturação de um novo Sistema de Esporte e Lazer é permeada pelos distintos aparatos normativos utilizados ao longo dos últimos anos.

Na legislação vigente, Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, o Sistema Nacional do Esporte definido corresponde apenas à estrutura do esporte de rendimento, e nada, ou muito pouco, trata das demais manifestações esportivas – esporte educacional e esporte de participação. Sobre esta última, a Lei sequer especifica de quem é a responsabilidade na condução; ou seja, não há, hoje, nenhuma previsão normativa que oriente a estruturação de um Sistema Nacional abrangente, que possibilite uma visão de conjunto do que ocorre no país em relação ao desenvolvimento do esporte e do lazer, e menos ainda em relação às necessidades da população.

Nesse sentido, torna-se ainda mais complexa a discussão das responsabilidades dos gestores públicos de esporte e lazer, haja vista a falta de definições sobre as competências dos entes federados e, por conseguinte, a precária estruturação do setor, nos estados e nos municípios, que, em grande parte, sequer possuem uma pasta responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas.

Em geral, a política de esporte (e do lazer, quando existe a preocupação com essa dimensão) fica vinculada a outras Secretarias, disputando espaço e financiamento com áreas consideradas prioritárias pelos governos, como Educação e Saúde, ou, ainda, com a Cultura, o Turismo e até o Trabalho, o Emprego e a Renda, para os quais os recursos são mais escassos. Também é comum ser coadjuvante da política de juventude, como se o esporte e o lazer pudessem ser menos prioritários para outros segmentos etários da população.

Isso enfraquece os gestores públicos que dispõem de pouco poder na estrutura de governo, muitas vezes ocupando cargos de menor estatura política e menos possibilidades de avançar na institucionalização de programas e projetos de esporte e lazer de caráter intergeracional, com atendimento sistemático à população. Como os resultados dessas políticas em geral concretizam-se mais em médio e longo prazo, elas deixam de ser prioridade, já que os escassos orçamentos e a infraestrutura, muitas vezes precária, devem ser divididos com o esporte de rendimento na

representação municipal ou estadual, nos campeonatos das modalidades esportivas, capazes de trazer resultados expressivos em curto prazo, com grande apelo popular, embora eventuais.

Dessa forma, fica ainda mais contraditório o papel dos gestores – tendo em vista as fragilidades locais –, que, mesmo imbuídos da responsabilidade social, encontram muitas dificuldades para implementar políticas públicas duradouras, ainda que recebam financiamento de outras esferas.

A 1ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, apontou para a necessidade da construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, a partir de princípios, diretrizes e objetivos estruturantes que visam unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer, em todo o território nacional.

Na Resolução Final da I Conferência Nacional do Esporte, foram definidos como princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer:

1. O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade.
2. O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais.
3. A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie.
4. A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Já na preparação da II Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2006, produziu-se uma polêmica, no tocante à amplitude do Sistema que se busca viabilizar. A questão de fundo foi: “até onde vai o lazer no Sistema articulado para o esporte?”

Alguns fatos relevantes devem ser observados. Primeiro, o lazer é percebido pelo senso comum, sobretudo, como prática corporal; segundo,

as estruturas de gestão – públicas e privadas – aproximam ambos os temas; terceiro, a área que mais investigou essa questão está ligada às ciências do esporte e, quarto, as legislações os tratam, quase sempre, de modo vinculado.

Há um acordo conceitual importante, na medida em que se acredita que, “no tempo e espaço de lazer, a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, apresenta-se como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam”. Desse modo, pode ser uma experiência que colabore para a emancipação humana, o que deve motivar a ação consciente e decidida de estímulo ao lazer esportivo.

Entretanto, dúvidas partem da premissa de que, objetivamente, o lazer possui uma dimensão que extrapola enormemente o fazer esportivo. A discussão em torno de um Sistema que inclua o lazer, do ponto de vista do esporte, deve considerar esses limites.

Um Sistema de Esporte e Lazer deve incorporar, com destaque, a dimensão esportiva do lazer; entretanto, não se configuraria propriamente num Sistema de Lazer, uma vez que isso exigiria incorporar todo o esporte e ir muito além: exigiria a mobilização de agentes públicos e privados de vários outros setores: cultura, educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano, trabalho. Cada um desses setores possui estruturas e dinâmicas que não podem ser negligenciadas em sua dimensão esportiva, ao implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Outra problemática importante que tratou a II CNE refere-se aos trabalhadores do Sistema. Embora se deva aprofundar a questão, decidiu-se que o caráter do Sistema deve ser multiprofissional e multidisciplinar, e será constituído por todas as pessoas que nele atuam, inclusive os Agentes Comunitários de Esporte e Lazer. Porém, “deverá ser indicado para cada área profissional as suas atribuições específicas e compartilhadas, o nível de formação e qualificação profissional exigida e a necessidade ou não de registro profissional, observando se a legislação vigente”.

O marco da II CNE foi o envio do Projeto de Lei de Incentivo ao Esporte para o Congresso Nacional, o que seria uma conquista histórica do

esporte brasileiro, se aprovado e sancionado, projetando o esporte num novo patamar, contribuindo para a ampliação, a diversificação das fontes de financiamento e a aplicação equitativa dos recursos nas três dimensões do esporte: educacional, de participação e de rendimento.

O resgate da trajetória aqui desenhada serve para demonstrar o rico processo de desenvolvimento do esporte brasileiro. Os desenhos institucionais variaram, em função de referências internacionais, aproximações com modelos nacionais de outras áreas e influências do ambiente político e social do momento. No esteio da Conferência, em 2004, discutiu-se a proposta de elaboração do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo como referência a participação popular e a construção coletiva de políticas públicas. Na II Conferência, avançou-se para a proposição de um Projeto de Lei. Porém, sua efetivação não se dará, sem que desafios sejam superados.

A (re)construção do Sistema Nacional deve visar a um amplo desenvolvimento da prática do esporte no país, a partir do atendimento de diversos interesses e suas interrelações. Algumas das questões apresentadas buscam iniciar o debate; porém, é fundamental ampliá-las e não tratá-las isoladamente.

Os princípios defendidos pela Política Nacional do Esporte e contemplados na Resolução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer devem ser referência essencial para um novo sistema; promover a inclusão social visando à reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; garantir a universalização do esporte e lazer como um direito de cada um e dever do Estado; promover a democratização da gestão e da participação no esporte e no lazer.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer deve ser entendido como a articulação de agentes – entidades, organizações sociais, instituições e seus sujeitos – que têm como finalidade e responsabilidade o oferecimento das condições para a prática do esporte nos municípios, nos estados e na União, bem como a democratização do acesso às crianças,

aos adolescentes, aos jovens, aos adultos, aos idosos e às pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, seja para conhecimento, lazer e fruição, seja para o alto rendimento, valorizando seus aspectos educativos, lúdicos, de qualidade de vida, de performance e de recordes, buscando a elevação da participação esportiva e social da população.

Cabe registrar que não se pretende a construção de uma estrutura formal de sistema, tampouco a simples reorganização do que está posto, mas uma ação responsável sobre as possibilidades existentes, a partir da análise cuidadosa da realidade atual e das suas perspectivas, considerando as vivências e as expectativas dos potenciais agentes do esporte nacional, dos atores e dos participantes do processo de reconstrução das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, e, aqui, prioritariamente, como responsabilidade social dos gestores públicos.

O desafio que se apresenta é a construção de um sistema eficaz, democrático e participativo que atenda aos anseios da população. A estruturação do sistema poderá, ainda, favorecer a materialização da Política Nacional e das Políticas Setoriais aprovadas pelo Conselho Nacional do Esporte e multiplicar as possibilidades de articulação entre as esferas de governo e a iniciativa privada, possibilitando a otimização de recursos e a ampliação do atendimento à população.

“Uma política pública pode – e deve – ser avaliada naquilo que trouxe de originalidade no campo teórico. Analisar possíveis equívocos presentes nos modelos conceituais elaborados e apresentados à sociedade é de fundamental importância para as suas superações. A partir desse nível de análise, confrontar os referidos modelos teóricos com as formas que adquiriram nos procedimentos de implementação, buscando detectar se os problemas estavam localizados nos modelos, na execução ou em ambas as dimensões de materialização de uma política, é o desafio maior a ser enfrentado por aqueles dispostos a se despirem dos interesses políticos e de se investirem de

postura ética comprometida com a busca de mecanismos que auxiliem o processo de fazer desse país um lugar melhor para se viver.” (Política Setorial de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia – SNDEL/ME, 2006)

A RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO DE ESPORTE E LAZER

Ao gestor da área do esporte e do lazer cabem as responsabilidades específicas, quanto ao gerenciamento de papéis importantes no processo de consolidação de uma gestão eficiente e transformadora.

Muitos são os limites vividos a serem superados, quanto ao acesso da população às oportunidades ao esporte e ao lazer em nosso país. Dentre eles, citamos: desinformação sobre o direito ao lazer; limites culturais justificados pela falta de hábitos, tempo ou mesmo predisposição dos sujeitos; formação insuficiente em diferentes áreas e níveis; limites relacionados à gestão do esporte e do lazer, como, por exemplo: despreparo dos gestores, falta de formação e desconhecimento sobre a realidade local, quadro pessoal limitado e despreparado, organização administrativa legal insuficiente, orçamento disponível que promova o acesso ao esporte em todas as suas dimensões, planejamento estratégico e participativo, descontinuidade das ações, infraestrutura e equipamentos esportivos insuficientes ou precários, dentre outros.

Refletindo sobre os quesitos a serem observados, no que tange à responsabilidade social do gestor *público do esporte e do lazer*, consideramos importante: a) pensar a qualidade da gestão do lazer, a partir da otimização dos diferentes recursos: físicos, materiais, humanos e financeiros – colocados à disposição dos gestores das políticas de ação –; b) visar ao desenvolvimento sustentável, preservando e dando utilidade social aos recursos existentes, fomentando a participação da população nas discussões e a concretização de ações intersetoriais como estratégias fundamentais para mudanças de atitudes e conhecimento; c) conhecer os anseios, as necessidades e as potencialidades

dos cidadãos, frente às demandas e profundas transformações que ocorrem nos vários campos das organizações econômica, política, cultural e social; d) definir quais as funções e os responsáveis por cada uma dessas organizações necessárias para alcançar os objetivos – provisão de projetos, programas ou de infraestrutura –; e) alinhar o domínio dos conhecimentos relacionados à área do lazer com a realidade e a geração de oportunidades dos bens culturais, de experimentação das ofertas de lazer disponíveis e de seleção de atividades pela livre escolha dos indivíduos; f) buscar a efetivação de políticas de lazer, após uma análise de possibilidades de implementação de programas e projetos, em cada região, e de um investimento na articulação com as comunidades, estimulando a organização e a participação dos diversos grupos; g) atuar de forma estratégica, ciente das circunstâncias internas e externas que podem surgir no decorrer do processo, buscando avançar e evitar ou corrigir falhas; i) ter clareza dos objetivos almejados, a fim de justificar os gastos e a arrecadação de dinheiro público baseada na parceria entre Estado, sociedade e cidadãos; j) propor o desenvolvimento de uma política de lazer, de forma a respeitar a própria natureza do lazer em uma sociedade democrática, compreendendo-o como um espaço público, de envolvimento individual, de conscientização de questões coletivas e razão fundamental da sociedade civil.

A partir dessas reflexões, fica evidente que o conhecimento desses quesitos passa a exercer papel estratégico na implementação das políticas públicas de esporte e lazer, ampliando a capacidade de governança, agilizando e qualificando os processos de tomada de decisão.

O ESPORTE E O LAZER COMO DIREITOS SOCIAIS

Um preceito demarcante das ações do Ministério, conforme a Política Nacional de Esporte (2005) é o da “diversidade”, *que se expressa*

por uma concepção concreta e dinâmica na relação humana, na qual a "diferença" é um importante elemento de conhecimento, que deve ser explicitado e defendido, ao mesmo tempo que se denunciam e se combatem, permanentemente, as mazelas da desigualdade. Para dar consecução a essa Política, o Ministério do Esporte advoga que todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero ou condição subeconômica, devem ter garantia de acesso ao esporte, nas suas mais diferentes dimensões e manifestações, em especial, as populações empobrecidas e os que são considerados menos hábeis para a prática.

"Reconhecida sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, a garantia de acesso ao esporte, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados constitui-se num poderoso instrumento de inclusão social, de favorecimento da sua inserção na sociedade e de ampliação das suas possibilidades futuras." (Brasil, 2005).

De forma a viabilizar o desenvolvimento da Política Nacional, o Ministério do Esporte busca ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida, macro-objetivo estabelecido no Plano Plurianual do Governo Federal 2012-2015.

O Governo Federal, no campo do desenvolvimento do esporte, do lazer e da inclusão social tem procurado focar na criação de programas esportivos sociais voltados à democratização do acesso ao esporte e ao lazer, com compromissos firmados nos últimos anos; no entanto, no Brasil, tal acesso ainda é prerrogativa das classes mais abastadas de nossa sociedade. A dimensão dessa tarefa define-se a partir da carência da totalidade dos municípios brasileiros, por políticas de Esporte e Lazer, que, atualmente, são 5.570 municípios, com uma população brasileira de cerca de 193.946.886 habitantes, com a contextualização apresentada a seguir.

Desde 2003, o Esporte e o Lazer, entendidos como instrumentos de desenvolvimento humano e inclusão social, passaram a ser Política de Estado, com a criação do Ministério do Esporte, no governo do então presidente Lula. A partir de sua criação, até 2012, já no governo Dilma, o orçamento da pasta teve crescimento exponencial para o investimento nos programas de esporte educacional, lazer e inclusão social, além de contar com outras iniciativas governamentais importantes, como a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte e a articulação de políticas setoriais, tais como a de Educação (Programa Mais Educação) e de Justiça (PRONASCI), que diversificaram e ampliaram as fontes de financiamento nessas áreas, otimizando os investimentos e multiplicando o número de beneficiados atendidos pelas políticas de Esporte e Lazer.

Atualmente, para cumprir com sua finalidade, qual seja, a ampliação e qualificação do acesso ao esporte e ao lazer, o principal programa, desenvolvido desde 2003, é o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

“O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) busca ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural, por meio de ações estratégicas, as quais versam sobre a formação e gestão compartilhada.”

Criado em 2003, o PELC, cujo problema gerador, que justifica a sua existência, é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira, tem como objetivo central democratizar o lazer e o esporte recreativo para a população de todas as idades, de forma que os participantes tomem como própria a sua condição de cidadão, integrando-se à sociedade. Em 2007, foi criado um tipo de núcleo diferenciado, o Vida Saudável, para atender na mesma perspectiva, mas com foco na saúde e na qualidade de vida, um público específico: adultos e idosos a partir de 45 anos.

Hoje, com o crescimento dessa faixa etária na população brasileira, o Vida Saudável atende, preferencialmente, idosos com idade acima de 60 anos. O Programa é executado sob a responsabilidade do Ministério do Esporte, em articulação com os órgãos federais e em regime de cooperação com estados, Distrito Federal, instituições de ensino superior e municípios, e é por meio da parceria com os Municípios que o Programa se aproxima mais da sua missão, qual seja, a garantia de acesso à prática, ao conhecimento ou a formação nos campos do esporte recreativo e do lazer de cunho social.

“O PELC se materializa a partir de duas iniciativas fundamentais, a Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso a atividades de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, possibilitando a inclusão de pessoas com deficiência; e a Formação Continuada – ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública com vistas à formação e a implementação de políticas de lazer e de inclusão social e cultural.”

Organizado a partir de experiências bem sucedidas em administrações de diferentes regiões, como a que encontramos em municípios do Rio Grande do Sul, o PELC tem o seu foco na universalização do conhecimento e na democratização das práticas do Esporte e do Lazer para todas as faixas etárias, para indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população rural e de áreas de assentamento, assim como pessoas com deficiências, priorizando o atendimento daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social.

As ações desenvolvidas nos núcleos recreativos, sediados em espaços públicos e privados, já existentes no município, têm como base o estímulo às práticas das culturas Corporal e Lúdica, envolvendo uma diversidade de atividades (oficinas culturais, esportivas, artísticas, brinquedotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos

das mais diversas naturezas, jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo). As atividades possibilitam a valorização da cultura local, bem como o fortalecimento da diversidade cultural, promovendo a interface das mais variadas manifestações.

Desde sua criação, o PELC já atendeu mais de 10 milhões de beneficiados, e, atualmente, está em 25 dos 27 estados brasileiros. O Programa encontra-se em permanente evolução, e muitas foram as mudanças introduzidas, tanto na sua concepção, no que diz respeito às Diretrizes Gerais e Pedagógicas, que envolvem a formação de gestores, carro-chefe no desenvolvimento do PELC, quanto na sua gestão, abrangendo os aspectos operacionais e administrativos da execução dos convênios e demais parcerias institucionais.

É importante iniciar essa questão contextualizando o fato de que grande parte dos municípios brasileiros apresenta uma carência de pessoal para desenvolvimento de várias áreas, a exemplo da saúde, que tem, em inúmeros municípios, apenas uma visita periódica de médicos; porém, no cotidiano, as questões são dinamizadas por enfermeiros e, fundamentalmente, por agentes comunitários da saúde. Outra área sensível a essa questão é a educação, que tem, em seus quadros diversos, professores leigos atuando na Educação Básica.

As políticas de esporte e lazer hoje desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, seguindo as experiências exitosas de várias gestões municipais (Porto Alegre, Recife, Belém, Caxias do Sul, Guarulhos, Diadema, Santo André, São Paulo, dentre outras), sensíveis à causa da necessidade da implementação de políticas de esporte e lazer para o atendimento da população brasileira, têm investido na atuação de agentes sociais de esporte e lazer. Para tanto, obviamente, não abre mão de uma política de formação permanente aos agentes contratados, realizada através de parcerias com as universidades, com as secretarias de educação, envolvendo profissionais e professores de educação física, como também de áreas afins.

Para que ocorra essa valorização do esporte e do lazer, é preciso que o Estado tenha clareza do seu papel, nas esferas federal, estadual e municipal. O mesmo deve ocorrer com a escola, a empresa, a entidade de classe, a ONG e, em especial, as entidades gestoras do esporte e do lazer. De que servem e como atuam esses agentes deve ser uma preocupação de todos, para que o setor contribua cada vez mais para a sociedade.

Em todos os sentidos, é enorme a responsabilidade dos gestores públicos. Sua missão central é democratizar o acesso ao Esporte e ao Lazer envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançando na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio do governo brasileiro, na área do Esporte e do Lazer, é democratizar o acesso à população brasileira, para que seja, de fato, um direito a todo cidadão de todas as idades, independentemente de sua posição socioeconômica, de forma que a conscientização sobre a importância da prática esportiva e do lazer seja trabalhada desde a infância e se prolongue por toda a vida, e que sejam garantidas as possibilidades de acesso aos jovens, aos adultos e aos idosos, com vistas à formação de indivíduos saudáveis.

Concentra-se nesse objetivo todo o esforço do Ministério do Esporte na busca da universalização do acesso, desenvolvendo as políticas de esporte e lazer, com foco específico no esporte educacional e no esporte de participação. Considerando esse objetivo, a estratégia tem sido fortalecer as ações estruturantes, de forma a dar passos concretos na ampliação do acesso ao esporte e ao lazer à população brasileira, priorizando o atendimento à população de maior vulnerabilidade social.

Embora contabilize avanços, desde a criação do Ministério do Esporte, o governo tem enormes desafios na democratização do acesso ao esporte e ao lazer. Nesse contexto, a atuação qualificada dos gestores públicos e a ampliação das políticas públicas de Esporte e Lazer tornam-se prioritárias. Quando se considera a imensidão da população brasileira de baixa renda, sem acesso ao esporte, é imperativo estabelecer recortes no plano de desenvolvimento da Política Esportiva e de Lazer, e, mais do que isso, viabilizar a articulação intersetorial entre as políticas de governo, especialmente as de Esporte, Saúde e Educação.

Nessa perspectiva, no campo do Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, propõe-se priorizar o atendimento à população de maior vulnerabilidade social, considerando indicadores como IDH e, no caso específico do Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e ainda direcionar as ações articuladas, a partir da integração de iniciativas dos entes federados e de políticas federais setoriais. Com isso, pretende-se potencializar os investimentos governamentais com foco na inclusão social e, assim, além de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, criar uma rede de proteção social às famílias de baixa renda.

O momento é bastante propício, onde os investimentos de diversos programas de governo e da iniciativa privada estão voltados para o esporte, em função da realização dos grandes eventos no Brasil. É grande a responsabilidade em potencializar os benefícios que possam advir desses investimentos, tornando-os concretos e perenes para a população brasileira, garantindo, de fato, o legado social da Copa do Mundo de 2014 e construindo as bases para o legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, para, assim, dar passos efetivos na garantia futura do esporte e do lazer como direitos sociais para toda a população brasileira.

Além de ampliar investimentos e desenvolver inúmeras ações voltadas ao esporte e ao lazer, seja na oferta de atividades esportivas e de lazer à população, na ampliação e modernização dos espaços esportivos, na formação de pessoas e de gestores que atuam nas políticas de esporte

e lazer, na realização de competições e eventos esportivos, ou, ainda, no fomento à produção e à disseminação do conhecimento na área, para avançar, de fato, na democratização do acesso, outro passo importante será a estruturação do Sistema Brasileiro de Esporte e Lazer, definindo e dividindo as responsabilidades entre os entes da Federação e demais atores sociais, a partir de toda reflexão já realizada.

O grande desafio do Brasil, frente aos grandes eventos esportivos que terão sede no país – Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 – é o fomento ao estabelecimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer efetivas, desenvolvidas, de forma abrangente e continuada, para que seus resultados possam ser avaliados e mensurados, quanto à qualidade, à eficácia e à efetividade no alcance de seu maior objetivo, a garantia do acesso ao esporte e ao lazer, prioritariamente aos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

É com essa compreensão que os gestores municipais e estaduais devem conduzir a política de esporte e lazer nas próximas décadas e, assim, exercerem sua responsabilidade social, de fato, e, juntamente com as demais políticas, defenderem os princípios fundamentais da Constituição Federal, garantindo o direito ao esporte e ao lazer a toda a população brasileira.

Para o Ministério do Esporte, ações propositivas, como o IX Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, promovido pela FUNDERGS, são fundamentais para manter e ampliar o espaço de diálogo entre estado e sociedade; mobilizar estados e municípios para aperfeiçoar a estruturação institucional e política da área do esporte e do lazer; promover ampla mobilização, articulação e participação popular em torno da análise do atual Sistema Nacional de Esporte e, assim, avançar na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de forma a viabilizar e fortalecer as políticas públicas de Esporte e Lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREIAS, Keni TV.; BORGES, Carlos N.F. As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./ set. 2011.
- BACHELADENSKI, Miguel; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. Contribuições do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília. Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte. Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano**: Documento Final. Ministério do Esporte. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Política Nacional do Esporte. Resolução nº 05/Conselho Nacional do Esporte**. ME. Brasília, 2005.
- BRASIL. **II Conferência Nacional do Esporte. Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**: Documento Final. Ministério do Esporte. Brasília, 2006.
- DERBLY, Rogério Pereira. Competência para legislar: União, Estado e Município. **O esporte e a Constituição**. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 59, out. 2002. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/3296/o-desporto-e-a-constituicao>>. Acesso em 27 mai. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ISAYAMA, Hélder et al. (org.). **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MAIA, L. F. S. **A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.
- _____. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores associados, 2006.
- _____. (org.). **Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal**. Curitiba, PR: OPUS, 2007.
- VIEIRA, Larissa Souza. **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

Rio Grande do Sul: uma nova realidade para o esporte

Kalil Sehbe

Com atitude arrojada, o Governo do Rio Grande do Sul criou a Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer (SEL), em 01 de janeiro de 2011, tendo o entendimento da sua relevância social. Para estruturar a nova secretaria, foi necessário dar base legal, instituindo o Comitê Gestor da Copa do Mundo, definindo plano de empregos e contratações emergenciais para a Fundação de Esporte e Lazer do RS (FUNDERGS), criando o Conselho Estadual do Esporte e do Lazer, além de aprovar a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Tudo isso devidamente respaldado em marcos legais:

Lei 13.601 de 01/01/2011 – institui a Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer.

Lei 13.704 de 06/04/2011 – institui o Plano de Empregos, Funções e Salários da FUNDERGS.

Lei 13.705 de 06/04/2011 – autoriza a FUNDERGS a contratar RH em caráter emergencial.

Lei 13.924 de 17/01/2012 – institui a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Leis 14.194 e 14.195 de 31/12/2012 – Leis da Copa.

Decreto 47.940 de 08/04/2011 – institui as Câmaras Temáticas no CGCopa.
Decreto 48.070 de 19/06/2011 – institui a Conferência Estadual de Esporte e Lazer.

Decreto 48.648 de 05/12/2011 – institui o Conselho Estadual de Esportes (CEEERS).

Decreto 48.850 de 07/02/2012 – institui a Medalha do Mérito Esportivo o Laçador.

Decreto 49.770 de 31/10/2012 – regulamenta a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Visando estabelecer processos de gestão, foi realizado o planejamento estratégico. Passamos a ter como missão: “consolidar o esporte e o lazer para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida”, e como visão: “ser referência na efetivação de uma política de Estado que promova democratização dos recursos e inclusão social, resgatando a condição do Rio Grande do Sul de protagonista no cenário esportivo”.

Promovemos a estruturação física e funcional da Secretaria, do CGCopa e da FUNDERGS. A entidade vinculada recebeu uma ampla reformulação técnica e administrativa, retomando suas funções originais e qualificando a prestação de serviços.

Na linha de gestão do governo democrático, participativo e transversal, foi realizada a Conferência Estadual de Esporte e Lazer, com o tema: “Construindo as Políticas Públicas com a Comunidade Gaúcha”. Ocorreram etapas municipais e regionais, culminando na conferência final, em Porto Alegre, reunindo 448 delegados, 204 municípios representados e mais de 1,2 mil participantes. Modernizar a gestão, melhorar a infraestrutura, qualificar profissionais, promover inclusão social, apoiar atletas para o rendimento e democratizar investimentos foram os principais apontamentos, já cumpridos à risca.

O objetivo de criar uma estrutura qualificada para o desenvolvimento do esporte, incluindo o apoio ao surgimento de atletas para o rendimento possui um grande aliado. A Lei Estadual de Incentivo ao Esporte (PROESPORTE/RS), aprovada por unanimidade, na Assembleia Legislativa, é um dos pilares dessa nova realidade. Empreendedores gaúchos são incentivados pelo governo a apoiar os talentos esportivos, permitindo sua permanência no estado com as melhores condições de treinamento. Isso sem deixar de lado a visão do esporte e do lazer como atividade educativa e integradora.

A lei, de iniciativa da SEL, prevê a possibilidade de as empresas gaúchas aplicarem até o limite de 0,5% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Do montante arrecadado, a maior parcela dos recursos é destinada a projetos que são analisados por uma câmara técnica. A outra parcela é destinada ao Fundo Estadual do Esporte, para viabilizar eventos esportivos e ações de iniciativa do governo, como a bolsa-atleta e a bolsa-técnico, além de auxílios para intercâmbios no exterior.

A estruturação do esporte e do lazer no estado tem, entre suas premissas, oportunizar o acesso ao fomento público para todas as regiões. A democratização dos investimentos ocorre principalmente por meio de convênios da FUNDERGS com entidades esportivas, associações sem fins lucrativos e prefeituras.

Já são cerca de 1000 convênios pagos, realizados e auditados pela Fundação, garantindo apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, realização de eventos esportivos e melhoria de infraestrutura, beneficiando mais de um milhão de pessoas. Todas as regiões do estado foram contempladas com investimentos que já superam R\$ 20 milhões.

O processo de convênios possui critérios claros e, após a contemplação de uma entidade ou prefeitura, é realizada uma rigorosa fiscalização pela

equipe técnica da FUNDERGS. Todos os detalhes acordados devem ser plenamente cumpridos, resguardando e respeitando o investimento público.

Criamos os Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte. Trata-se de uma estratégia de promoção do esporte e do lazer no âmbito regional, por meio de parcerias com prefeituras, instituições de ensino superior, clubes e entidades esportivas.

O esporte é ferramenta para educar. O governo está valorizando o esporte na escola e revitalizando as competições escolares e universitárias. Foi criado o Campeonato Escolar, oportunizando participação aos alunos das redes pública e particular. As delegações gaúchas, em competições nacionais e internacionais, como as Olimpíadas e Paralimpíadas Escolares, têm aumentado significativamente. A oportunidade aos jovens atletas de competir e ampliar relacionamentos tem sido fortemente saudada. Com isso, as conquistas de bons resultados, medalhas e troféus são frequentes. A fim de qualificar o processo educacional, foram realizados cursos de capacitação e qualificação para profissionais de educação física.

O esporte integra socialmente. O Rio Grande do Sul é sede do maior campeonato de futebol de várzea do mundo, o Gauchão de Várzea, com envolvimento de mais de 200 municípios de todas as regiões. Em duas edições, mais de 80 mil atletas participaram.

A criação dos Jogos Abertos Paradesportivos do Rio Grande do Sul (PARAJIRGS) e Paracampeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS) significa respeito às pessoas com deficiências, promoção da saúde e uma valorosa oportunidade de inserção por meio do esporte. Foram criadas e valorizadas competições e atividades para surdos, idosos e indígenas. Incluir também é dar oportunidade aos que necessitam, em conjunto com o Programa RS na Paz, construindo 18 áreas esportivas e realizando o campeonato Bola da Favela, em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA). O esporte, como atividade para turno inverso ao da escola, é observado como estratégia de ocupação sadia a crianças e adolescentes, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social.

O esporte e o lazer promovem saúde e bem-estar. São mais de quatro mil pessoas atendidas diariamente no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE). Profissionais de educação física, fisioterapia e psicologia oferecem total acompanhamento aos frequentadores, especialmente às milhares de pessoas que lá realizam sua caminhada orientada diariamente.

A tradição gaúcha de formar atletas em diversas modalidades também está sendo fortalecida com diversas ações. O Programa RS + Esporte prevê a formação de estruturas para modalidades olímpicas e paraolímpicas, apoio ao surgimento de atletas e valorização de expoentes em diferentes modalidades, em parceria com clubes, federações e confederações. Destaque para o projeto de construção de um parque náutico junto à orla do Guaíba. Foram criados polos de desenvolvimento do esporte em todas as regiões, envolvendo prefeituras e instituições de ensino superior.

O CETE recebe uma ampla qualificação em suas instalações e está se tornando referência entre os centros públicos de treinamento esportivo do país. Com uma nova pista, nos padrões internacionais, sediou o XX Campeonato Mundial de Atletismo Master, o WMA 2013. Foram mais de 4,2 mil atletas oriundos de 82 países. Um arrojado plano pedagógico está em prática, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas em modalidades como atletismo, ginástica, judô, voleibol e badminton.

Nas Olimpíadas de Londres, o brilho gaúcho teve apoio do governo, por meio do Edital Olímpico. Os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS) foram recuperados e estão reunindo milhares de atletas de diversas cidades.

O esporte é entendido também como uma atividade propulsora da economia e geradora de emprego e renda. Para tanto, os profissionais que atuam em sua gestão, assim como os técnicos em esportes, precisam estar qualificados e atualizados. Estão sendo promovidos diversos cursos, envolvendo parcerias até mesmo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

A estruturação do esporte no estado ocorre em um momento especial, quando o Rio Grande do Sul e o Brasil se preparam fortemente para sediar os dois maiores eventos esportivos do planeta: a Copa

do Mundo da FIFA 2014 e as Olimpíadas 2016. O trabalho é para que a Copa, além da alegria de recebermos grandes seleções e turistas de todo o mundo, proporcione legados na segurança e na saúde pública, na infraestrutura das cidades e do estado, em tecnologia e na área ambiental, tudo isso com total transparência. Além do legado físico, o Governo investe na capacitação profissional em diversos setores, realizando qualificação profissional por ensino a distância. Com o apoio e a articulação do Governo do Estado, 10 cidades gaúchas estão no catálogo oficial da FIFA como Centros de Treinamento de Seleções (CTS) para a Copa do Mundo 2014. Pelo menos, nove seleções atuarão em Porto Alegre, em cinco jogos da fase classificatória e das oitavas-de-final.

As competições dos Jogos Olímpicos de 2016 serão realizadas no Rio de Janeiro, mas as disputas no estado carioca envolverão todo o Brasil. Os demais estados terão a oportunidade de receber delegações das 28 diferentes modalidades inclusas nos Jogos para realizarem seus treinamentos. No Rio Grande do Sul, já são sete locais em cinco municípios gaúchos cadastrados no Guia de Locais de Treinamento Pré-Jogos Rio 2016™.

A sociedade gaúcha está respaldando amplamente nossas ações. Em apenas três anos, os valores garantidos para o esporte, por meio da Consulta Popular – processo de participação da comunidade na definição do Orçamento do Estado –, aumentou de R\$ 150 mil para R\$ 5 milhões. Em 2013, cerca de 240 mil cidadãos priorizaram o esporte, na consulta popular.

Em resumo, essas são ações estruturantes de um novo momento do esporte no Rio Grande do Sul. Com o entrosamento que o esporte exige, Poder Público e os diversos atores, como atletas, profissionais de educação física e da saúde, clubes, federações, confederações, seguem juntos na efetivação de uma política de estado, perene e de muito sucesso.

O SISTEMA MUNICIPAL COMO BASE DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER: SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER EM CANOAS

Ricardo Gomes Ribeiro

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um breve apanhado histórico dos diversos modelos de políticas públicas voltadas ao esporte, dissertando mais especificamente a respeito de programas e legislação inovadoras adotadas no município de Canoas-RS, para fins de fomentar a ideia do esporte como meio de inserção social, tratando os resultados positivos das medidas já adotadas e pontuando sugestões a serem adotadas.

HISTÓRICO EVOLUTIVO DA ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O trabalho de Esporte e Lazer no município de Canoas iniciou na década de 70, a partir da criação de um “Núcleo de Recreação e Lazer”, formado por iniciativa do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMD), que integrava um setor da Secretaria Municipal de Educação. A origem

desse núcleo se deu por iniciativas de profissionais que entenderam a necessidade da organização municipal para fins de participação da comunidade nos Jogos Intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul (JIRGS), nos desfiles da semana da pátria, na promoção de jogos escolares e no fomento de esporte de rendimento.

Constatou-se a necessidade de organização de equipes representativas para a participação do município em competições estaduais, sendo municipalizadas, pela Administração Pública, a gestão e a construção de equipes esportivas, com a contratação de técnicos e a criação da infraestrutura para a efetivação do desempenho dessas equipes.

Em uma segunda fase da evolução da participação estatal na evolução da gestão esportiva, Canoas consolidou-se como o município apto a receber estímulos financeiros e recursos de infraestrutura para fins de fomentar a atividade física e o lazer, dentro de uma política voltada para dinamizar a prática e estimular o envolvimento da comunidade em atividades esportivas. Nesse momento histórico, o município de Canoas figurava como território que fazia parte das cidades consideradas “Área de Segurança Nacional”; eis que sediava uma Base Aérea em seu território.

O Programa “Esporte para Todos” trouxe para Canoas alguns equipamentos esportivos e de lazer que ampliaram a possibilidade da prática esportiva, gerando também a necessidade de ampliação do quadro de funcionários especializados no setor da atividade física, esporte e lazer. Foram instalados três grandes complexos de Esporte e Lazer: a) o Parque Esportivo Eduardo Gomes; b) o Centro Olímpico Municipal; c) o Centro Social Urbano da Mathias Velho; e) e o Centro Social Urbano do Bairro São José, centro esportivo de menor porte.

Com verba municipal, foi construído o “Parque Municipal Getúlio Vargas”, área verde de preservação natural, espaço público com características totalmente voltadas para o lazer. A partir desse momento, o que se chamava “Núcleo de Recreação e Lazer” passou a assumir uma maior dimensão, tornando-se um Departamento de Desporto, Lazer e

Recreação, fazendo com que novas estruturas administrativas fossem criadas, principalmente o cargo de Técnico em Educação Física, que seria preenchido por concurso público, a partir do requisito da graduação em Educação Física. Esse salto estrutural e administrativo criou 28 cargos específicos, na área do esporte, objetivando desenvolver o fomento e a gestão esportiva, nos novos centros construídos com a parceria do Governo Federal, Estadual e Municipal, mérito que deve ser creditado ao então Prefeito na época Sr. Oswaldo Cypriano Guindani.

O município de Canoas inicia uma etapa de grande destaque estadual, na área do Esporte e Lazer, albergado por um contexto político favorável e um clima nacional de investimento e massificação da ideia da atividade física como meio de inserção social.

No período de 1980 a 1999, foram criados programas para a promoção do esporte, tais como o “Programa de Iniciação Esportiva para crianças de 8 a 15 anos”; “Programa de Ginástica para adultos”; “Programa de Equipes Representativas em diversas modalidades, com destaque para o Atletismo, o Basquetebol, o Futsal, a Ginástica Olímpica, o Handebol, o Judô, a Natação e o Voleibol”; “Competições Escolares Canoenses”, “Festival de Bandas”, “Festival de Ginástica e Dança”; “Jogos de Aniversário de Canoas”, “Jogos de Integração dos Idosos”, “Jornada de Atividade Física e Saúde”, “Seminários e Conferências de Esporte e Lazer”, entre outros eventos, todos voltados para o desenvolvimento do esporte no município.

Esse período, rico em atividades e oportunidades, atraiu para Canoas o *status* de “Cidade do Esporte”. O município figurou em primeiro lugar em rendimento, destacando-se na classificação geral do evento estadual – JIRGS –, por três anos consecutivos. Vale pontuar que o município foi precursor dos jogos escolares, a partir de iniciativa municipal, e um dos primeiros a estabelecer programas sistemáticos de fomento ao esporte voltado para adultos e crianças.

Esse quadro trouxe como consequência a ampliação do investimento no setor, aumentando a dotação orçamentária do Departamento, que

deveria absorver esse custeio e que, até o ano de 2000, fazia parte da Secretaria Municipal de Educação. Um grande ciclo de geração de atletas estabeleceu-se nesse período, formando grandes técnicos municipais, dirigentes, professores universitários, técnicos de seleções nacionais e empresários que vieram a investir no esporte.

O ATUAL ESPORTE E LAZER EM CANOAS

Estruturas jurídicas existentes

A partir de 2000, criou-se a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, assumindo uma estrutura maior em conjunto com a Cultura. Forma-se a Secretaria de Esporte, Cultura e Juventude, que, mais tarde, em 2005, viria a ser exclusivamente de Esporte, Lazer e Juventude.

Em 2003, foi criado também o desmembramento dos Conselhos Municipais. O que era, até então, Conselho Municipal de Educação, Cultura e Esporte, torna-se apenas Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

O município ainda teria, na sua estrutura jurídica, as Ligas Esportivas Municipais. Entre as mais destacadas, ainda nas décadas de 80 e 90, encontram-se as Ligas de: Bolão; Bocha; Futsal; Futebol e mais tarde a de Judô e Futebol Society. Nos finais dos anos 90 e início dos anos 2000, a Universidade Luterana do Brasil investe no desporto profissional, atingindo grande destaque nacional, sendo campeão nacional nas modalidades de Futsal, Voleibol, Handebol, Judô e Atletismo, e investindo ainda no Basquetebol Masculino Profissional.

O município ainda possui algumas estruturas jurídicas importantes no desenvolvimento do esporte, no âmbito do esporte rendimento, como: Canoas Futebol Clube, que participa do Campeonato Gaúcho da 2ª divisão; o Voleibol profissional masculino, que participa da Superliga

Nacional e tem a participação da Universidade Unilasalle; o esporte universitário da ULBRA, que investe nas modalidades de Handebol Feminino, Futsal Masculino e Feminino, Futebol de Campo, Voleibol Feminino, Levantamento de peso, Tênis e Patinação; o Judô, como um grande destaque, com alguns clubes que formam atletas com resultados expressivos; duas equipes de Rúgbi, futebol para Cegos, Basquetebol para cadeirantes e Goalball; diversas associações na modalidade de futebol de campo amador.

Estruturas legislativas existentes

Canoas evoluiu desde a década de 70, quando iniciou esse processo nas construções legais de incentivo, fomento e regulação do esporte. Foram publicadas diversas leis, que auxiliaram nesse sentido. As principais são: Lei de Auxílio ao esporte 3.756/93; Lei de Auxílio ao esporte 4.823/03 – clubes amadores representantes do município; Lei de Auxílio ao esporte 4.236/97 – Atletas individuais amadores representantes do município; Lei que institui os Jogos de Integração dos Idosos; Lei que institui o Conselho Municipal de Esporte e Lazer; Lei que institui as Competições Escolares Canoenses; Frente Parlamentar do Esporte e Atividade Física em Canoas (Câmara de Vereadores – 11 parlamentares).

Estrutura da Secretaria de Esporte e Lazer de Canoas

A estrutura atual da Secretaria de Esporte e Lazer assumiu uma nova organização interna, que segue os parâmetros do Ministério do Esporte, organizada nas seguintes áreas: Esporte de Participação, Esporte de Formação e Esporte de Rendimento.

Na área de Esporte de Participação, ocorrem: "Programas sistemáticos", que atendem os serviços da comunidade; Programa de Atividade Física e Saúde, com 72 grupos; Programa de Esporte e Lazer na Cidade, com 29 grupos; Programa Academias ao Ar Livre, com 40 grupos; eventos de

lazer nas Unidades e Núcleos, com 9 unidades e 16 núcleos; Esporte Formação, com os seguintes programas sistemáticos: o Atleta cidadão do Futuro com 69 grupos; os eventos de lazer nas Unidades e Núcleos; os torneios entre os Grupos do Programa Atleta Cidadão do Futuro, e as Competições Escolares Canoenses.

Na área de Esporte Rendimento, ocorrem os seguintes programas sistemáticos: apoio às iniciativas municipais de alto, médio e baixo rendimento; equipes representativas de categoria de base e adulto, incluindo o Voleibol e o Futebol Profissional.

PROJETO LEI PRÓ-ESPORTE / GOVERNO DO ESTADO ICMS

A promulgação da Lei 13.924, de janeiro de 2012, oportunizou a aprovação do projeto denominado “Em Canoas, o esporte tem mais valor”. A referida Lei determina que a empresa estabelecida no Estado do Rio Grande do Sul que apoiar financeiramente projetos estaduais esportivos e paradesportivos, previamente aprovados pela Câmara Técnica PRÓ-ESPORTE/RS, nos termos desta Lei, poderá compensar até 100% (cem por cento) do valor aplicado com o ICMS a recolher, incentivo que fomenta o uso dos tributos para fins de melhorias no esporte.

Os dispositivos elencados na Lei 13.924, de janeiro de 2012, permitirá o uso dos impostos arrecadados sobre as “Operações Relativas à Circulação de Mercadorias” e dos tributos oriundos das “Operações oriundas de prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal” para fins de dotar economicamente a efetivação de projetos sociais.

O município de Canoas toma a iniciativa de aprovar o primeiro projeto da nova lei. O objetivo é realizar um projeto que integre programas, ações intersecretariais e eventos da Prefeitura Municipal de Canoas, e seja capaz de expressar uma política de Esportes e Lazer

e a percepção de valor compartilhado para as empresas parceiras. O projeto visa contemplar os indicadores para melhorar em 100% o número de participantes nos programas de esporte, lazer e atividade física; diminuir em 5% o índice de violência nos núcleos onde ocorrerá o projeto; contribuir para reduzir em 12% o índice de evasão escolar; diminuir em 5% os índices de obesidade, sedentarismo e cardiopatias; classificar a equipe de Voleibol entre as 8 melhores do país, na disputa da Liga Nacional; preparar infraestrutura para treinamento de 3 equipes na categoria de base, e beneficiar 300 atletas, nos primeiros dez meses, com condições de evolução técnica desportiva, com todos os convênios.

CONCLUSÃO

O sistema municipal da cidade de Canoas evoluiu durante um período de investimento em infraestrutura e recursos humanos, obtendo o reconhecimento e a valorização, nas áreas do desenvolvimento do esporte, com eventos e programas sistemáticos.

A evolução acima relatada operou uma melhora das condições efetivas de socialização, evidenciando um retorno positivo das políticas públicas voltadas ao esporte, porém o período que seguiu após a criação da Secretaria operou uma ausência de diálogo entre a preservação dos projetos já instituídos, com as intenções políticas setorizadas.

Nesse período, o município crescia demograficamente, avançando com novos bairros. Dois cursos de Educação Física instalaram-se no município, mas as estruturas que existiam foram deteriorando-se e a contratação dos profissionais estagnou-se, até que tais estruturas foram engolidas pela demanda.

A “monocultura” do Futebol de Campo de baixo rendimento foi ampliada, criando-se uma política de mero assistencialismo e de simples repasse financeiro, diminuindo, assim, o âmbito de abrangência que

poderia alcançar os projetos sociais na área do esporte. As estruturas legais estabelecidas conseguiram assegurar algum investimento financeiro das instituições privadas; porém, a ausência de uma política pública direcionada ao esporte e o lazer ficou à mercê de interesses políticos, o que implicou um retrocesso.

O esporte contemporâneo, o esporte social, formado pelo esporte-educação e o esporte-lazer, deveria receber maiores investimentos financeiros, enquanto o esporte espetáculo, que compreende o esporte de desempenho ou de rendimento, deve ser protegido pelo município. É notório que, para um bom desempenho na área esportiva, são necessárias as políticas públicas municipais que considerem os diversos movimentos esportivos existentes e que possuam um planejamento estratégico baseado ou fundamentado em Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais; transversalidade na gestão com as Subprefeituras, Secretarias e Coordenadorias, Conselhos Municipais (Esporte e Lazer, Idosos, Deficientes, Educação, Assistência Social e outros), Associações de Bairros e Amigos e Grupos Locais, e observância de modelos políticos positivos existentes no Brasil e no Exterior, no momento da formulação do planejamento.

A política de esporte municipal precisa definir, junto à sociedade e o executivo, uma linha de ação que mostre o rumo e o objetivo que a Secretaria almeja para sanar os problemas na área do esporte e do lazer do município. Deve ser criado um programa que reestruture e renove as condições de uso de todas as estruturas da Secretaria Municipal de Esporte, com a manutenção e a ampliação dos programas sociais voltados ao esporte instituídos pela Secretaria, bem como de um sistema de informação para gestão e medição de desempenho e estrutura administrativa.

A Secretaria Municipal de Esporte deveria implantar um sistema de metas e desempenho cujos resultados acusem as falhas e os sucessos dos procedimentos administrativos e técnicos; na gestão de RH, deveria buscar a profissionalização, construir um ambiente administrativo baseado na competência, no conhecimento, no comprometimento e na responsabilidade, partindo do princípio do reconhecimento técnico e impessoalidade.

A despolitização do funcionalismo deve interromper o ciclo de deterioração da capacidade técnica administrativa especializada, desempenho no trabalho e histórico da construção pública dos programas de esporte e lazer. A reestrutura de procedimentos Administrativos deve buscar a montagem de um conjunto e normas de procedimentos administrativos, visando estabelecer padrões unificados de trabalho para conhecimento e aplicação de todos. Uma reestrutura de equipamentos internos deve renovar a estrutura física da Secretaria, das diretorias e das unidades, melhorando as condições básicas de trabalho.

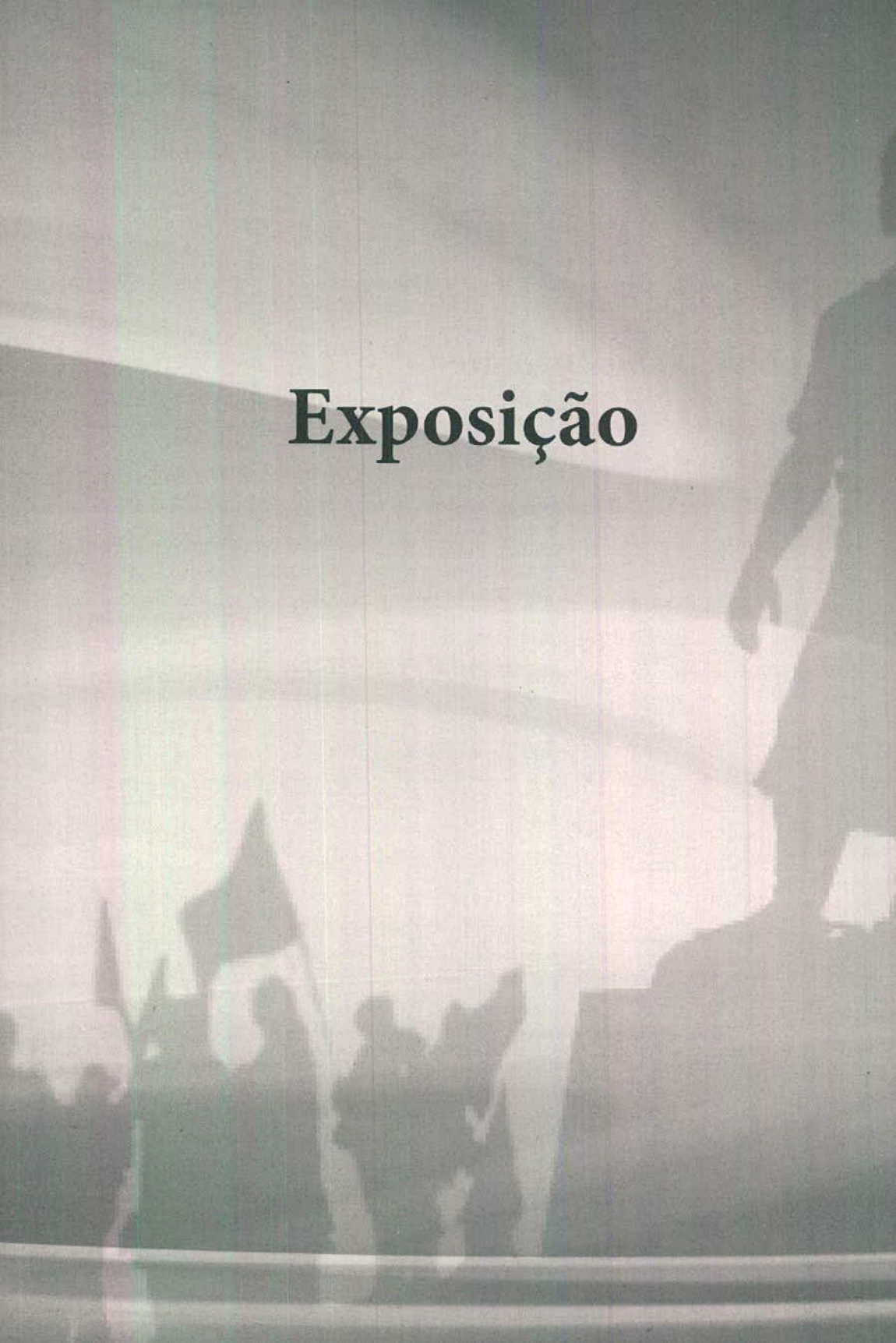
As estruturas dos programas devem estabelecer ordenamento significativo e prático, administrativo e técnico aos programas existentes, visando às seguintes ações: organização de trabalho; aumento e qualificação do atendimento ao contribuinte; implantação de novos programas para renovar, atualizar e acompanhar as tendências e a evolução social, através de programas abrangentes, inovadores e significativos, que criem identidade comunitária e divulguem o nome do município.

A Secretaria tem como premissa buscar as relações externas do Governo Federal com o Ministério da Educação e o Comitê Olímpico Brasileiro, visando estabelecer um diálogo harmônico entre esses entes públicos, a fim de situar o Município de Canoas dentre os destaques nacionais.

Vale ressaltar que a Secretaria de Esporte Municipal de Canoas deve estabelecer vínculos com as Secretarias afins, nos âmbitos municipal, estadual e federal, vinculando programas que objetivem uma gestão integrada e participativa, que tenha a melhora da qualidade de vida do contribuinte como um dos pontos centrais das políticas públicas.

O município com estratégias integradas deve criar vínculos com a Secretaria de Esporte e Lazer e com a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul e o Ministério do Esporte, para estabelecer convênios e trabalhos em conjunto, que contribuam com a visibilidade do município e posicione Canoas, novamente, como destaque, na área do Esporte e do Lazer no Rio Grande do Sul.

Exposição



Exposição “Memórias da recreação pública em Porto Alegre”

Silvana Vilodre Goellner e Eneida Feix

Organizado pelo Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a exposição *Memórias da Recreação Pública em Porto Alegre* buscou dar visibilidade às iniciativas de institucionalização de políticas públicas direcionadas para o esporte e o lazer nesta cidade. Para tanto, tematizou o pioneirismo do professor Frederico Guilherme Gaelzer (1897-1972), que, durante o governo do Intendente Dr. Octavio Rocha (1924-1928), sensibilizou o poder público para a construção de espaços destinados para esse fim, identificados por ele como importantes para a mocidade, como prevenção da delinquência e um meio de qualificar a sociedade.

Em 1918, Frederico Gaelzer, atleta da Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, ganhou uma bolsa de estudos para cursar a graduação em Educação Física nos Estados Unidos, mais especificamente, no George Williams College, em Chicago, e, já em 1919, tornou-se professor da escola elementar nesta cidade. Em 1921, iniciou o *Master of Science*, na Universidade de Chicago. Dois anos depois, mediante concurso de cátedra, tornou-se professor nomeado pelo estado da

Flórida e Diretor do Departamento de Educação Física das Escolas de Dania, Fort Lauderdale e Miami.¹

Dessa sua temporada nos Estados Unidos, adquiriu conhecimentos para implementar, em Porto Alegre, espaços públicos destinados ao lazer e à recreação de crianças, jovens e adultos, o que efetivamente aconteceu com a instalação do primeiro Jardim de Recreio da cidade, situado no Alto da Bronze, antiga denominação da Praça Gal. Osório. Tal ação resulta de um levantamento, junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, das áreas municipais disponíveis para a construção de parques e praças de lazer.

O trabalho e a dedicação do professor Gaelzer ao lazer e à recreação pública levaram-no a ser nomeado, em 1929, Inspetor de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul. Na continuidade dessa intervenção, ao assumir a chefia do Departamento Municipal de Praças Públicas e Jardins, depois denominado Departamento Municipal de Educação Física e, posteriormente, o Serviço de Recreação Pública, ele elaborou um plano de trabalho para as praças e os parques que, além de oferecer práticas esportivas, promoviam atividades culturais, tais como apresentações de teatro, envolvendo crianças e adultos, bem como a estruturação de bibliotecas infantis, técnicas e ambulantes. Gaelzer incentivou, ainda, a criação de parques balneários voltados para o ensino de natação e do remo, além dos parques esportivos, que foram estruturados de forma a ter um amplo espaço destinado à prática do esporte e da recreação e à realização de eventos, festas e campeonatos.

Além dessas atividades, Frederico Gaelzer atuou na formação de professoras do Curso Normal e, posteriormente, como professor e diretor (1955 a 1959) da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além de lecionar, produziu muitos documentos e textos acadêmicos,

¹ Informações contidas no curriculum vitae de Frederico Guilherme Gaelzer, elaborado pela sua filha, também professora de Educação Física e estudiosa do lazer, Lenea Gaelzer. Disponível no Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/479>.

ministrou conferências, realizou cursos especializados, promoveu concertos e exposições, organizou excursões orientadas, comemorações cívicas e folclóricas, entre tantas outras. A diversidade de atividades que propunha contemplava as demandas de uma cidade que se modernizava e cujos espaços e vivências de lazer ampliavam-se a cada dia. Gaelzer acreditava que a educação exercia um papel central, já que Porto Alegre se transformava a olhos vistos. Daí sua preocupação de que o Serviço de Recreação Pública fosse um local onde não apenas se ofertassem práticas de lazer, mas onde também se desenvolvessem atividades pedagógicas e educativas.

Apesar de haver, em outras cidades brasileiras, diversas iniciativas de administrações municipais direcionadas para a ampliação dos espaços de lazer, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Porto Alegre é reconhecida como a pioneira na criação de um serviço de recreação financiado pelo poder público, reconhecimento que se dá em função da oficialização do Serviço de Recreação Pública (1926), que institucionalizava a aplicação de conteúdos relacionados à área da Educação Física e da Recreação em praças, parques e balneários públicos, em que se desenvolviam atividades para propiciar, aos porto-alegrenses, vivências de situações de sociabilidade, lazer, entretenimento e recreação.

Considerando esse cenário, a exposição reuniu documentos que registram a institucionalização da recreação pública em Porto Alegre, assim como fotografias nas quais é possível identificar crianças, jovens e adultos vivenciando atividades de lazer, em diferentes espaços públicos da cidade. Também foram expostos objetos e documentos pessoais do professor Frederico Gaelzer, tais como cartas, manuscritos, cronômetro, entre outros.

Gostaríamos de registrar nosso agradecimento aos familiares do professor Gaelzer, pela doação de seu acervo pessoal ao Centro de Memória do Esporte,² atitude que tem possibilitado a realização de

² O acervo pode ser consultado no Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte que está disponível no endereço <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>.

exposições, mostras, seminários, pesquisas, publicações, entre outras ações em prol da divulgação da memória do lazer e da recreação pública em nosso país. Estamos convictas de que, sem essa documentação, tais iniciativas não seriam possíveis, o que inviabilizaria não apenas os registros históricos, mas, sobretudo, as experiências humanas que dela se podem extrair.

Agradecemos também aos organizadores do XI Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, pela sensibilidade política de conceder espaço à memória, evitando, assim, que as ações do presente joguem nas sombras do esquecimento aquelas iniciativas que as precederam e, de certo modo, lhes forneceram condições de existir.

Ficha Técnica da Exposição:

Realização: Centro de Memória do Esporte (ESEF/UFRGS)

Coordenação: Silvana Vilodre Goellner

Equipe organizadora:

Christiane Macedo, Eneida Feix, Eric Seguer de Camargo, Leila Mattos, Maria Luisa Oliveira da Cunha, Natália Bender, Suélen de Souza Andres. *Colaboração:* FUNDERGS e UNILASSALE

Jardim de Recreio, Praça Alto da Bronze (década de 1930)



Fonte: CEME

Praça Florida (década de 1920)



Fonte: CEME

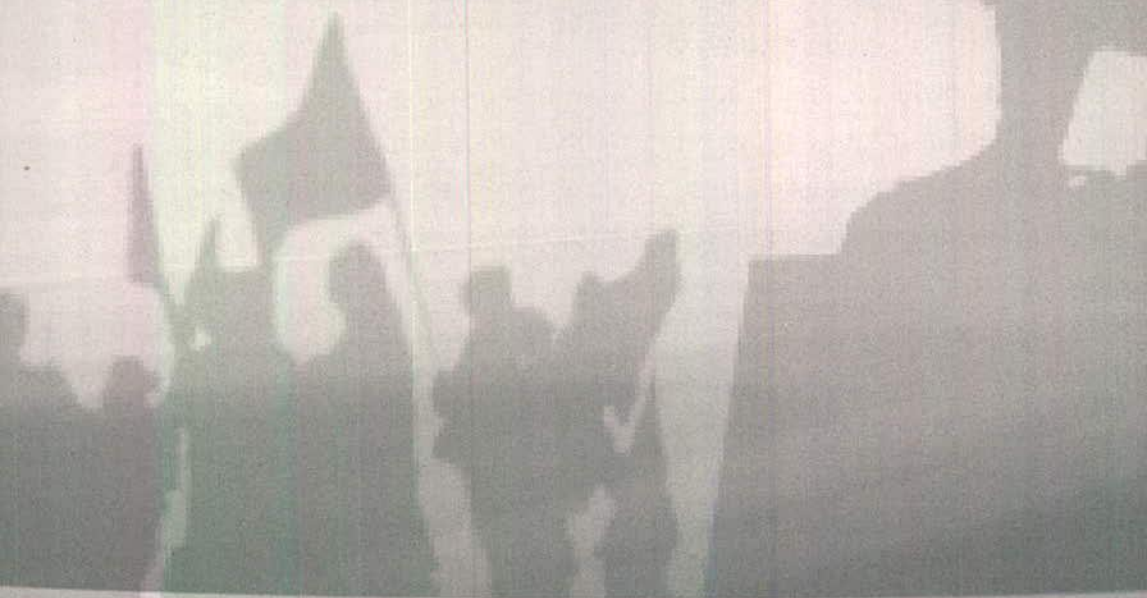
Cronômetro usado pelo professor Frederico Gaelzer, 1921



Fonte: CEME

Apresentações

Orais



AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE/ME – UMA IMERSÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

José Nildo Alves Caú e Ana Elisabeth Souza da Rocha Carvalho

INTRODUÇÃO

O programa Esporte e Lazer da Cidade(PELC) constitui um conjunto de ações da Política Nacional de Esporte e Lazer. O Ministério do Esporte desenvolve ações de caráter inclusivo, por meio do esporte e do lazer, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. Como diretrizes balizadoras de suas ações estão: reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; esporte e lazer como direito de cada um e dever do Estado; universalização, inclusão e democratização da gestão e da participação. Nessa direção, através do desenvolvimento de ações esportivas e culturais, o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e inclusão social (SNELIS), busca reduzir as desigualdades sociais (Brasil, 2012).

O PELC visa proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de

deficiência, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias. O Programa favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para o esporte e o lazer, tratado como direito de todos e desenvolvimento como política pública.

As ações têm como princípios: o trato intergeracional, o trabalho coletivo, o planejamento participativo, o resgate e o fortalecimento da cultura popular nacional, bem como a gestão participativa. O esporte e o lazer são desenvolvidos como fatores de ação comunitária, superação de dificuldades individuais e coletivas, contribuindo para a prevenção e a diminuição da violência nos territórios de coesão social. Como diretrizes norteadoras que regem as ações do programa, privilegia-se a auto-organização comunitária; o trabalho coletivo; a intergeracionalidade; o fomento à difusão da cultura local; o respeito à diversidade; a intersetorialidade, e a autogestão (*idem*).

O sistema de formação do PELC é elemento central da proposta do programa, já que é uma ferramenta pedagógica para desenvolvimento de políticas locais que tratem o esporte e o lazer como direitos sociais. A formação é composta pelas seguintes fases: Módulo Introdutório (32h), Formação em Serviço (ao longo do programa) e os Módulos de Avaliação I e II (16h cada módulo), que são ministradas de acordo com a especificidade de cada programa. O Ministério do Esporte firmou parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para viabilizar recursos humanos capacitados que desenvolvem as formações do Programa.

No estudo, focamos o Módulo de Avaliação (AVI) que tem a finalidade de avaliar o processo de implementação das ações e os devidos ajustes organizativos e pedagógicos, ao longo do processo de execução. Nesse sentido, buscamos captar as mensagens dos agentes sociais do PELC da Cidade de Sobral/CE sobre o que dizem do processo avaliativo do Módulo AVI, e, assim, mergulhar na própria mensagem extraída dos instrumentos Avaliativos: seu valor informacional, as palavras, os argumentos e as ideias neles expressos acerca da avaliação da formação.

Dessa maneira, ao abordar as etapas operacionais da análise de conteúdo, através da leitura da realidade, visamos analisar as percepções dos agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, na cidade de Sobral/CE, no módulo de avaliação I. Para tanto, utilizamos como instrumentos de análise questionários, que foram aplicados aos agentes sociais, ao final do processo formativo.

O estudo adentra numa análise temática, que, para Minayo (2010, p.309), “define-se como a noção do tema que está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo”. A análise de conteúdo está estruturada em três grandes etapas: a pré-análise (fase de organização, leitura, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores para a interpretação), a exploração do material (codificação dos dados) e o tratamento dos resultados e interpretação.

A pré-análise caracteriza-se pela leitura dos questionários e a sistematização das informações. Após a leitura minuciosa, começamos a organizar a sistematização das variáveis, tomando como referência a lógica da estrutura do questionário, que busca captar o sentido/ significado, quanto aos objetivos, aos conteúdos, à metodologia, à capacidade técnica do formador e à avaliação do processo formativo do AVI.

Na sequência, fizemos a releitura dos questionários, com a finalidade de sistematizar/codificar as categorias (questões abertas) e, assim, poder utilizá-las na ferramenta do SPSS/IBM. Na exploração do material, definimos as categorias atribuídas às questões abertas e fechadas, com a finalidade de melhor apurar e atribuir valor, no editor de dados, às variáveis, para codificação e categorização dos dados. Ainda no tratamento dos dados, seguimos com as análises estatísticas descritivas, com gráfico de frequência/porcentagens, e utilizamos a ferramenta do SPSS/IBM para consolidar a análise da frequência, utilizando as variáveis sistematizadas, com base na planilha de editor de dados. A seguir, iremos estabelecer um olhar nos dados revelados.

AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES DO PELC: UM OLHAR INTERPRETATIVO

As nossas análises permitiram tecer uma leitura das percepções dos agentes sociais e apontar os indícios avaliativos acerca do processo formativo.

Os registos sistematizados apontaram que os objetivos propostos para formação foram atingidos, quando analisamos o perfil dos participantes, constituído de agentes e coordenadores. Identificamos, nas justificativas, que, na sua maioria, o módulo AVI contribuiu para compreender o trato pedagógico e, assim, qualificar o desenvolvimento das ações, em particular, as oficinas esportivas e culturais.

No aspecto relativo aos conteúdos trabalhados, foi apontado, pela maioria dos participantes – 92,6% (25 agentes) –, que estes deram continuidade ao módulo anterior. As justificativas apontam que os conteúdos vieram a esclarecer as bases conceituais do programa e, ao mesmo tempo, mostram a importância dos relatos de experiência e as estratégias metodológicas diversificadas como facilitadores na apreensão dos conteúdos.

Aferimos, quanto à metodologia, que o processo formativo tinha motivado a aprendizagem dos conteúdos, sendo apontado, na sua maioria (26 – 96,3%), que contribuiu para novas aprendizagens dos participantes e possibilitou estabelecer relações entre teoria e prática, quando relacionadas aos princípios e diretrizes do programa. Também ajudou a esclarecer as bases conceituais do programa, pois a grande maioria de participantes tinha dificuldade de associar os princípios do programa às ações efetivadas nas atividades sistemáticas e eventuais.

A avaliação da capacidade técnica do formador aponta que 27 agentes (100%) aferiram que este demonstrou conhecimento sobre o programa e tinha bastante experiência, clareza e domínio dos conteúdos desenvolvidos ao longo do Módulo de Avaliação I.

Quanto às estratégias da avaliação utilizada na formação, foi apontado por 27 agentes (100%) que foram feitas as devidas adequações, de modo a

atender as necessidades da formação, bem como foi estabelecido um amplo canal de diálogo (22,2%) e que houve mecanismos de avaliação constante, ao longo da formação (14,8%), exemplificando o espaço de socialização de experiências, afirmando, assim, um processo contínuo de avaliação que contribuiu para esclarecer o programa.

NOSSAS APROXIMAÇÕES

As nossas aproximações sinalizam indícios da importância da utilização da análise de conteúdo como ferramenta importante para a descoberta de novos significados e a melhor compreensão dos fenômenos educacionais, de caráter pedagógico formal ou informal.

Quando tratamos da avaliação de impacto das políticas públicas de esporte e lazer, enquanto ferramenta fundamental para investigar, de forma sistemática, o desenvolvimento de programas sociais, reconhecemos sua contribuição com o propósito de avaliar a cobertura de ações e, ao mesmo tempo, estabelecer o grau em que está alcançando as populações beneficiárias.

O estudo aponta para a importância do Módulo Avaliativo do PELC, enquanto um instrumento capaz de acompanhar e contribuir para os ajustes dos rumos da política, no sentido de intervir na reorganização dos conjuntos de ações implementadas através do referido programa. O módulo também oportuniza, aos agentes de esporte e lazer, obter uma melhor qualificação profissional para proporcionar aprendizagens significativas a todos os envolvidos no processo da política pública de esporte e lazer.

O estudo ainda remete à imersão na percepção dos agentes sobre a avaliação do módulo AVI, o que possibilitou reconhecer que a instrumentalização da literatura, com um mergulho no mundo real, possibilitou agregar os métodos à utilização do SPSS e identificá-lo como instrumento importante, que pode contribuir na sistematização da

avaliação da Política Pública e do Ministério do Esporte, estabelecer uma maior aproximação do real e possibilitar amplitude na ação interpretativa.

Constatamos que as percepções dos agentes explicitam a efetividade quanto ao desenvolvimento do Módulo Avaliativo I, considerando os indicadores a seguir: dos objetivos, dos conteúdos, da metodologia, da capacidade técnica do formador e da avaliação do processo. Concluímos que os pressupostos atingiram a finalidade de contribuir para a apreensão de novos conhecimentos significativos para aperfeiçoamento das ações do PELC. Reconhecemos a importância das análises de conteúdo para elucidar os sentidos/significados das percepções dos sujeitos envolvidos na prática social em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Departamento de Formulação de Políticas e Estratégias. **Esporte e Lazer da Cidade – PELC: Diretrizes: Edital**. Brasília, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p.407.

ANÁLISE DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DO ESPORTE E LAZER DO RS 2011: O QUE SE DEMANDA AOS MUNICÍPIOS?

Cláudio Augusto Silva Gutierrez, Thais Nogueira, Fábio Pereira Nunes, Ednaldo da Silva Pereira Filho e Vânia Espinosa

INTRODUÇÃO

A delimitação da competência administrativa entre os entes federativos que constituem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer é um requisito fundamental para a atribuição de responsabilidades e análises setoriais das realidades municipais.

O Polo Regional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer UNISINOS/FUNDERGS, ciente da necessidade da delimitação de competência para fins de atribuir estratégias de gestão específica para cada região, apreendeu os pontos de vista e os critérios formulados pela população do Estado, na Conferência Estadual de Esporte e Lazer (CEEL, 2012), como fonte privilegiada e legítima para analisar o que seria de responsabilidade dos municípios, na área do esporte e do lazer.

Foi iniciado pelas necessidades constatadas um processo de investigação, que teve por objetivo identificar, formular e organizar a pauta de ações e metas que a Conferência Estadual do Esporte do

Rio Grande do Sul dirigiria aos municípios gaúchos, sendo formulado um documento final da Conferência Estadual, analisando o conteúdo apreendido no evento, identificando as ações e as metas dirigidas aos municípios, organizando uma pauta de questões a serem levantadas.

As questões e as controversas debatidas foram testadas em um estudo de caso, sendo analisadas e reformuladas, frente às conclusões e aos resultados oferecidos pela pesquisa de campo e pelas novas análises de conteúdos sobre o documento final da Conferência Estadual.

Como resultado dessa investigação, foi produzido um documento – cuja característica principal é a *participação popular como mote* – centrado nos processos participativos da Conferência Estadual do Esporte, validado em processo sistemático de análise e pesquisa, e que possibilita à administração conhecer a realidade de municípios gaúchos, frente ao desafio de desenvolver políticas públicas de esporte e lazer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como apresentado anteriormente, o objetivo deste trabalho foi construir, a partir das demandas da população expressas no processo de Conferências do Esporte, uma pauta de questões que nos auxiliassem, em pesquisas futuras, a analisar as realidades municipais, a fim de podermos conhecer melhor essas realidades, verificando o grau de desenvolvimento dos sistemas municipais de esporte e lazer, apontando suas fraquezas e forças.

Embora o documento de referência para essa investigação tenha sido o documento final da Conferência Estadual, estes resultados não guardam relação direta com a forma como esse documento final da Conferência está organizado. Buscamos uma forma original de organização que, ao mesmo tempo, também respeita o conteúdo expresso no documento final da Conferência, organiza esse conteúdo (apenas o que se relaciona

aos municípios), de modo a corrigir redundâncias e agrupar questões dispersas em diferentes campos do documento final.

Concretamente, a estrutura da pauta de questões a que chegamos (que é, aqui, apresentada de forma resumida) incorpora os cinco eixos que organizaram a Conferência Estadual; também foi acrescentado mais um eixo, o primeiro, ficando assim estruturada essa pauta:

I. Quanto à consolidação de um sistema municipal de esporte e lazer

As ações, as metas e as propostas referentes aos sistemas municipais, originalmente, encontram-se dispersas nos *cinco eixos do documento final da Conferência*. Aqui, pareceu-nos importante recorrer à lógica de organização dos documentos das Conferências Nacionais do Esporte (Brasil, 2007; 2010) para criar um eixo exclusivo, agrupando os temas mais destacados na Conferência Estadual relativos aos Sistemas Municipais de Esporte e Lazer: Órgão Gestor Municipal de Esporte e Lazer, Conselho Municipal e outras formas de controle social, recursos humanos (funcionários de carreira, contratados e formação) e financiamento do município.

II. Quanto ao esporte educacional

A compreensão da Conferência Estadual é de que o esporte educacional é aquele praticado no âmbito escolar e universitário. Busca-se articulação ao planejamento e à organização pedagógica da área da Educação Física escolar. Crianças e jovens precisam ser estimulados por professores especializados para, assim, promover o desenvolvimento integral dos cidadãos. O esporte educacional é apresentado em relação de parceria com projetos sociais, como o *Segundo Tempo*, a *Escola Aberta*, entre outros. As demandas aos municípios têm relação com a formação e a qualificação dos profissionais do esporte educacional, com os projetos de inclusão e diversidade cultural, assim como com a estrutura e o financiamento do esporte educacional.

III. Quanto ao esporte de rendimento

A Conferência compreendeu o esporte de rendimento como aquele voltado para a competição. Além de valorizar os clubes e centros de treinamento já existentes, o Estado deve investir em equipamentos, formação de atletas e profissionais de educação física. As demandas aos municípios giram em torno do apoio à formação esportiva e a uma política municipal de apoio aos atletas descobertos no município.

IV. Quanto ao esporte de lazer

A Conferência de Esporte e Lazer deu destaque a políticas e programas que promovem a inclusão de cidadãos, tanto da zona urbana como da rural. As ações e as metas propostas pretendem promover o esporte e o lazer como garantia de inclusão e diminuição dos índices de violência. Estimula-se a ação intersetorial entre meio ambiente, educação, turismo, cultura, saúde e segurança. Aos municípios, demanda-se criação de espaços públicos de esporte e lazer promotores de saúde, nos quais se promova a cultura local e diversidade e também se invista na inclusão social pelo esporte e pelo lazer.

V. Quanto aos programas, projetos e eventos

De acordo com a Conferência Estadual, é dever do Estado incentivar os municípios a manter programas, projetos e eventos de esporte e lazer. Da mesma forma, é dever da administração municipal buscar recursos, em nível estadual e federal, para a realização e a manutenção de programas e projetos; estimular a continuidade dos projetos, com foco na qualidade de vida, na saúde e na natureza, e também a contrapartida de inclusão social, através de projetos conveniados.

VI. Quanto à Copa do Mundo 2014 e às Olimpíada 2016

O estado tem como uma das suas metas a organização de megaeventos esportivos, com a participação na Copa do Mundo de 2014, uma vez que Porto Alegre será uma das cidades-sede. Também, nas Olimpíadas de 2016, cidades gaúchas se habilitaram, junto ao Comitê Olímpico Brasileiro, para receber delegações. Esses dois grandes eventos, além do legado econômico, deverão promover a prática esportiva. Demanda-se que os municípios utilizem os megaeventos como tema transversal que qualifique a Educação Física Escolar e o esporte praticado na escola.

CONCLUSÕES

A análise das demandas que a comunidade gaúcha encaminha aos municípios, em termos da divisão de responsabilidades entre os entes da federação, permite-nos perceber que a mais importante demanda aos municípios, com maior número de questões formuladas, refere-se à organização de Sistemas Municipais de Esporte e Lazer, que contemplem órgão gestor, controle social, recursos humanos, formação e financiamento.

A comunidade esportiva, organizada e protagonista da Conferência Estadual, está demandando a qualificação da gestão pública municipal, ressaltando a necessidade de superação do modelo de gestão *projetos-eventos*, em favor de uma organização sistêmica mais qualificada e complexa, também em nível municipal.

O segundo elemento que suscitou maior peso de responsabilidade aos municípios foi o eixo do esporte de lazer. A manifestação da comunidade esportiva representada na Conferência Estadual, através de análises do número de questões remetidas aos municípios, em relação às dimensões do esporte (educacional, de rendimento e de lazer), indica

que o esporte de lazer é a grande dimensão de políticas pelas quais os municípios devem se responsabilizar.

Constatou-se que existem importantes demandas para o esporte educacional, mas em número bem inferior à organização do Sistema Municipal e inferior ao esporte de lazer. Possivelmente, o fato de o Estado ter um maior protagonismo, na manutenção do ensino fundamental e médio, fez com que a Conferência perceba os municípios com a tarefa de dividir a responsabilidade do esporte educacional com o Estado. E, ao mesmo tempo, considera o Estado, o grande indutor dessa manifestação do esporte – educacional.

Percebe-se que a Conferência atribui um menor número de ações aos municípios, no desenvolvimento do esporte de rendimento, dos programas e dos projetos e dos megaeventos. Nesse sentido, a Conferência parece indicar que estados e a União seriam os grandes responsáveis pelo Esporte de Rendimento, pelos vários programas, projetos e pelos megaeventos.

Os resultados de nossa investigação atingiram plenamente os objetivos lançados, na medida em que contamos com um documento que nos parece eficaz e eficiente, na importante tarefa de nos aproximarmos dos municípios com questões relevantes, que permitam conhecer as necessidades, as vocações e o desenvolvimento dos Sistemas Municipais de Esporte e Lazer, e que possam ajudar o Polo de Desenvolvimento Regional do Esporte da região 1 a conhecer melhor sua realidade e cumprir seu papel, na promoção e na democratização das políticas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de promoção da Saúde**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Esporte. **II Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Esporte. **III Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília, 2010.

GUTIERREZ, C.A.S. **Esporte, lazer e cidadania: para superar o modelo pão&circo**. In: **XII Congresso dos Países da Língua Portuguesa: Livro Digital do XII Congresso dos Países da Língua Portuguesa**. Porto Alegre : UFRGS, 2008. pp. 01-06.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER. **Conferência Estadual de Esporte e Lazer: Construindo políticas públicas com a comunidade gaúcha: documento final**. Porto Alegre: Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, 2012.

I GAUCHÃO DE VÁRZEA: O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE E DO LAZER

Anderson da Silveira Farias, Luana Callegaro Rossato, Wilmar Guimaraes Novaes Junior, Luiz Carlos Vianna Bohrer e Jorge Augusto de Oliveira Eckert

INTRODUÇÃO

O futebol é reconhecidamente um fenômeno cultural abrangente em nosso país, sendo capaz de promover a socialização, integração de pessoas de diferentes raças, etnias ou gênero e, ainda, configurar-se como uma forma de lazer. O futebol amador, também conhecido como futebol de várzea, representa muito bem esta forma de manifestação, pois as pessoas que participam desta prática desportiva geralmente não o fazem pela competição ou pelo dinheiro, mas, sim, pelo prazer, pela confraternização e pela diversão (Couto *et al.*, 2011). Além disso, pelo fato de o futebol ser considerada uma prática de grande tradição do povo brasileiro, muitos campos de várzea sobrevivem, graças aos esforços de clubes e comunidades locais, podendo representar uma oportunidade de valorizar talentos e promover a visibilidade de jogadores amadores que ambicionam a profissionalização no futebol.

Sendo assim, com o intuito de promover o esporte como meio de inserção social e estimular o intercâmbio entre os 497 municípios gaúchos, incentivando o desenvolvimento da prática do futebol amador, a Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer (SEL) e a Fundação de Esporte e Lazer do RS (FUNDERGS), organizaram e realizaram, respectivamente, o primeiro campeonato Gaúcho de Futebol de Várzea (I Gauchão de Várzea), ação que será objeto deste artigo.

DESENVOLVIMENTO

Divulgação e mídia

Para concretizar o objetivo de fomento do futebol amador no Rio Grande do Sul e, assim, realizar o “I Gauchão de Várzea”, a metodologia adotada para a divulgação ocorreu por meio de contato telefônico e via e-mail com as prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul (RS), noticiando a realização do evento, seu âmbito de abrangência e o regulamento que regia a competição.

Vale pontuar que, além da divulgação direta, realizada por meio de contato com as prefeituras, a midiaticização da ocorrência do evento ocorreu em emissoras de rádios, televisão e jornais de grande veiculação na mídia do estado. Além disso, como suporte de difusão de informações, foram criados o site do “I Gauchão de Várzea” e o perfil do “I Gauchão de Várzea”, na página da rede social *Facebook*.

Inscrições

As inscrições foram realizadas através do preenchimento de um formulário online, disponível na página eletrônica da SEL/FUNDERGS, no período de janeiro a março de 2012. Como taxa de inscrição solidária, solicitou-se que as equipes colaborassem com a doação de 20 (vinte)

quilos de alimentos não perecíveis, entregues nos dias dos congressos técnicos regionais, para serem doados a instituições filantrópicas.

O lançamento do I Gauchão de Várzea ocorreu em janeiro de 2012, durante o Encontro dos Prefeitos, na cidade de Tramandaí. Em março de 2012, foi realizada, na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre-RS, uma reunião de apresentação do Campeonato. Para as equipes inscritas, nesta oportunidade, promoveu-se um momento para que atletas profissionais fizessem um relato sobre a sua carreira e a relação com o futebol amador.

Participantes

O I Gauchão de Várzea obteve um total de 220 municípios participantes. Para disputar o campeonato, cada município definiu o seu representante. Algumas cidades optaram pelo último campeão municipal; outras, realizaram uma seletiva municipal, para definir a equipe representante do torneio. As equipes representantes dos municípios na competição foram inscritas até o final do mês de maio de 2012.

Vejamus que, na fase anteriormente relatada, a ideia de monopolização social, através do esporte, já alcançou seus objetivos, com a replicação de jogos; no interior de alguns municípios, com a realização de seletivas municipais, a fim de definir a equipe que iria representar o município no torneio.

Nesse momento de gestão organizacional, podemos constatar o efeito multiplicador do esporte como meio de mobilização e inserção social da população em ações positivas, operando o esporte além de seus aspectos positivos diretos, incontáveis outros que acontecem de forma indireta, abrangendo grande número de cidadãos.

Congressos técnicos regionais e recursos humanos disponibilizados

Os congressos técnicos, ocorridos através de reuniões regionais, tiveram como objetivo acertar os detalhes técnicos e discutir todos os procedimentos para

uma ocorrência organizada e positiva do evento. Nestas reuniões, foram tratadas informações relativas à competição esportiva, incluindo itens do regulamento geral, programação de jogos através de sorteio das chaves e a definição dos locais de jogos, levando em conta a regionalização. Os congressos técnicos da II Fase – Microrregional – foram realizados nos meses de junho e julho de 2012, em dez municípios gaúchos: Porto Alegre, Bento Gonçalves, Sarandi, Passo Fundo, Ijuí, Santa Rosa, Osório, Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Pelotas.

Neste evento esportivo, foram envolvidas, diretamente, 624 pessoas, entre coordenação técnica, equipe de *marketing* esportivo e arbitragem: 04 pessoas da equipe de Coordenação (FUNDERGS); 05 pessoas da Comissão Disciplinar (03 profissionais da área de Direito e 02 da área de Educação Física do quadro da FUNDERGS); 03 pessoas da equipe de *marketing* esportivo, e 612 árbitros, contratados, para a realização dos 153 jogos.

Além da mobilização de 624 pessoas de forma direta, o evento contou com bom público expectador, técnicos das equipes, seguranças, equipes de manutenção, limpeza e seguranças dos locais onde ocorreram os jogos, equipes de vendedores formais e informais, que transitaram dentro e fora dos estádios; enfim, uma incontável gama de possibilidades econômicas foi criada para um efeito multiplicador.

Em um evento estadual de esporte amador, como o “I Gauchão de Várzea”, é possível visualizar o “efeito dominó” ocorrido em um microcosmos, evidenciado por uma série de desdobramentos econômicos, sociais e culturais, alguns dos quais, se bem aproveitados, poderão ser incorporados, de forma duradoura, à sociedade, como lição a ser seguida, para fins de direcionamento de políticas públicas positivas.

É incontestável também que um evento com essa mobilização social promova uma cadeia extensa de consequências econômicas, denominadas coletivamente de impactos indiretos. Nessa aritmética dos efeitos positivos do “I Gauchão de Várzea”, deve ser contabilizada a integração com a sociedade e com o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre a sociedade e o meio ambiente.

Locais dos jogos

Os locais dos jogos foram definidos, pela coordenação técnica do campeonato, de acordo com os municípios que demonstraram interesse e apresentaram as condições estabelecidas (estrutura do estádio, liberação da segurança e ambulância).

Comissão Disciplinar

Na segunda fase do campeonato, foi formada a Comissão Disciplinar com o objetivo de resolver e julgar todas as questões e condutas incompatíveis com a moral desportiva.

Etapas do campeonato

Na 1ª Fase do I Gauchão de Várzea, participaram 1512 equipes, 41228 atletas e 4655 jogos. A partir da 2ª Fase, foram realizados, no total, 153 jogos, no período de junho a dezembro de 2012: 2ª Fase: 101 Jogos; 3ª Fase: 36 Jogos / 12 chaves de 3 Municípios; 4ª Fase: 8 Jogos / Eliminatória; 5ª Fase: 4 Jogos / Eliminatórias; Semifinal: 2 Jogos; Final: 2 Jogos (Decisão de 3º lugar e Final). As quatro equipes campeãs do I Gauchão de Várzea foram, respectivamente: Santa Maria, Portão, Nova Hartz e Itaqui. Essas equipes foram, automaticamente, classificadas para a fase regional da edição do campeonato de 2013.

DISCUSSÃO

Para muitos, o futebol de várzea pode representar uma oportunidade de se destacar em direção à carreira profissional de jogador de futebol; para outros, um momento de lazer e confraternização. Dentro das diversas formas de vivenciar o lazer, uma parcela significativa da população opta pelo futebol como uma das atividades físicas mais frequentemente praticadas. O futebol de várzea é, para muitos brasileiros, a única alternativa de lazer, pois,

em muitas cidades, a escassez de recursos na área do esporte e do lazer torna o campo de futebol o lugar privilegiado para este tipo de prática.

Nos anos 70, diferentemente do momento atual, a população era muito resistente a praticar qualquer tipo de atividade física regular. Felizmente, este cenário está totalmente modificado, após três décadas de muito esforço dos órgãos públicos, apoio da mídia, publicações de estudos, aumento do número de locais favoráveis para a prática e de profissionais especializados, o número de praticantes aumentou significativamente (Guiselini, 2006).

Assim como o I Gauchão de Várzea, existem outras experiências exitosas, no que diz respeito a programas e projetos na área do esporte e do lazer que merecem destaque: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e Programa RS pela Paz (SEL/FUNDERGS, 2012).

Outra intervenção de impacto foi registrada pelo Programa Lazer Ativo, visando à promoção de estilos de vida mais ativos entre os industriários catarinenses, através da incorporação de atividades de lazer mais dinâmicas e hábitos mais saudáveis (Nahas, 2010).

No entanto, de acordo com Marcellino (1996), quando se pensa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, em especial, no âmbito de atuação dos Municípios, deve-se considerar que as propostas de trabalho não devem limitar-se à elaboração de documentos que, muitas vezes, apontam para a definição de princípios, mas que acabam se convertendo em conteúdo vazio, por não levar em conta a realidade dos executivos municipais, como, por exemplo, questões relativas ao orçamento.

Neste contexto, de acordo com Bracht (1989), a priorização do esporte enquanto atividade de lazer implica reconhecer e atuar sobre uma série de setores passíveis da ação do poder público, como: ampliar e conservar espaços urbanos destinados ao lazer ativo; nortear os incentivos fiscais para associações esportivas ou de lazer; desenvolver arquitetura específica para o esporte enquanto atividade de lazer; desvincular o incentivo ao esporte

enquanto atividade de lazer do conceito de pirâmide esportiva, e evitar soluções “baratas”, do tipo: grandes campanhas ou grandes eventos.

CONCLUSÃO

Deste modo, a iniciativa de realizar um campeonato de várzea, mobilizou o estado do Rio Grande do Sul, através do fomento ao esporte amador, integrando os municípios de todas as regiões. Como grande parte dos municípios gaúchos ainda demanda uma melhor estruturação da gestão esportiva, as representações municipais devem despertar para a necessidade de acessar as diversas fontes de recursos, públicos e privados, buscando qualificação para realizar projetos adequados aos critérios técnicos, de tal modo a almejar o desenvolvimento desportivo.

O legado conquistado pela realização do “I Gauchão de Várzea” pode continuar gerando ações positivas à população de suas cidades-sede, como, por exemplo, a introjeção da ideia da realização do “Campeonato Gaúcho Feminino de Várzea”. Porém, a continuidade das repercussões positivas geradas pelo “II Gauchão de Várzea” dependerá de políticas públicas permanentes, voltadas ao fomento do esporte como política institucional do estado.

REFERÊNCIAS

- BRACHT, V. Esporte, Estado, Sociedade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 10, n. 2, p. 69-73, 1989.
- COUTO *et al.* A Várzea como expressão popular do lazer esportivo: aspectos da história social do clube de futebol “Jardim Barreiro” (1975-1990). **Revista da Fundação Helena Antipoff**, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2011.
- GUISELINI, M. **Aptidão física, saúde e bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER E FUNDERGS. **Conferência Estadual de Esporte e Lazer: construindo políticas públicas com a comunidade gaúcha**. 1. ed., 2012.

Fórum Regional de Gestão do Esporte e do Lazer: uma estratégia na construção dos sistemas municipais de esporte do RS

José Rogério Vidal

INTRODUÇÃO

O esporte, espetáculo obtido por meio dos *megaeventos* (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol), despertou a necessidade e revelou o direito de participação da população na prática de atividades físicas e desportivas. Os veículos de comunicação (rádios, jornais e televisão) propagaram a importância de manter-se saudável e praticar atividades físicas, com o intuito de alcançar maior longevidade e qualidade de vida. Em consequência disso, observou-se um crescimento na busca de atividades oferecidas pelas instituições responsáveis por este serviço, prefeituras, clubes sociais e academias, entre outras. Esta demanda deu origem a uma nova necessidade no mercado profissional: o *Gestor Esportivo*.

Esse profissional, que será o responsável por planejar, administrar, coordenar e executar ações, projetos e programas destinados ao desenvolvimento dessa área e de seus praticantes, deve deter, entre suas atribuições, além de competência e capacidade para executar essas funções, a consciência de suas responsabilidades sociais.

A área da *Gestão Esportiva*, pressionada pela demanda do crescimento contínuo do esporte espetáculo (de rendimento), passou a exigir um profissional cada vez mais qualificado e capaz de atender as exigências da função, para fins de suprimir o mercado esportivo de suas necessidades eminentes.

A Conferência Estadual de Esporte e Lazer de 2011: O começo de tudo

Com o propósito de ouvir a sociedade e de construir uma política pública justa, inclusiva e que resgatasse o esporte em nosso estado, foi realizada a *Conferência Estadual do Esporte e Lazer de 2011*. A partir da convicção do impacto positivo que o esporte e o lazer oferecem a todas as camadas da população, independentemente da classe social, a conferência legitimou a parceria entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a sociedade gaúcha.

A Conferência teve como temática principal “construindo as políticas públicas com a comunidade gaúcha”, e o seu lançamento oficial aconteceu no dia 1º de junho de 2011. A metodologia utilizada para o seu desenvolvimento contou com fases municipais e regionais e uma conferência estadual final, na cidade de Porto Alegre, no dia 20 de agosto, reunindo os delegados habilitados nas fases anteriores.

Ao longo de sua realização, foram marcantes as manifestações que demonstravam a relevância do evento e participantes que reiteravam os benefícios que o evento oportunizava, ao aproximar o poder público da comunidade esportiva. No processo de debates, surgiu demandas no sentido de ampliar e qualificar as ações públicas para a área do esporte e do lazer, por meio da organização dos sistemas municipais de esporte, sendo que a importância de uma gestão eficiente e comprometida com a criação de programas amplos e descentralizados, com profissionais qualificados, foi uma das soluções apontadas.

O Fórum Regional de Gestão do Esporte

Com o propósito de atender a solicitação apontada na conferência, surgiu o *Fórum Regional de Gestão do Esporte e Lazer*, realizado ao longo dos meses de março, abril e maio de 2013, cujo objetivo foi discutir a *Gestão do Esporte, as Políticas Públicas* e a necessidade da consolidação dos *Sistemas Municipais de Esporte* para o desenvolvimento do esporte no estado do Rio Grande do Sul.

O fórum também tinha como finalidade divulgar o XI SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, utilizando este evento como ferramenta de aproximação aos gestores públicos, responsáveis pelo esporte nos municípios de nosso estado. Além da divulgação do seminário, discutiu-se sobre os elementos necessários para a constituição dos *Sistemas Municipais*.

O processo de discussão para a efetivação dos sistemas teve início na *II Conferência Nacional do Esporte*, realizada no ano de 2006, em Brasília, em que se delineou uma participação mais efetiva e direta dos municípios no desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, em nosso país.

Já na *III Conferência Nacional do Esporte*, no ano de 2010, entre as ações, foram ressaltados os seguintes itens:

- 1- Estímulo à criação e/ou consolidação de órgão gestor de esporte e lazer nos estados e nos municípios;
- 2- Instauração e qualificação de mecanismos de controle social.

A partir do exposto, podemos perceber a importância e valorização da constituição dos órgãos de gestão municipal de esporte e lazer. São eles que irão desenvolver as políticas locais e, de fato, formar a base do Sistema Nacional do Esporte.

Em cada cidade, encontramos contextos e necessidades diferentes, fatores determinantes, na hora de planejarmos ações, projetos e programas direcionados aos seus moradores. Nesta singularidade, em que o respeito pelas diferenças é crucial, no momento de efetivarmos a *Gestão do Esporte*, a responsabilidade social do gestor deve imperar, levando-o a cumprir com sua função maior, oferecendo mais qualidade de vida a sua comunidade.

A força de um Sistema começa a partir da solidificação de suas bases. A contínua busca por qualificação e organização favorece a sua efetivação. Quando a sociedade percebe que um Sistema Municipal de Esportes atuante e estruturado traz benefícios para os desportistas e demais membros desta comunidade, irá adotá-lo como seu, e a possibilidade de um retrocesso nesta área fica menos provável.

METODOLOGIA

O Fórum foi realizado em oito municípios, de sete regiões do estado, sempre em parceria com as universidades sedes dos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte da FUNDERGS ou com as prefeituras locais. As cidades que receberam o evento foram as seguintes: Região 1 – UNISINOS, em São Leopoldo (19/03/2013), e FACOS, em Osório (07/05/2013); Região 2 – Prefeitura Municipal, em Uruguaiana (14/05/2013); Região 3 – UNIJUI, em Santa Rosa (23/04/2013); Região 4 – UPF, em Passo Fundo (16/04/2013); Região 5 – UCS, em Caxias do Sul (30/04/2013); Região 6 – UNISC, em Santa Cruz do Sul (09/04/2013); Região 7 – Prefeitura Municipal, em Pelotas (02/04/2013).

O Sistema Municipal de Esporte e Lazer e a sua contribuição para efetivar o sistema estadual foi o assunto balizador dos encontros, cuja proposta era refletir sobre os elementos que constituem a base de todo o Sistema – *Secretaria ou Diretoria Municipal de Esportes, Conselho Municipal de Esportes* e o Fundo ou *Lei Municipal de Incentivo ao Esporte* – todos voltados à responsabilidade social da gestão pública do esporte e do lazer, dentro dos municípios.

Aproveitou-se, outrossim, a presença dos gestores para divulgar o calendário de eventos da FUNDERGS e a instalação dos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. A política de estado que o Rio Grande do Sul está buscando construir para essa área está pautada no anseio da comunidade gaúcha, expressada, pelos seus representantes, na Conferência Estadual do Esporte e do Lazer, de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Regional de Gestão do Esporte buscou atender a uma demanda da *Conferência Estadual do Esporte e do Lazer*, proporcionando aos gestores de todas as regiões de nosso estado uma oportunidade de refletir sobre as suas ações em prol do esporte em suas comunidades.

É nossa convicção que, para qualificarmos a gestão do esporte na esfera estadual, é de fundamental importância organizar os sistemas municipais de esporte, pois são eles que trabalham diretamente com os esportistas em seus municípios. Qualificando a gestão municipal, as políticas públicas se efetivarão e cumprirão seu papel de democratizar o acesso e a prática do esporte em nosso estado.

Ao realizarmos a avaliação final do *Fórum Regional de Gestão do Esporte*, concluímos que ele atingiu seus objetivos em contribuir para a qualificação da gestão do esporte nos municípios gaúchos. Outro fator detectado é a necessidade de capacitar os gestores municipais para poderem desenvolver suas ações, seus projetos e seus programas de forma mais qualificada. Ao capacitarmos o gestor, estaremos investindo na qualificação do sistema municipal, que, para nós, representa a base de todo sistema estadual do esporte.

REFERÊNCIAS

Carreiro, E. A. (coord.). **Gestão da educação física e esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

PIRES, G. M. V. F.; LOPES, J. P. R. S. Conceito de gestão do desporto: novos desafios, diferentes soluções. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Lisboa, v. 1, nº 1, p. 88-103, 2001.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER e FUNDERGS. **Conferência Estadual de Esporte e Lazer: relatório final**. 2012.

Mini-Cursos

The background of the page features a monochromatic, sepia-toned image. On the right side, a large, muscular figure stands on a rectangular pedestal, shown in silhouette. To the left of this figure, a group of smaller silhouettes is gathered, with several individuals holding up flags. The overall scene suggests a historical or commemorative event, possibly a military victory or a public demonstration. The lighting is dramatic, with strong highlights and deep shadows, creating a somber and significant atmosphere.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS – LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

Silvana Regina Echer

INTRODUÇÃO

O esporte entendido como ação integrada e complementar ao desenvolvimento humano é um direito social estabelecido pela Constituição Brasileira, que visa garantir o acesso da população à prática esportiva. A garantia constitucional assegura o dever do Estado de formulação de políticas públicas direcionadas para a efetivação dessa pauta de ações, com fins da vivência do esporte como um direito social.

Assim, o Ministério do Esporte tem um papel fundamental como órgão responsável pela efetivação e pelo fomento das questões do desporto, devendo desenvolver estratégias contextualizadas com as diretrizes ditadas pelo Governo Federal, com vistas a captar recursos financeiros para a realização de projetos sociais direcionados ao esporte.

Nesse contexto, surge a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06, regulamentada pelo Decreto 6.180/07), novo e efetivo instrumento de financiamento esportivo, que possibilitou o acréscimo de milhões de reais ao segmento, em projetos distribuídos por todo o território nacional. A referida Lei 11.438/06, mais do que um instrumento jurídico para a consolidação do

esporte como um direito social, constitui-se uma inovação e um avanço na consolidação do paradigma do esporte como um meio de inserção social.

2. FUNÇÃO SOCIAL DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

A Lei de Incentivo ao Esporte é um importante instrumento de efetivação de direitos sociais, pois prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do imposto de renda devido em benefício de projetos esportivos e para-desportivos elaborados por entidades do setor, estimulando, assim, uma participação mais efetiva de todos os entes sociais, por intermédio de ações diversas, em um trabalho *conjunto entre governo e sociedade*.

A referida lei assegura que toda a entidade de natureza esportiva, pessoa jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, interessada em apresentar um projeto para a captação de recursos financeiros oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, deverá elaborar um planejamento das ações e descrevê-las nos formulários eletrônicos fornecidos pelo Ministério do Esporte, devendo enquadrar o projeto em uma das manifestações desportivas previstas na Lei: rendimento, educacional ou participação.

A descrição do projeto deve conter os objetivos, a justificativa, o cronograma de execução física e financeira, as estratégias de ação, o plano de aplicação dos recursos, as metas qualitativas e quantitativas, devendo constar, também, um orçamento analítico, com a comprovação documental de que os preços orçados são compatíveis com os praticados no mercado, através do envio de três orçamentos de cada item do projeto.

Podem ser apresentados projetos que visem à manutenção de equipes de rendimento; à construção e à reforma de instalações esportivas; à aquisição de equipamentos e materiais; à contratação de serviços e recursos humanos; à participação em campeonatos brasileiros e mundiais; à promoção de eventos esportivos e de lazer, e a programas de atividades

esportivas regulares (núcleos, centros de treinamento e oficinas), dentre outras ações do gênero.

É vedada a participação de projetos para o desporto de rendimento praticado de modo profissional, ficando, assim, proibidos: o pagamento de remuneração, a atletas profissionais, de quaisquer despesas relativas à manutenção e à organização de equipes profissionais ou mesmo de competições profissionais de alto rendimento; despesas para a aquisição de espaços publicitários, em qualquer meio de comunicação (é permitido despesas relativas à divulgação do projeto, tais como: folhetos, cartazes, *banners* e faixas); cobrança de mensalidade, ingresso e inscrição dos beneficiários de projetos, e projeto desenvolvido em circuito privado ou que apresente comprovada capacidade de atrair investimentos.

Após a elaboração do projeto, com o devido preenchimento dos formulários eletrônicos, haverá a necessidade de enviar toda a documentação pelo correio para o Ministério do Esporte, que fará uma criteriosa análise técnico-documental e de mérito, passando para a avaliação final da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, que emitirá um parecer sobre o projeto. Caso seja aprovado, a entidade proponente deverá enviar certidões negativas para a publicação no Diário Oficial da União, estando, assim, apta a captar recursos para a efetiva execução do projeto.

Os recursos de financiamento dos projetos poderão ser captados por intermédio de pessoas físicas e jurídicas, e deverão ser depositados em conta bancária, aberta especificamente para o projeto e que só poderá ser movimentada com autorização do Ministério do Esporte, após processo final de captação.

A pessoa física pode deduzir até 6% do imposto de renda devido na declaração de ajuste anual completa. Essa dedução concorre com outros incentivos fiscais, sem, contudo, estabelecer limites específicos, o que poderá ser aplicado, em sua totalidade, no incentivo ao esporte. A opção é do contribuinte.

A pessoa jurídica tributada com base no lucro real pode deduzir até 1% do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Trimestral

ou Anual para o Incentivo ao Esporte. O benefício não compete com outros incentivos fiscais, como a Lei de Incentivo a Cultura, o Fundo da Criança e do Adolescente e o Programa de Alimentação ao Trabalhador ou PDTI.

O perfil das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real é daquelas empresas que obtiveram a receita, no ano calendário anterior, superior ao limite de R\$ 48.000.000,00. No Brasil, são 137.156 instituições, que somam 4,6% do total de pessoas jurídicas, contabilizando 70% do total arrecadado do imposto de renda pela Receita Federal (Ex.: empresas multinacionais; bancos; indústria petrolífera, química, energética, automobilística, siderúrgica, alimentícia, farmacêutica, eletrônica, informática etc.; empresas de telecomunicações, transportes, empresas estatais, dentre outras desta magnitude).

Os benefícios para a empresa incentivadora são muitos, quais sejam: contrapartida zero, pois não há necessidade de investir recursos próprios; *marketing esportivo*, que poderá associar a sua marca em todos os bens e serviços; divulgação no balanço de responsabilidade social da empresa; democratização (a empresa pode escolher o projeto e acompanhar de perto); transparência, pois é o governo federal que monitora e fiscaliza; social, apoio à comunidade local e fomento ao esporte e ao lazer.

Avaliando a quantidade de projetos protocolados e aprovados, bem como o montante de captação, ano após ano, percebe-se claramente que as entidades desportivas estão evoluindo bastante em seus métodos de planejamento e gestão, ao mesmo tempo em que os contribuintes do imposto de renda – especialmente as grandes empresas – vêm incorporando o uso da Lei de Incentivo ao Esporte em suas ações de *marketing* e responsabilidade social.

CONCLUSÃO

O Ministério do Esporte, frente à forte demanda dos proponentes, vem estruturando um grande Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, inclusive com sede própria e dezenas de funcionários destacados,

para análise dos projetos, com acompanhamento de execução, avaliação da prestação de contas e dos resultados alcançados.

A Lei de Incentivo ao Esporte, pensada, em princípio, de caráter transitório (válida até 2015), diante de toda a movimentação ocasionada pelos seus efeitos, deve ser ampliada para novos períodos de vigência, sendo que propostas neste sentido já tramitam pelo Congresso Nacional.

Naturalmente, a Lei de Incentivo ao Esporte tem muito a evoluir, em termos de consolidação dos procedimentos a serem adotados para o acesso aos recursos captados, bem como dos processos de gestão, fiscalização e prestação de contas dos recursos financeiros obtidos. Os mecanismos de dotação financeira oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte são relativamente novos e vêm sendo implantados por inédita articulação do Governo Federal, diretamente com centenas de entidades desportivas espalhadas por todo o país, para fins de efetivação dos objetivos propostos pela referida legislação.

Vale pontuar, também, que a sintonia das engrenagens entre o setor público e as entidades desportivas, ainda demanda a vinculação dos apoiadores (pessoas físicas e jurídicas), aos quais cabem a escolha e a destinação dos recursos captados, para que os projetos aprovados possam ser efetivamente executados.

De sonho antigo a realidade presente, a Lei de Incentivo ao Esporte vem se firmando como uma das principais fontes de financiamento público do esporte brasileiro praticado de modo “não profissional”, sendo um instrumento efetivo para a democratização do acesso e da universalização da prática desportiva em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Esporte. Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte. **Manual do Proponente da Lei de Incentivo ao Esporte**. Brasília: 2012. Disponível em: www.esporte.gov.br/leilncentivoEsporte.

REZENDE, José Ricardo. **Manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte**. 4 ed. São Paulo: All Print, 2013.

MARKETING ESPORTIVO

Rogério Delanhesi

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a indústria do esporte vem obtendo significativo crescimento em relação a outros setores, podendo-se considerar que foi o *marketing* uma das áreas de negócios que mais contribuiu para essa situação. Este fenômeno ocorre, não só pelo surgimento de novos esportes, novas formas de atividade física e de lazer, mas, também, pela profissionalização nos esportes, aumento nas transmissões de TV, globalização dos esportes e necessidade de novas formas de comunicação. O Brasil tem recebido expressiva atenção da indústria esportiva, principalmente devido à futura promoção de eventos esportivos de grande escala, agendados para acontecer, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Pode-se considerar que a década de 1980, segundo Melo Neto (2003), foi um marco na evolução do futebol brasileiro como negócio que, até então, se alimentava de ações isoladas com investidores. No entanto, a realidade brasileira é diferente daquela encontrada nos Estados Unidos e na Europa, principalmente porque, no Brasil, as ligas esportivas não possuem estruturas administrativas com gestão profissional, com objetivos de fortalecer o esporte e obter melhores resultados, inclusive financeiros. São

diversos os motivos que influenciam essa realidade brasileira, incluindo-se a perpetuação de dirigentes amadores, frente às ligas instaladas no país, embora exista um movimento para maior profissionalização do esporte brasileiro, principalmente devido à cobrança do público nesse sentido e à pressão de algumas forças políticas. Algumas parcerias ocorridas entre os clubes e grandes multinacionais trouxeram aos clubes a esperança de modernização em suas gestões. Porém, houve grandes dificuldades, tanto fora (macromarketing, consumidor e concorrente) quanto dentro (micromarketing) dos respectivos clubes, que inviabilizam as parcerias, restando apenas dívidas e clubes quebrados financeiramente.

TEORIA DE *MARKETING* ESPORTIVO

O consumo esportivo em todas as suas vertentes é uma das funções de lazer mais difundidas da sociedade moderna e faz parte de todos os aspectos da vida humana, possuindo apelo mundial, independentemente de questões como raça, religião e cultura, o que o torna universalmente atraente e faz do *marketing* esportivo uma nova área do conhecimento a ser pesquisada.

Quando se visita uma nova área de conhecimento, faz-se necessário o entendimento e a compreensão de alguns conceitos a ela relacionados: o primeiro conceito que se apresenta é o de *Marketing Esportivo*: É a aplicação específica de princípios e processos de *marketing* aos produtos esportivos e ao *marketing* de produtos não esportivos, por meio da associação com o esporte (Shank, 2002). Não menos importante, o segundo conceito é o de Esporte: “fonte de diversão ou atividade física na qual as pessoas se envolvem por prazer” (Shank, 2002). Complementa-se a estes conceitos, o conceito tradicional de *marketing* que se alinha às citações anteriores: “Marketing é o processo de planejar e executar a concepção, definição de preços, promoção e distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas

que satisfaçam metas individuais e organizacionais” (Summers; Gardiner, 2003). De forma simplificada, pode-se aplicar os quatro “Ps” consagrados ao conceito de *marketing*, ao contexto esportivo:

Preço: ingressos, tempo de exposição, despesas com mídia e receita de *merchandising*;

Produto: jogo, evento, competição, regra, uniforme e *merchandising*;

Promoção: patrocínio, publicidade, promoção de venda e investimento corporativo;

Ponto de venda: cobertura de mídia, estágio, *ticketing* e viagem. Como clientes primeiros do serviço de esporte, têm-se como exemplos: indivíduos, corporações, jogadores e investidores.

Por envolver situações de grande complexidade o *marketing* esportivo é analisado de forma distinta das demais áreas de serviços. Mesmo tendo características semelhantes a outros serviços: intangibilidade, inseparabilidade, perecibilidade e heterogeneidade, o *marketing* esportivo possui elementos tangíveis, como se fosse um produto ou uma mercadoria (ex.: vídeos, kits esportivos). Essa dicotomia que o diferencia também desafia os profissionais que trabalham na área a desenvolver estratégias condizentes e concomitantes com um serviço e com um produto. No esporte, o cliente está quase sempre ativamente envolvido na entrega e na produção da experiência de consumo. Tem-se, aí, um genuíno exemplo de consumo experimental. Alia-se a essa complexidade, o fator da emoção, essência do esporte e de sua experimentação, fazendo com que as decisões a serem tomadas pelos gestores do *marketing* esportivo aconteçam em cenários de imprevisibilidade e intensidade. Pode-se caracterizar a necessidade de outro “P” para atender e entender todas as oportunidades ligadas à emoção. Pode-se descrever o quinto “P” como pessoa: criação e entregas relacionadas ao produto ou serviço exigem a implantação de processo eficaz, que, envolvendo as pessoas e suas

emoções, exigem a perfeita sincronia entre este serviço, sua comunicação e, principalmente, sua experiência. O esporte revela qualidades únicas que outras ferramentas de *marketing* não podem oferecer. O material impresso é unidimensional, a televisão é bidimensional, os eventos são tridimensionais, mas o esporte e seu patrocínio são tetradimensionais. Esta quarta dimensão é a emoção. O uso bem-sucedido do esporte no *marketing* coloca o aspecto emocional em jogo, e isso pode desenvolver relacionamentos com o mercado e seus consumidores de forma eficaz.

A GESTÃO DO MARKETING ESPORTIVO

Após se apresentarem os conceitos norteadores, divide-se a definição de *marketing* esportivo através de duas perspectivas. A primeira delas é o *marketing* do esporte, no qual as organizações esportivas aplicam os princípios-padrões de *marketing*, anteriormente especificados. A segunda perspectiva, e a mais conhecida, é o *marketing* usando o esporte. Neste caso, as organizações/empresas se associam a equipes esportivas, jogadores ou a esportes com o objetivo de atrair clientes a envolver-se em atividades comunitárias ou fornecer incentivos para seus *stakeholders*.

O grande crescimento do consumo esportivo, a grande variedade das opções de lazer, desenvolveu uma indústria esportiva moderna, competitiva e dinâmica. Evoluiu de grandes eventos esportivos internacionais, como as Olimpíadas (esporte performance), até aqueles que envolvem todos os esportes, em outros níveis, incluindo os níveis comunitário (esporte participação) e educacional-escolar (esporte formação).

Em função disso, os governos de diversos países estão investindo vários milhões de dólares no desenvolvimento do esporte, por motivos econômicos (melhoria da saúde), sociais (melhoria da educação e segurança) e nacionalistas (melhoria da identidade nacional). A partir do crescimento

da indústria esportiva e da necessidade das entidades esportivas em acompanhar esse desenvolvimento e convergir com as expectativas da realização de negócios, a vaga do administrador esportivo começou a ser ocupada, primeiramente, por voluntários, ligados emocionalmente à modalidade ou à instituição esportiva. Trouxeram para essa ocupação características individuais relacionadas às suas habilidades humanas e às técnicas que utilizavam nas suas atividades laborais. Sendo essa gestão exercida de forma não profissional, a sua adequação ao mundo dos negócios apresentou muitas dificuldades e fortaleceu a vertente do esporte sendo utilizado pelo *marketing*, esvaziando, neste momento, projetos e negócios que traziam os conceitos e as práticas do *marketing* a serviço do esporte.

Esta situação começa a se modificar, no Brasil, no final da década de 1990, com o exercício da administração esportiva sendo exercida por *profissionais, ex-técnicos, outras vezes, ex-jogadores que trouxeram subsídios importantes para essa área do conhecimento que começava a se formar.*

Com o crescimento das reflexões teóricas, novos e preparados profissionais qualificam o setor e contribuem para uma melhor conversa do mundo esportivo com o mundo dos negócios, e, assim, criam-se produtos e projetos esportivos com valor para abrirem caminho concreto à formação de um negócio.

Esse gerenciamento, de um modo geral, está além da capacidade daqueles que, no passado, conseguiram fazê-lo com sucesso e, por isso, se autointitulam “conhecedores do negócio”. Esquecem-se, no entanto, de que os fatos ocorreram num ambiente com menos demanda que o atual. É importante ressaltar que este conhecimento tácito de todos os que desenvolveram trabalhos nessa área será extremamente importante para a consolidação de uma fundamentação teórica.

A qualificação profissional dos administradores esportivos nem sempre é acompanhada de uma visão clara dos objetivos e de sua adequação, pelo desconhecimento, ainda, do mundo dos negócios. O mantra do profissional que atua na gestão esportiva deve ser: estratégico, estratégico, estratégico.

Quando se trata de adequação, trata-se de uma confluência, na maior parte das vezes, não simétrica. As propriedades esportivas nem sempre encontram um parceiro existente; por isso, é necessário haver uma hierarquia de objetivos, de forma que os envolvidos na implementação possam adequar-se aos objetivos do parceiro estratégico e, assim, criar situações customizadas. Há que se aliar as modernas técnicas de gerenciamento ao conhecimento do ambiente esportivo e às histórias de sucesso no segmento, e desenvolver, a partir daí, as técnicas específicas para o setor.

ESTRATÉGIAS DE *MARKETING* ESPORTIVO

Uma técnica utilizada na gestão do esporte é a do desenvolvimento de estratégias de *marketing*, que consistem no processo de planejamento, implementação e controle de esforços de *marketing*, com o objetivo de alcançar metas organizacionais e satisfazer as necessidades do consumidor.

Quem é esse consumidor? No caso das organizações esportivas, são eles: os espectadores, os fãs e os associados, os jogadores, os participantes e os torcedores, seus serviços e suas mercadorias de apoio, seus investidores empresariais, a mídia, os outros clubes, as outras organizações esportivas e o próprio governo.

Pós-identificação e caracterização deste consumidor-alvo (já que se trata de seus consumidores potenciais, o que torna fundamental o conhecimento de suas características pessoais, físicas e de consumo) determinam-se, primeiramente, as estratégias normais de *marketing*, são elas: de produto, de definição de preços, de distribuição e promocionais. Como já foi anteriormente descrito, tratando-se de um produto complexo, não basta determinar de forma isolada essas estratégias; elas devem agir de forma processual, conversar com o DNA da marca, do produto ou do serviço esportivo e com o DNA da marca de quem a ele estiver

associado. Deve-se considerar que as estratégias levam em conta as influências de fatores externos à organização esportiva: o governo e suas políticas, a tecnologia, a demografia, as tendências sociais e as forças econômicas.

Para melhor compreensão deste item, que trata das estratégias de *marketing* esportivo, ao analisar o uso do esporte como atividade de *marketing* estratégico, descreve-se, a seguir, 12 passos para obter sucesso na aliança de uma empresa com o esporte:

1. Desenvolvimento de um perfil do DNA da marca e do mercado-alvo;
2. Esclarecimento dos objetivos do *marketing* de alianças com o esporte em relação à estratégia de *marketing* geral;
3. Definição orçamentária;
4. Identificação das oportunidades atuais do esporte;
5. Convergência entre o DNA e os mercados-alvo das entidades esportivas;
6. Estabelecimento dos objetivos mútuos da aliança estratégica;
7. Estabelecimento do custo da aliança estratégica;
8. Identificação das atividades de *marketing* específicas necessárias para ativar a aliança e cumprir objetivos;
9. Definição do custo de ativação;
10. Definição de indicadores e metas;
11. Definição do início da aliança;
12. Monitoramento e avaliação da aliança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Lisboa: 70, 2007.

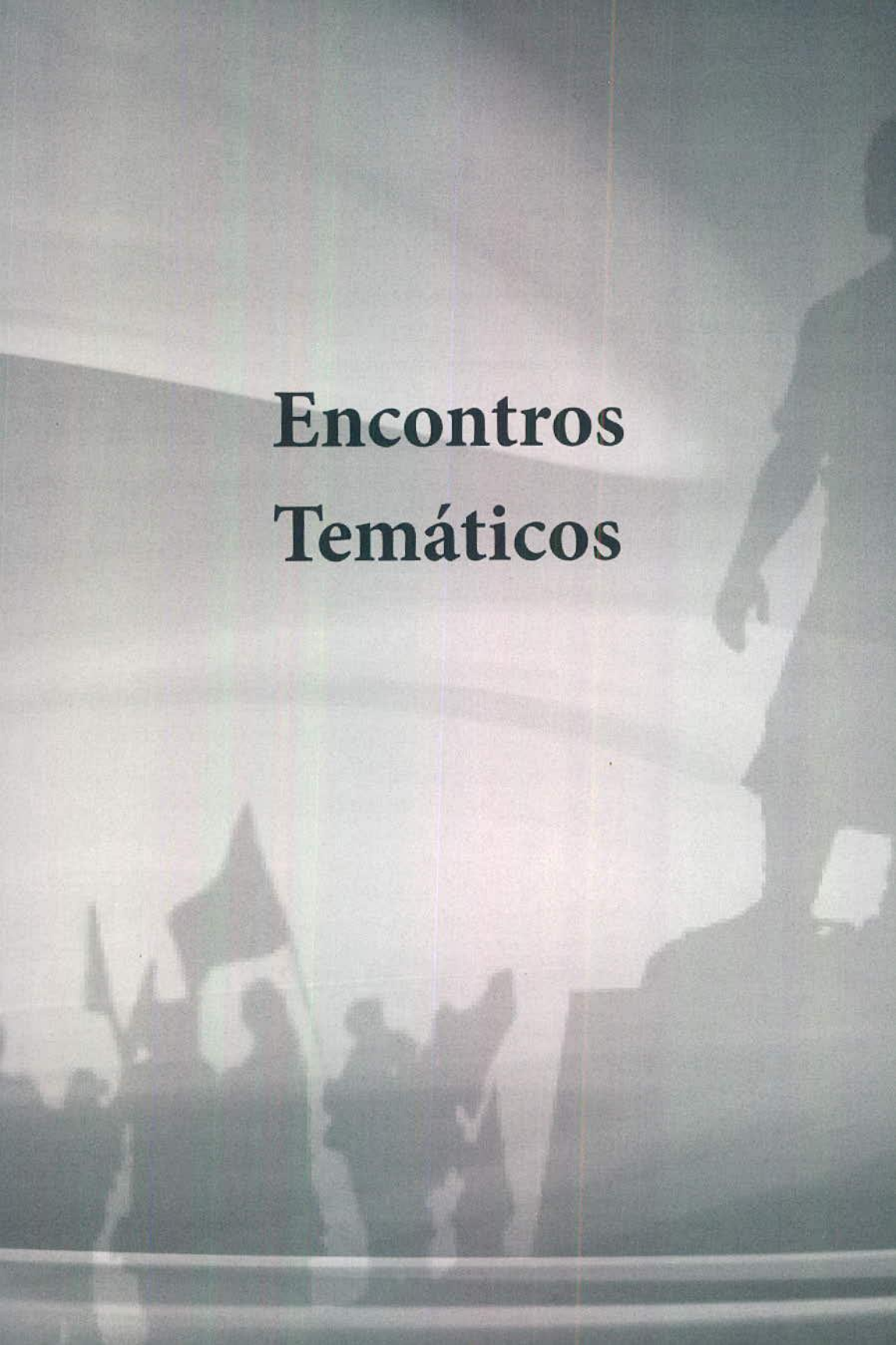
MELO NETO, F. **Marketing esportivo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORGAN et SUMMERS. **Marketing esportivo**. Los Angeles. 2010.

SHANK, Matthew. D. **Sports marketing: a strategic perspective**. 2 ed. New Jersey: Prentice hall, 2002.

SUMMERS et GARDINER. **Fundamentos do marketing**. Thomson Nelson Australia Pty Ltda. South Melbourne, Austrália. 2003.

VASCONCELLOS, M. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papyrus, 2002.



**Encontros
Temáticos**

PROGRAMA POLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER

Antonio Carlos Barbieri Junior

INTRODUÇÃO

O “XI Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: divisão de responsabilidades entre os entes federativos”, um evento promovido pela Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer (SEL) e executado pela Fundação de Esporte e Lazer do RS (FUNDERGS), possibilitou a reflexão a respeito da atribuição de responsabilidades dos entes públicos, na criação de políticas públicas para a efetivação do esporte como direito fundamental. Também questionou o papel social dos Polos de Desenvolvimento Regional do Esporte para a estruturação dos direitos no Estado.

Para fins de aprofundamento do tema “Políticas Públicas de Esporte e Lazer: divisão de responsabilidades entre os entes federativos”, o Seminário contou com a presença de gestores municipais, profissionais de Educação Física e acadêmicos, todos engajados em questionamentos a respeito do papel social do esporte, sua estruturação na sociedade e o desenvolvimento de políticas que promovam a concretização das ideias tratadas no evento.

A seleta programação do Seminário proporcionou debates entre os participantes e momentos nos quais foram apresentados temas específicos, dentre eles, o Programa Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Antes de tratar o tema principal – Programa Polos Regionais – é importante descrever o caminho que foi percorrido para que pudéssemos atingir o êxito na implantação deste programa.

CRIAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E DO LAZER

Para que possamos descrever a linha do tempo a respeito do anteriormente mencionado, é necessário enfatizar a criação, em 2011, da *Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer/SEL*, por meio da Lei 13601 de 01/01/2011, demonstrando uma visão estratégica do Governo, priorizando esporte e lazer para educar, integrar socialmente, promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Em harmonia com o método de trabalho evidenciado pelo Governo Estadual: democrático, participativo e transversal, foi proposta, ao longo do ano de 2011, a realização da Conferência Estadual de Esporte e Lazer, com o tema *Construindo as políticas públicas com a comunidade gaúcha*, convocando a comunidade esportiva do Rio Grande do Sul a discutir as políticas setoriais de esporte e lazer.

Como demanda dos grupos de trabalho da Conferência, foi proposta a criação do Programa Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, iniciativa que visa atender a descentralização das ações referentes ao esporte e ao lazer no Estado do Rio Grande do Sul, definindo, via de consequência, as políticas públicas setoriais de esporte e lazer para a atual gestão do estado.

A criação da SEL e a realização da Conferência no Rio Grande do Sul, dentre outros movimentos, vem ao encontro do que consta na Constituição Federal, sendo dever do Estado apoiar e promover o desenvolvimento

do esporte e do lazer, nas suas diversas manifestações, como um fator importante de desenvolvimento humano, contribuindo para a formação integral em todas as faixas etárias (Brasil, 1988, art. 217). As políticas do esporte e do lazer devem ser amplas e ser direcionadas para todos os segmentos da sociedade, respeitando as diversidades, produzindo valores como a solidariedade, o respeito, a tolerância, a cooperação, valorizando a identidade cultural, promovendo a saúde e a qualidade de vida.

ESTRUTURAÇÃO DOS POLOS

Foi necessário todo um planejamento logístico e a priorização de estratégias de ação, para fins de instaurar os Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. A implementação destes Polos exigiu da SEL e da FUNDERGS uma ação integrada, com nova formatação e nova reestruturação das políticas públicas, para fins de descentralizar suas ações, delegando, parcialmente, aos polos regionais, a competência da eleição de prioridades de ação a serem adotadas em cada município do estado do Rio Grande do Sul.

O programa dos Polos de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer foi elaborado com a preocupação de aproximar a comunidade esportiva do Estado e facilitar a execução das políticas públicas.

A descentralização das políticas públicas direcionadas ao esporte está inserida no contexto da redemocratização, sendo um processo, sobretudo, político, e não meramente técnico-administrativo, na perspectiva de consolidar a democracia, por meio do "empoderamento" das comunidades locais no processo decisório destas políticas.

A Constituição de 1988 trouxe consigo a responsabilidade do Estado de formular e implementar políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos sociais, no sentido de prevenir e reduzir os riscos sociais e pessoais da população; proteger pessoas e famílias vulneráveis e

vitimizadas; monitorar as exclusões e riscos sociais da população, ações de direcionamento múltiplo, dentre eles, o esporte.

Vale pontuar que a descentralização/municipalização não significa, necessariamente, a transferência de capacidade decisória para as esferas subnacionais, mas, sim, a delegação na implementação das políticas sociais universais, ou seja, descentralização da promoção de serviços, mas não desconcentração dos processos decisórios.

A função principal dos Polos Regionais consiste, então, na articulação das regiões do estado, contando com infraestrutura e recursos humanos capacitados e qualificados para diagnosticar, analisar, pesquisar e orientar ações na área do esporte e do lazer, celebrando parcerias com instituições públicas e privadas e também identificando vocações esportivas regionais.

OBJETIVOS DOS POLOS REGIONAIS

Para a criação dos Polos Regionais, foi exigido da SEL e da FUNDERGS a concretização gradativa dos seguintes objetivos: descentralização e democratização de políticas públicas direcionadas para o esporte e o lazer, no Estado do Rio Grande do Sul; articulação, em conjunto com o segmento esportivo local e regional, das políticas estaduais de esporte e lazer, incentivando o desenvolvimento e a qualificação do esporte de rendimento, educacional e de participação; direcionamento de ações a todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, qualificando ações focadas no esporte e no lazer; diversificação e ampliação da oferta dos cursos de qualificação e capacitação para profissionais de educação física, cursos de capacitação para gestores municipais; viabilização de locais para a realização de congressos técnicos, reuniões e eventos esportivos sediados nos Polos Regionais, e identificação, em conjunto com a comunidade esportiva do estado, das prioridades, na execução das políticas públicas de esporte e lazer.

Vislumbra-se que os objetivos dos Polos Regionais têm a ambição de proporcionar ao esporte do Rio Grande do Sul uma ação conjunta para

recuperação da trajetória regional de cada uma das áreas, com ênfase no resgate das potencialidades sociais. Os Polos Regionais irão, gradativamente, ampliar sua participação e sua importância no cenário estadual, articulando-as com a centralidade da região metropolitana de Porto Alegre, que, indiscutivelmente, já tem um processo de grande atração, na área do esporte e do lazer do nosso estado.

As análises prévias já permitiram conhecer a nova configuração regional do estado do Rio Grande do Sul em relação ao esporte, possibilitando a construção de um panorama atual da dinâmica socioeconômica, nas distintas especialidades que circundam as relações esportivas e suas possibilidades e potencialidades.

LOCALIZAÇÃO DOS POLOS REGIONAIS

Os Polos estão implantados em 8 (oito) regiões do estado do Rio Grande do Sul, localizadas em Instituições de Ensino Superior (IES), assim distribuídas:

REGIÃO 1 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS - São Leopoldo/RS;

REGIÃO 2 - Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA - Uruguaiana/RS;

REGIÃO 3 - Universidade Regional Integrada das Missões/URI - Santo Ângelo/RS;

REGIÃO 4 - Universidade de Passo Fundo/UPF- Passo Fundo /RS;

REGIÃO 5 - Universidade de Caxias do Sul/UCS - Caxias do Sul/RS;

REGIÃO 6 - Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC - Santa Cruz do Sul/RS;

REGIÃO 7 - Universidade Federal de Pelotas/UFPEL - Pelotas/RS;

REGIÃO 8 - Faculdade Cenecista de Osório/FACOS - Osório/RS;

As IES têm fundamental importância no êxito da implantação dos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Em conjunto com as prefeituras, elas assumem papel preponderante na articulação regional, estimulando o desenvolvimento esportivo na região e incentivando novas alternativas e propostas voltadas ao esporte e lazer, além de disponibilizar a infraestrutura existente nas suas dependências, como forma de atuar como facilitadoras nos diversos eventos propostos pela FUNDERGS e municípios da sua região, recebendo, interpretando, diagnosticando e auxiliando os gestores municipais em suas demandas, sendo, portanto, o principal interlocutor do estado.

A PROPOSTA DOS POLOS

O sistema dos Polos dá-se por meio da integração do governo estadual, IES e outras organizações (prefeituras, escolas, clubes, terceiro setor, academias etc.), sendo o ponto de interseção e convergência entre todos os envolvidos, expandindo, fortalecendo e qualificando as ações direcionadas ao esporte e ao lazer, nas dimensões do esporte participação, educacional e rendimento, sendo responsável por diagnosticar e interpretar as diferentes especificidades e características de cada município sob sua responsabilidade.

TRABALHO EM REDE

O Programa dos Polos Regionais é sinônimo de trabalho em rede, pois pressupõe a troca constante de informações, visando à articulação

regional para o desenvolvimento de ações conjuntas focadas no esporte e no lazer. O trabalho em rede é um sistema de “nós” e “elos”, capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. Os Polos estão sendo pensados com o objetivo de ser excelência em fluxo de informações.

Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos, sendo que a cooperação entre os integrantes de uma rede é a ação que opera a dinâmica positiva entre seus integrantes.

Essa é a lição a ser replicada pelos Polos Regionais: uma troca constante de informações, visando à articulação regional para o desenvolvimento de ações conjuntas, contextualizadas as realidades físicas, sociais e operacionais de cada região ou sub-região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer serão o alicerce dentro do estado do Rio Grande do Sul, das ações direcionadas ao esporte e ao lazer, oportunizando crescimento aos municípios integrantes de cada Polo, bem como a expansão e o desenvolvimento nesta área, revelando as potencialidades de cada região, fazendo prosperar também, direta ou indiretamente, outros setores da indústria, do comércio e da prestação de serviços, impulsionando, desta forma, o desenvolvimento global da região.

Os Polos, por serem os responsáveis pela propagação da cultura e da vocação de cada região, funcionam como catalisadores de novas ideias e tecnologias voltadas, não só ao esporte e ao lazer, mas, também, às diversas áreas envolvidas na construção da cidadania.

A criação dos Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer é uma ideia promissora, que deve ser absorvida e assimilada pelos gestores do esporte e do lazer de cada município do estado do Rio Grande

Sul, sendo este o momento propício de registrar e desencadear uma nova fase para o esporte e o lazer para toda a comunidade do Rio Grande do Sul.

A implantação dos Polos permite que o estado retome o caminho para descobrir vocações esportivas latentes ou apenas oportunize a todos, sem exceção, o acesso ao esporte e lazer.

Além das atividades oferecidas diretamente pela FUNDERGS, é fundamental que as demandas para cada Polo passem a contar com a participação direta da comunidade, construindo e definindo, em conjunto com os gestores municipais, as principais ações a serem realizadas. A ideia que norteia a criação e a implantação dos Polos é de que a sociedade gaúcha compreenda, colabore na construção e também exija a continuidade deste programa em nosso estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988

JERGS: um megaevento que desconsidera os seus legados

Ednaldo da Silva Pereira Filho¹

Durante a realização do XI Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com o tema central “Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos”, promovemos² – de maneira autogestionária –, no dia 31 de maio de 2013, um fórum de professores(as) de Educação Física da 2ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), aberta à participação gratuita de outros interessados que discutiram a “Gestão do Esporte Escolar no Rio Grande do Sul: experiências da SEDUC e da FUNDERGS”, cuja abordagem predominante circunscreveu a promoção e a gestão dos JERGS (Jogos Escolares do Rio Grande do Sul).

¹ Professor de Educação Física, Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da UNISINOS e idealizador do Encontro de Professores de Educação Física da 2ª CRE. ednaldo@unisinos.br.

² Em 2012, constituímos um Conselho de Representantes de Professores(as) de Educação Física da 2ª CRE, como estratégia de gestão democrática para deliberar em conjunto na parceria entre o Curso de Licenciatura em Educação Física da UNISINOS e a 2ª CRE. Este grupo reúne-se, sistematicamente, para discutir, avaliar e propor alternativas para os diferentes fatos e acontecimentos da realidade educacional no Rio Grande do Sul. Nesta oportunidade, o contexto predominante foi a iminência da não realização dos JERGS, por parte da SEDUC (Secretaria Estadual de Educação), neste ano de 2013, e a criação do CERGS (Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul), por iniciativa da FUNDERGS (Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul).

Embora não tenha se caracterizado como um evento massivo, pelo número absoluto de 23 participantes, esse fórum foi por demais significativo, pela diversidade de professores(as) oriundos de 13 municípios gaúchos (São Leopoldo, Canoas, Harmonia, Tupandi, Eldorado do Sul, Novo Hamburgo, Rolante, Montenegro, Porto Alegre, Camaquã, Uruguaiana, Gravataí e Guaíba), o que expressa uma certa representatividade de algumas das diferentes regiões sob as quais o Governo de Estado desenvolve suas políticas públicas de educação e esporte e lazer, em especial.

Aliás, a descentralização nas políticas públicas é, de certa forma, almejada por algumas secretarias de governo, como são os exemplos da Educação: através de suas Coordenadorias Regionais e do Esporte e Lazer: com os recém-criados *Polos de Desenvolvimento de Esporte*.³ No entanto, pecam pelos critérios díspares adotados em cada área do governo, pois as regiões dos COREDES não são as mesmas das CREs e muito menos dos Polos de Desenvolvimento do Esporte, o que acarreta sobreposições de ações nas políticas setoriais e dificulta a tão propalada intersectorialidade das políticas públicas.

Estruturalmente, o debate foi animado por representantes oficiais, tanto da SEDUC (Profa. Carla Magalhães) quanto da FUNDERGS (Prof. Pedro Paulo Guimarães), que expuseram as principais estratégias adotadas e priorizadas pelo atual Governo do Estado. Nesta linha, a SEDUC foi apresentada como estrutura administrativa responsável pelo esporte educacional, que adota, no presente momento, as seguintes ações: a) Realização dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS): determinação em realizá-los em 2013, nas suas etapas municipal, regional, inter-regional e estadual – para tal, providenciarão abertura de licitações para execução de recursos destinados aos transportes escolares, bem como incluirão atividades lúdicas e cooperativas para a categoria mirim (entre 10 a 11 anos de idade) –; b) Incentivo e fomento à

³ São 8 Polos distribuídos de maneira descentralizada em algumas cidades das regiões (São Leopoldo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Santa Rosa, Caxias do Sul, Osório e Uruguaiana).

participação do Rio Grande do Sul nas Olimpíadas Escolares – através de parceria com a FUNDERGS, será potencializada a participação dos escolares nas competições –; c) Realização de formações para professores de Educação Física, através de eventos de cunho interdisciplinar desenvolvidos pela SEDUC, por intermédio de suas CREs; d) Aquisição e distribuição de equipamentos esportivos para escolas – “kits” para cada escola, com 01 bola de futsal, 01 de basquete, 10 coletes amarelos e 10 verdes, para escolas do ensino médio, também 50 bolas com guizos, para escolas que desenvolvem trabalhos com deficientes visuais, e mais R\$ 2 milhões, em 2013, via autonomia financeira das escolas, para outras aquisições exclusivas de materiais esportivos –; e) Construção de novas quadras e coberturas para outras existentes – em média de 55 novas quadras em processo de licitações e compatibilizações de projetos, bem como 148 coberturas de quadras esportivas.

A Profa. Carla Magalhães relata que os JERGS só foram garantidos neste ano, após árduo empenho desenvolvido junto a um Grupo de Trabalho (GT) composto na SEDUC, com representações do Gabinete do Secretário, do Departamento Pedagógico, da Assessoria de Desporto Educacional, da Divisão de Licitação, do Departamento Jurídico e da Comunicação.

É impressionante como um evento histórico, que está em sua 43ª edição sofre de tamanha incerteza e dificuldade operacional, ao ponto da forte suspeita que existia, de ser inexecutável seu calendário de jogos para o atual ano letivo. Especificamente, na 2ª CRE, a dificuldade é enorme para conseguir um profissional de Educação Física que assuma o gerenciamento dos JERGS na região, pois as condições de permuta de um profissional, que está lotado na escola, não são nada estimulantes, uma vez que o professor(a) aumenta sua carga horária efetiva de trabalho e perde os benefícios oriundos de sua vinculação com a escola. Diante dessas evidências, é crucial que o Governo do Estado organize estruturas administrativas e uma política de recursos humanos compatíveis com o legado histórico e social que se constituíram os JERGS para a área da

Educação. Os JERGS sofrem, invariavelmente, quase todo o ano, com essa incerteza atroz das licitações que o burocratizam, além das medidas, que prejudicam as contratações de prestadores de serviços. Estes, por sua vez, acabam recebendo com atraso – quando, algumas vezes, inclusive, não recebem –, o que acarreta uma grande mácula na imagem do estado.

Não me refiro a um problema do atual Governo, mas a uma história de décadas de governos, que gera um legado desastroso para a Gestão de Políticas Públicas no Esporte Escolar.

Vale destacar que os JERGS estão entre os maiores eventos de caráter do esporte educacional do estado e o terceiro maior do país, pois envolvem, em média, 497 municípios, 4 mil escolas e, aproximadamente, 1.800.000 pessoas, que disputam, nas modalidades masculinas e femininas: Atletismo, Basquetebol, Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Xadrez e Orientação.

Em relação à FUNDERGS, foi destacado o seu compromisso com a edificação do Sistema Estadual de Esporte no Rio Grande do Sul, e, para tal, ressaltadas ações com as diferentes manifestações: do esporte educacional, de rendimento e de participação. Em especial, foi relatada a experiência da criação e da atual abrangência do CERGS, que, desde 2012, é caracterizado como *evento esportivo voltado para escolas públicas e privadas*,⁴ desenvolvido em 7 regiões do estado, envolvendo a participação de 497 municípios. Contou com a participação de estudantes na faixa etária de 12 a 14 anos (1.080 participantes de 86 escolas) e na faixa etária de 15 a 17 anos (1.308 participantes de 110 escolas). Para este ano de 2013, estão previstas, como modalidades individuais: atletismo, badminton, ciclismo, ginástica rítmica, judô, natação, tênis de mesa e xadrez; e, como modalidades coletivas: basquete, voleibol, futsal e handebol.

⁴ Relata o expositor que não procede a forte crítica formulada por algumas pessoas contrárias às realizações de competições esportivas escolares envolvendo escolas públicas e privadas, atribuindo a injusta e flagrante supremacia das escolas privadas, por disporem de melhores condições de instalações e treinamentos para seus alunos(as), pois, nos CERGS de 2012, os resultados mostraram bastante equivalência entre escolas públicas e privadas.

O regulamento do CERGS guarda estreita compatibilidade com os Jogos Escolares da Juventude, exatamente para se cacifar como legítima instância de representação gaúcha.

O Prof. Pedro Paulo ressalta que a atual conduta de governo tem restabelecido o Rio Grande do Sul no cenário esportivo do país, mas percebe fortes características do altruísmo individual de alguns professores(as) de Educação Física, para fazerem acontecer o esporte escolar. Em sua opinião, não existem, na escola, trabalhos contínuos com o esporte; isso acontece em decorrência, quase exclusiva, do empenho individual de alguns professores(as), que praticamente se constituem como verdadeiros abnegados da causa.

Essa é outra realidade preocupante, na esfera das Políticas Públicas de Educação Física e Esportes, pois parece existir um pseudo-acordo tácito de que cabe à Educação Física na escola o compromisso de se revelar, no tempo/espaço do esporte de base, e caberia ao governo apenas realizar eventos esportivos para que os talentos florescessem e fossem captados pela esfera do esporte de rendimento. Não é meu propósito discorrer sobre isso agora, mas cabe o alerta de que não é tão óbvio que as manifestações de esporte educacional, de participação e de rendimento se comuniquem; aliás, elas estão, abissalmente, separadas por inexistência absoluta de uma Política Nacional de Esporte que fomente a interseção entre elas, ou seja, a política de esporte brasileira tem se mostrado incompetente em dialogar consigo mesma, quanto mais em balbuciar pela intersetorialidade.

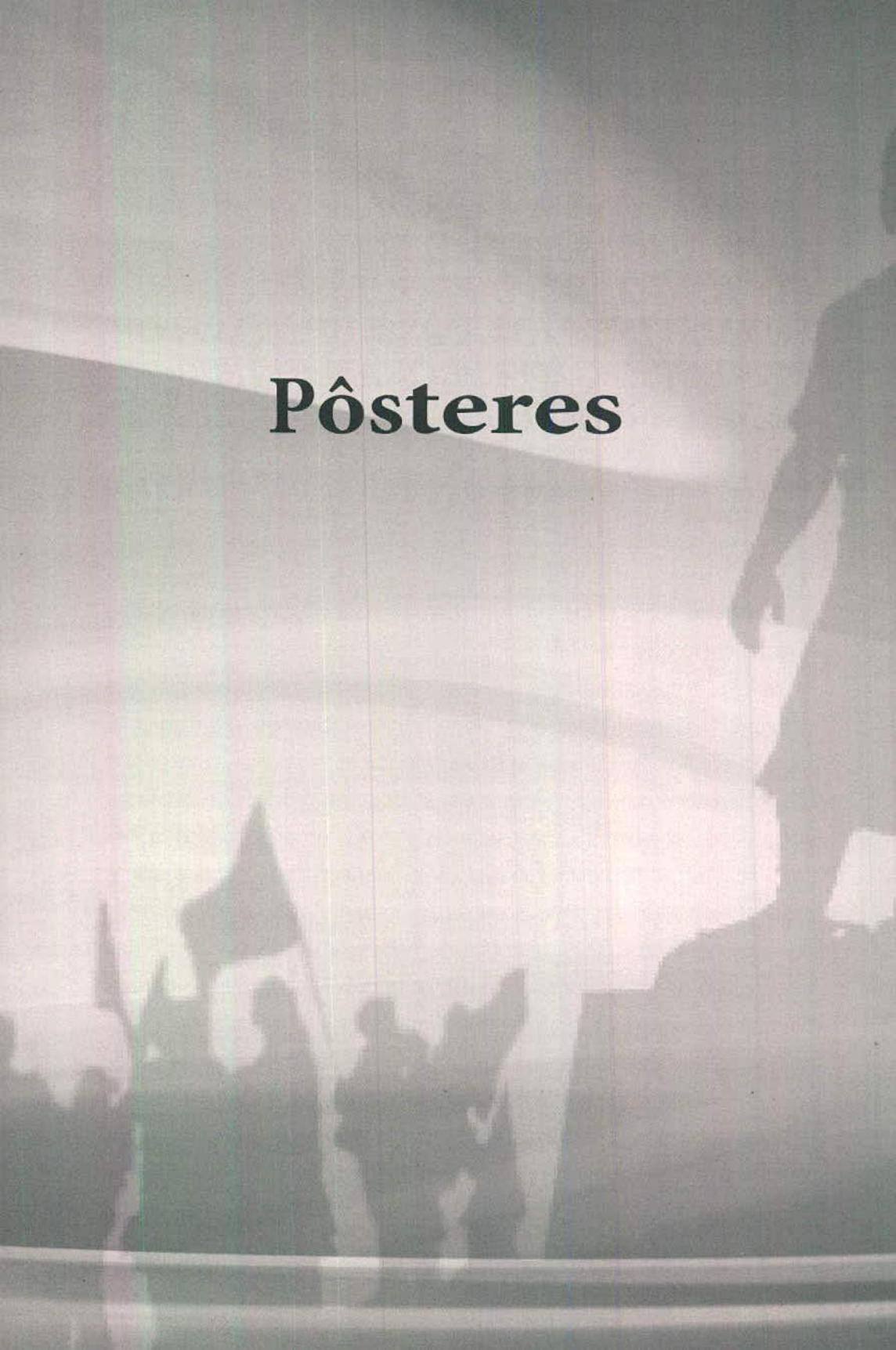
Durante o debate, as questões mais polêmicas foram: a) a importância de a SEDUC implementar as horas de treinamentos para os professores(as) de Educação Física que tenham interesse em participar dos JERGS, pois sem estas, as escolas continuarão fazendo do esporte escolar um ato voluntarioso de professores(as) que, muitas vezes, subtraem carga horária das aulas de Educação Física, pois quase sempre, nas escolas que participam dos JERGS, os alunos(as) são "treinados" nas aulas, e, desta forma, a Educação Física se confunde com esporte escolar de caráter estritamente

seletivo, contradizendo escancaradamente todas as premissas legais, pedagógicas e epistemológicas formuladas sobre o esporte educacional; b) a necessidade de uma mudança de postura do CREF (Conselho Regional de Educação Física) em suas condutas de fiscalizações, nos JERGS, pois as exigências dos registros profissionais desconsideram que a realidade é educacional e tratam professores(as) como se fossem delinquentes ou maus intencionados(as), para se locupletarem da situação, enquanto, muitas vezes, são estes(as) os únicos – em algumas escolas – que oportunizam aos alunos(as) essa vivência esportiva.

O evento oportunizou a reflexão crítica de inúmeras condutas do governo, mas foi bastante salutar no que tange à sensibilização dos presentes para a necessidade de se envolverem nas coisas públicas, pois só assim os eventos esportivos se tornarão cada vez mais “mega”, pela importância real de seus significados na vida de cada um, e seus legados serão lembrados, cobrados, ressignificados e desfrutados solidariamente, pois serão de todos, assim como foi este evento, desde o início de sua formulação.⁵

⁵ Meus sinceros agradecimentos a cada professor(a) que participou e, em especial: aos professores(as) Carla Isaltina Magalhães, Daniela Spies, Francisco Menezes, Pedro Paulo Guimarães e Rogério Vidal, que comigo idealizaram, organizaram, executaram e agora divulgarão o resultado deste encontro, para ser amplamente avaliado por você, leitor(a).

Pôsteres



OS ESPAÇOS DA CIDADE E AS PRÁTICAS DE LAZER DA COMUNIDADE: O PROCESSO FORMATIVO DO CURSO DE MONITOR DE RECREAÇÃO - PRONATEC/ IFPE – CAMPUS BARREIROS/PE

Adoniram Gonçalves de Amorim, Petrucio Venceslau de Moura e José Nildo Alves Caú

O estudo caracteriza-se como relato de experiência, visando analisar a experiência docente referente ao curso de formação de Monitor de Recreação, realizado no IFPE – Campus Barreiros/Brasil, subsidiado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

O público-alvo era constituído por jovens e adultos com ensino fundamental completo e interesse em atuar como monitor de recreação e lazer em diferentes espaços: festas, hotéis, empresas, associações comunitárias. As atividades realizadas consistiram na identificação de espaços e oportunidades de lazer na comunidade.

Utilizamos a técnica de coleta de dados, grupo focal, partindo da organização de (05) grupos, considerando a proximidade das residências dos sujeitos, dentre as quais foram identificadas 12 localidades. O tema abordado, nos grupos, foi a prática de lazer na cidade, identificando os principais locais e práticas realizadas. Dentre as atividades físicas relacionadas pelos sujeitos, observaram-se a prática do futebol e da natação, práticas esportivas vinculadas a crianças e adultos. Além disso, a caminhada e a musculação foram identificadas como atividades físicas relacionadas

à saúde e ao controle da forma corporal. Ainda há as práticas lúdicas e culturais presentes na comunidade, como a peteca, a pipa, nadar no rio, banho de sol, o ato de “passarinhar” e a pesca, a prática de jogos de salão dominó e baralho. Quanto às práticas sociais identificadas nos momentos de lazer, foram citados o costume de conversar com os vizinhos nas calçadas, frequentar igreja, culto evangélico ou centro espírita, por parte dos adultos, e o encontro de jovens nas praças e nos pátios de eventos. Entre os principais eventos realizados na comunidade estão as festas juninas, o carnaval, a festa de padroeiro da cidade, os comícios e outras.

Quando relacionamos as visitas técnicas aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, buscamos estabelecer nexos com a vivência do cotidiano, estabelecendo, assim, uma nova leitura do processo de educação pelo e para o lazer. Promoveram-se diferentes espaços de estímulo aos sujeitos, para tomada de consciência dos espaços de esportes e lazer como direito social. Possibilitou-se, também, a valorização da cultura local com a criação de espaços de socialização. Um exemplo desta valorização foi o resgate do samba de matuto, que vem sendo esquecido, na região do litoral sul de Pernambuco, e foi valorizado, enquanto conteúdo pedagógico, no processo de formação dos monitores de recreação.

A PESQUISA AÇÃO NO PERCURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER: SISTEMATIZANDO UM PROCESSO, PROBLEMATIZANDO A AÇÃO/ GESTÃO E CONSTRUINDO UMA PRÁXIS EDUCATIVA COMO GUIA DE TRANSFORMAÇÃO

Débora Alice Machado da Silva

A pesquisa sistematiza o percurso da autora, no processo de implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no município de Campinas/SP.

A implementação do PELC – Campinas envolveu quatro organizações não governamentais (ONGs), cujos papéis foram estabelecidos e pactuados da seguinte maneira: Instituto SOS Pequeninos, responsável pela gestão administrativa e financeira; Núcleo Movimentos em Semente, responsável pela gestão pedagógica e articulação da gestão compartilhada; MAE Maria Rosa e a AEDHA – Guardinha de Campinas, instituições participantes com potencial para viabilizar planos de continuidade; grupo de Pesquisa Política Pública e Lazer da FEF/UNICAMP, responsável pelo controle social. Neste contexto, o PELC – Campinas assumiu a característica de um projeto-piloto, cujo objetivo estava focado na formação de pessoal e na produção de conhecimentos que pudessem influenciar a formulação e o desenvolvimento de políticas públicas de esporte recreativo e lazer.

A pesquisa evidencia algumas impressões e transformações percebidas e provocadas na/pela relação pesquisadora-objeto pesquisado - articulação da gestão compartilhada e gestão pedagógica de uma política pública conveniada com uma organização não governamental-, no contexto de um grupo de participantes envolvidos na implementação dessa política pública.

Para dar conta destes objetivos, optamos pela pesquisa-ação (Betti, 2009) entendida como caminho metodológico que delinea trabalhos cujo objetivo é: a partir do contexto de projetos político-pedagógicos, produzir conhecimentos pedagógicos, compreendidos como “conhecimento da pedagogia na mudança da práxis”.

No que se refere aos resultados, destacamos que: a impossibilidade de aproximar o projeto-piloto das ações do poder público municipal foi o fator limitante da ampliação do impacto desta iniciativa no município. Apesar disso, o processo desencadeado permitiu-nos construir indicadores quantitativos e qualitativos, de modo a ter parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade do programa, de suas diretrizes e da estratégia de gestão escolhida para o contexto analisado, sem perder de vista que estávamos lidando com uma política pública e que, portanto, deveríamos prezar pelo bem/interesse/acesso público.

Acreditamos que a pesquisa possa contribuir com o debate a respeito da democratização do esporte e do lazer, como direitos sociais, por meio de políticas participativas e descentralizadas, problematizando e apontando alternativas em relação ao papel da sociedade civil (em que incluímos as ONGs) neste processo, sem furtar do Estado (em suas diferentes instâncias) seu papel irrevogável de garantia da equidade e da universalidade desses direitos.

O PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDO PELO SETOR DE ESPORTES E LAZER (SELA) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, CAMPUS MACHADO, EM 2012

Eduardo Pereira Ramos e Carlos Henrique Paulino

O SELA desenvolve atividades extracurriculares de esporte e lazer para os alunos internos, semi-externos e externos de cursos técnicos e superiores do IFSULDEMINAS – Campus Machado. As atividades são desenvolvidas nos horários em que os alunos estão livres das obrigações escolares. São realizados treinamentos das modalidades esportivas: atletismo, basquetebol, futsal, futebol, judô, jiu-jitsu, musculação, tênis de mesa e voleibol. São oferecidas também atividades como aulas de dança, música e atividades de recreação.

Durante o ano, o SELA participa e desenvolve várias competições, como os JEMG, JIFs e as Olimpíadas Interclasses, além de vários jogos amistosos realizados na cidade de Machado e em cidades circunvizinhas.

A metodologia aplicada foi a de observação, segundo Bruyne (1991), e foi constatado que a participação dos alunos nas atividades de esporte e lazer acontece com ênfase no início das atividades e é fortemente influenciada pelas programações que o IFSULDEMINAS – Campus Machado desenvolve, sendo aumentada em vésperas de competições esportivas, apresentações de dança e música, e diminuída no término dessas atividades. Observou-

se também forte diminuição na participação dos alunos, em períodos de provas bimestrais.

Diante do exposto, evidencia-se que competições e apresentações são motivadores para a participação dos alunos nas atividades, pois possibilitam a eles viagens e relacionamentos com pessoas diferentes, e que a sobrecarga das atividades escolares limita, ou até mesmo impossibilita, a participação de grande parte dos alunos.

PERFIL ETÁRIO DAS PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC), NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Marcio Shelley Silva Galdino, Maria do Socorro Lobato Alves, Shelda Kelly Bruno Bedê e Neyla Albuquerque Frate.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) tem como objetivo principal democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer, reconhecendo-os como um direito social. No município de Sobral (CE), o Programa encerrou, em 2013, seu terceiro convênio, atendendo a uma área de 22 bairros da sede do município, estando esses divididos em quatro núcleos, sendo dois deles custeados pelo Ministério do Esporte e os outros dois, pela Prefeitura Municipal.

Dentre as atividades desenvolvidas estão: atividade física (ginástica, caminhada, alongamento e recreação), arte/educação (artesanato com materiais diversos), esportes (futebol, futsal, handebol, basquete e vôlei), lutas (capoeira e karatê), música (violão e flauta), teatro, cinema e dança (regional e contemporânea), sendo direcionadas ao público de todas as faixas etárias.

O presente estudo visa apresentar o perfil etário dos participantes das oficinas do PELC no município. Os dados foram coletados através de folhas de frequência das oficinas e estatísticas mensais, sendo possível realizar um acompanhamento do público beneficiado pelo PELC.

Apontamos que, no início do convênio, foram traçadas metas de atendimento a serem alcançadas após sua finalização. Podemos citar: 300 crianças, até 14 anos; 400 jovens, entre 15 e 24 anos; 400 adultos, entre

25 e 59 anos; 500 idosos acima de 60 anos, e 50 pessoas com deficiência, perfazendo um total de 1600 beneficiados. Ao longo de sua execução, o programa atendeu 2135 pessoas, nas mais diversas modalidades oferecidas, sendo que, desse total, 731 eram crianças, 423 eram jovens, 468 eram adultos e 513 eram idosos acima de 60 anos. Cabe ressaltar a existência de 54 pessoas com algum tipo de deficiência, que também participavam das oficinas, de maneira integrada e inclusiva. Podemos observar que as metas estabelecidas previamente foram efetivadas, democratizando o acesso às atividades de esporte e lazer enquanto direito social.

Nós podemos perceber que as ações de esporte e lazer contemplaram pessoas de todas as faixas etárias, possibilitando o acesso ao lazer ativo e saudável, com o foco na melhoria da qualidade de vida da população. *Faz-se necessária uma continuidade das ações, para que, cada vez mais, amplie-se o acesso a essas práticas, aumentando o número de beneficiados por programas e projetos de esporte e lazer.* O PELC estimulou a possibilidade de os cidadãos fortalecerem os seus vínculos com os espaços da cidade e estabelecerem novas relações entre os pares.

CECOPAM: UM CENTRO DE COMUNIDADE NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Aline Paulo Frediani, Cláudio Antônio da Silva Agra, Elise Andreis Segatt, Gilmar Tondin, Márcia Luiza de Araújo e Rogério Oliveira Bohns

O objetivo deste pôster é apresentar o relato do trabalho desenvolvido em esporte, recreação e lazer no Centro de Comunidade Parque Madepinho (CECOPAM) localizado na zona sul de Porto Alegre/RS, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME).

Este relato de experiência foi estruturado e sistematizado a partir das observações e registros de campo das atividades desenvolvidas cotidianamente neste centro de comunidade. Em Porto Alegre, os centros de comunidade surgiram na década de 70, com características de clube social popular, oferecendo atividades culturais e esportivas, sendo que, neste período, foram responsáveis também pela assistência social. Apenas em 1999, os centros de comunidade passam para a gerência da Secretaria (SME) e com atividades exclusivamente destinadas às práticas desportivas e de lazer. Vinculados à Secretaria, os centros de comunidade estruturam sua atuação pedagógica a partir dos seguintes princípios e diretrizes: promoção da inclusão social articulando ações com a sociedade; democratização do acesso ao esporte, à recreação e ao lazer, enquanto direito social; participação efetiva da sociedade como um sistema de conexões, promovendo a corresponsabilidade social pelo desenvolvimento local; diversificação de ações e estabelecimento de parcerias com as mais variadas representações sociais, buscando o alinhamento entre as iniciativas.

Os objetivos do CECOPAM para o desenvolvimento do trabalho são: oferecer atividades e serviços na área do esporte, recreação e lazer; garantir a participação dos cidadãos; qualificar o uso dos espaços; integrar ações com entidades afins; promover a inclusão social para todos; promover a qualidade de vida.

Para dar conta desses objetivos, desenvolvemos ações sistemáticas, tais como alongamento, caminhada orientada, capoeira, futsal, futebol, ginástica artística, ginástica, voleibol, atividades para a 3ª idade e grupos de convivência. Além destas, desenvolvemos ações especiais em formato de projetos como Porto Verão, campeonatos e torneios, projetos de articulação comunitária, cujo objetivo é integrar e buscar estreitar os laços com a comunidade. Também há parcerias com instituições e grupos da comunidade local e intersecretarias. Neste ano, tivemos 700 alunos/mês matriculados nas diferentes modalidades esportivas e 3500 atendimentos/mês.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL

Ms. Eneida Feix, Cindy Amaral Pacheco, Ms. Heloisa Santini. e Esp. Muriel Plautz

Em 2010, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio do Curso de Educação Física, em parceria com a Reserva Indígena do Guarita e a Prefeitura de Tenente Portela, iniciava uma pesquisa, que tinha o objetivo de estudar e realizar os Jogos Indígenas que contemplassem as características e as tradições culturais específicas indígenas das etnias Kaingangs e Guaranis do Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 2011, a Secretaria Estadual do Esporte do Lazer (SEL), por meio da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), associou-se à proposta, tornando-se co-realizadora dos Jogos dos Povos Indígenas do RS, atendendo as demandas da Conferência Estadual de Esporte e Lazer - 2011, a fim de que os Povos Indígenas gaúchos fossem contemplados em projetos e programas esportivos e de lazer, consolidando a Política Nacional de Esporte Participação.

Foram realizadores da primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas do RS – 2012: a FUNDERGS/SEL, a Prefeitura de Tenente Portela; UFSM; a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), e a Comunidade da Terra Indígena do Guarita. Buscou-se, por meio de gestão compartilhada, incentivar as manifestações esportivas e culturais dos povos Kaingang e Guaraní, discutir a identidade indígena e sua relação com a sociedade e o meio ambiente, assim como respeitar os aspectos etnoculturais e geográficos como meio de representação da cultura dos Povos Indígenas do RS, em Jogos Nacionais e Internacionais.

No período de 29/11 a 02/12/2012, em Tenente Portela (RS), na Reserva Indígena do Guarita, ocorreu a primeira edição dos Jogos, durante os quais foram realizadas as modalidades tradicionais: arco e flecha, cabo de força, corrida de tora, arremesso de lança; as modalidades não tradicionais: futebol masculino, futebol 7 feminino, vôlei misto, corrida curta, corrida de fundo e natação em águas abertas; fórum de discussão da identidade indígena; apresentações culturais; feiras de artesanato e grafismo; oficinas de jogos de tabuleiro; brincadeiras tradicionais; exposição de fotos e de pesquisa sobre a cultura Indígena.

Participaram do evento 388 indígenas do RS, de 11 comunidades indígenas, envolvendo 12 municípios da região noroeste e norte do estado. Colaboraram, de forma voluntária, 45 acadêmicos de Educação Física de 03 Instituições de Ensino Superior e comunidade indígena anfitriã da reserva do Guarita. A equipe de trabalho realizadora foi composta de funcionários e professores da FUNDERGS, UFSM, UNIJUI, ULBRA, Prefeitura de Tenente Portela, INBRAPI, EMATER, CORSAN e Exército.

Destacou-se como positiva a troca de experiências, o respeito às diferenças culturais entre povos indígenas e sociedade, bem como a viabilização de espaço para debate das Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Povos Indígenas. O principal legado foi o envolvimento, a organização, o comprometimento responsável de toda a comunidade do Guarita, demonstrado pela união, pela capacidade de trabalho e pelas relações institucionais garantidas pela Prefeitura de Tenente Portela.

A primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas viabilizou "o passo inicial" de implantação de políticas públicas de esporte e lazer para os povos tradicionais, no Estado do Rio Grande do Sul, tornando possível a congregação das manifestações esportivas e culturais dos povos Kaingang e Guarani, em um ambiente de integração e celebração, proporcionando um espaço de discussão da identidade indígena e sua relação com a sociedade e o meio ambiente.

ANÁLISE DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Thaís Nogueira, Fábio Pereira Nunes, Vânia Espinosa, Silvia Regina Godinho Bauler e Cláudio Augusto Silva Gutierrez

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de uma investigação que buscou analisar o grau de desenvolvimento do sistema municipal de esporte e lazer do município de São Sebastião do Caí.

A partir da realização de um estudo de caso de caráter qualitativo, baseado em análise de documentos, entrevistas e observações, o trabalho analisa a organização e o desenvolvimento do esporte e do lazer no município, frente às metas estabelecidas na Conferência Estadual de Esporte do RS/2011.

A análise da realidade municipal foi realizada a partir das seguintes dimensões, retiradas da análise de documentos da II e III Conferências Nacionais do Esporte e da Conferência Estadual RS/2011: a estrutura do sistema municipal de esporte e lazer; o esporte educacional; o esporte de rendimento; o esporte de participação; programas, projetos e eventos; Copa do Mundo 2014 e Olimpíada 2016.

Foi possível concluir que a cidade possui um sistema municipal de esporte pouco desenvolvido, que as demandas apontadas nas Conferências estão muito pouco atendidas e que seriam necessários investimentos públicos, na animação e na reorganização do sistema municipal de esporte e lazer, assim como na mobilização da população e no fomento da participação popular, para que o município avance em direção à garantia do direito social ao esporte e ao lazer.

CLÍNICAS PARALÍMPICAS

Pedro Paulo Guimarães, Ms. Jorge Augusto de Oliveira Eckert, José Rogério Vidal, Vitor Risso e Valesca Pontes.

O Brasil, na atualidade, é uma referência no esporte adaptado. Sua trajetória nos Jogos Paralímpicos vem se consolidando a cada nova edição. Nos Jogos de Londres/2012, avançamos em nossas conquistas, através de melhores resultados e aumento no número de participantes. Mas esse fato não retrata o que acontece nas escolas de nosso país, em que os professores apontam um sentimento de incapacidade em enfrentar essa nova realidade da Educação Física Escolar: a inclusão de alunos com deficiência. A partir desse quadro e dos apontamentos da Conferência Estadual de Esporte e Lazer, realizada em 2011, a Fundação de Esporte e Lazer do RS (FUNDERGS), através de sua Divisão de Esporte Educacional, desenvolveu, ao longo do ano de 2012, Clínicas Paralímpicas, com o objetivo de qualificar a prática docente dos profissionais de Educação Física de nosso estado.

A metodologia utilizada foi construída através de uma parceria com a Secretaria de Educação, através de suas CREs (Coordenadorias Regionais de Educação) e a Fundação de Esporte e lazer do Rio Grande do Sul. Com a regionalização adotada pela FUNDERGS, que dividiu o estado em 8 (oito) regiões, foi possível levar o evento a um número maior de professores. Foram desenvolvidas 6 (seis) Clínicas Paralímpicas, porque algumas regiões estavam reunidas numa mesma data. As clínicas foram divididas em dois momentos: num primeiro, era oferecido o embasamento teórico e, no segundo, acontecia a vivência prática do esporte adaptado pelos participantes. Para avaliar, foi utilizado um

instrumento próprio, criado para esse fim, que tinha como objetivo identificar os aspectos positivos e os que deviam ser melhorados para novas edições.

Quanto aos resultados, percebemos que os profissionais de Educação Física apresentavam necessidade de informações ou um maior conhecimento sobre o Esporte Adaptado. As avaliações apontaram esses dados e confirmaram a aprovação dos professores a respeito da realização das clínicas. Também foi possível constatar, no Festival Paradesportivo, realizado depois das clínicas, o aumento em quantidade e qualidade, na participação de alunos e professores.

Concluimos que fomentar a prática das modalidades paralímpicas nas escolas contribui para aumentar as possibilidades de trabalho corporal para esse público. Quanto à capacitação dos profissionais de Educação Física, depende de uma proposta pedagógica consistente, de um planejamento adequado, assim como da vontade política de que estes objetivos realmente sejam atingidos. Acreditamos ser necessária uma reflexão sobre o quanto a sociedade está preparada para favorecer o exercício da cidadania pelos seus integrantes.

ORGANIZADORES



Prof. Ms. Gilmar Tondin

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre/RS. Coordenador de Divisão de Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte e do lazer da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS). Formador do programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Ministério do Esporte.



Prof. Ms. José Rogério Vidal

Licenciado em Educação Física e Técnica Desportiva pelo Instituto Porto Alegre (IPA). Mestre em Memória Social e Bens Culturais pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), de Canoas (RS). Coordenador de Capacitação e Cursos da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) e professor do curso de Educação Física do UNILASALLE. Coordenador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da mesma instituição.



Profª. Ms. Eneida Feix

Licenciada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências do Movimento Humano, também pela UFRGS. Atuou na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre e na Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS). Atualmente é consultora do Ministério do Esporte, atuando no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

ISBN:978-85-7770-241-1



9 788577 702411



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO ESPORTE
E DO LAZER